

MANOEL SEVERO DE FARIAS

RAÍZES DA CRIAÇÃO DA UNIVERSIDADE  
FEDERAL DO ACRE

Tese apresentada como exigência parcial para  
Obtenção do Título de DOUTOR em  
EDUCAÇÃO na Área de Concentração: Filosofia  
da Educação à Comissão Julgadora da Faculdade  
de Educação da Universidade Estadual de  
Campinas, sob a orientação do Prof. Dr.  
Dermeval Saviani.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS  
FACULDADE DE EDUCAÇÃO  
1996

2005091



UNIDADE	BC
N.º CHAMADA:	T/UNICAMP
	F225R
V	27877
F	667/96
C	<input type="checkbox"/>
D	<input checked="" type="checkbox"/>
PREÇO	R\$ 11,00
DATA	03/07/96
N.º CPD	

CM-00089465-4

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA  
PELA BIBLIOTECA DA FE/UNICAMP

F225r Farias, Manoel Severo de  
Raízes da criação da Universidade Federal do Acre / Manoel Severo de. -- Campinas, SP : [s.n.], 1996.

Orientador : Dermeval Saviani.  
Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas,  
Faculdade de Educação.

1. Universidade Federal do Acre. 2. Ensino Superior - Brasil.  
3. Ensino Superior e Estado. 4. Universidade e Filosofia. 5.  
Desenvolvimento regional - Acre. I. Saviani, Dermeval. II.  
Universidade Estadual de Campinas. Faculdade de Educação.  
III. Título.

Este exemplar corresponde à redação final da Tese defendida por Manoel Severo de Farias e aprovada pelo Comissão Julgadora.

Assinatura: 

Data: 17 / 05 / 96

À minha companheira Maria Luzia e meus filhos Davilmar,  
Helmar e Manoela.  
Aos professores das quatro primeiras séries do primeiro grau, aos  
diretores escolares e à equipe de supervisão do município de  
Brasiléia.

## AGRADECIMENTOS

À Universidade Federal do Acre, à CAPES, ao PICD e à UNICAMP.

À Ana Maria, Maria de Almeida, Maria do Carmo, Marina e Nadir, funcionárias da Secretaria de Pós-Graduação, e à Sandra e Sueli, secretárias da Direção da Faculdade de Educação da Unicamp, pela atenção com que me atenderam e pela eficiência com que auxiliaram a resolver minhas dificuldades;

À Stela Meneghel pelo eficiente trabalho de revisão e à Linda pela digitação e impressão;

Aos meus colegas de Atividades Orientadas, especialmente José Rodrigues e Margarita;

Ao professor Dr. Dermeval Saviani pela competente orientação acadêmica, sensibilidade diante dos problemas e pela prontidão com que buscou solucioná-los;

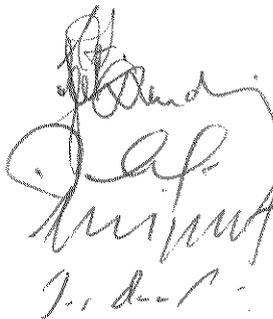
À Ana Maria de Oliveira, Diretora do Departamento de Pessoal da UFAC, pela dedicação com que tratou dos assuntos de meu interesse;

À Professora Maria de Fátima, Coordenadora de Apoio à Pós-graduação da UFAC, e também à sua equipe pelo apoio que me foi dispensado;

Ao senhor Auton Peres de Farias, funcionário público exemplar, por tudo;

A todos que colaboraram para que este trabalho se tornasse possível.

COMISSÃO JULGADORA



Handwritten signatures of the jury members, including names like Dermeval Saviani, José Claudinei Lombardi, José Carlos Libâneo, José Luiz Sigríst, and João C. K. Quartim de Moraes.

Prof. Dr. Dermeval Saviani - FE - UNICAMP - Orientador

Prof. Dr. José Claudinei Lombardi - FE - UNICAMP

Prof. Dr. José Carlos Libâneo - FE - UFG

Prof. Dr. José Luiz Sigríst - FE - UNICAMP

Prof. Dr. João C. K. Quartim de Moraes - IFCH -  
UNICAMP

## ÍNDICE

Introdução	004
I - Ocupação recente da Amazônia	016
1.1 - Raízes da Geopolítica de Segurança Nacional e o Capitalismo no Governo Militar	016
1.2 - Breve histórico da ocupação - do projeto geopolítico à expulsão dos posseiros	023
II - Elevação do Acre à categoria de Estado e seu contexto econômico na década de 60	039
2.1 - As lutas políticas e a emancipação do território	039
2.2 - Contexto econômico do Acre na década de 60	051
III - Aspectos do contexto nacional no fim da década de 60 e início de 70	060
3.1 - Contexto político e econômico	060
3.2 - Contexto da educação: a concepção tecnicista	070
3.2.1 - Antecedentes do tecnicismo	070
3.2.2 - A concepção tecnicista e o ensino brasileiro	075
IV - A criação da UFAC	083
4.1 - Os acordos MEC-USAID e a proposta de criação da Universidade do Acre	083
4.2 - Os primeiros cursos	096
4.2.1 - Faculdade de Direito	096
4.2.2 - Faculdade de Ciências Econômicas	103
4.3 - A Universidade e sua Federalização	110
V - As concepções de Universidade	123
5.1 - Comunitária	124
5.2 - Produtora e Difusora de Conhecimentos	128
5.3 - Articulação na UFAC das concepções de Universidade	133
Conclusão	145
Bibliografia	152
Anexo	159

## RESUMO

O presente trabalho tem por objetivo verificar os motivos que tornaram possível o surgimento do ensino superior no Acre em 1970. Partiu-se do pressuposto de que no cerne da motivação não havia uma proposta de Universidade que efetivamente visasse o desenvolvimento econômico, científico e cultural do Estado, mas apenas os interesses de alguns setores da sociedade local.

Para a realização desta pesquisa tornou-se necessário compreender a evolução econômica e política pela qual passou a sociedade acreana, bem como o contexto econômico, político e educacional do país no período conhecido como “milagre brasileiro”. Isto porque o contexto regional e nacional das décadas de 60 e 70 foram responsáveis pelas condições objetivas que possibilitaram a criação dos primeiros cursos superiores e, posteriormente, da Universidade do Acre (UFAC).

Segundo o discurso oficial, o surgimento da Universidade tinha como justificativas a elevação do nível cultural da população do Estado pela mediação da formação científica e técnica do educador escolar, além da qualificação de recursos humanos para impulsionar o desenvolvimento estadual. Os dados arrolados, porém, mostraram que os interesses de uma elite pertencente à burocracia estadual - que pretendia ascender a cargos mais elevados -, respaldada por um modesto movimento estudantil - cujos líderes viam na obtenção de um diploma de nível superior, dada a realidade objetiva

do Estado, a única possibilidade de ascensão social - foram os principais alavancadores do processo que culminou com a criação da UFAC.

Comprovou-se ainda, que as eleições para escolha de dirigentes universitários, na década de 80, conseguiu remover o autoritarismo do regime militar que marcou o surgimento e desenvolvimento da Universidade do Acre, mas instalou o autoritarismo das assembléias. Tal autoritarismo, em nome da autonomia departamental, parece impedir que a comunidade universitária reflita coletivamente sobre as funções básicas da UFAC, tornando as ações ali realizadas fragmentadas e inviabilizando um projeto coletivo de Universidade onde as funções básicas de produção e socialização do conhecimento mereçam destaque.

## INTRODUÇÃO

O presente trabalho é resultado de minha atividade profissional como professor da Universidade Federal do Acre (UFAC), bem como da leitura de autores como Dermeval Saviani, Maria de Lourdes Fávero, Sofia Lerche Vieira<sup>1</sup> entre outros. Tais autores discutem a problemática da Universidade a partir do que entendem ser a função precípua desta instituição, que pode ser definida como a de criação e socialização do conhecimento. Minhas leituras sobre este tema me fizeram compreender mais profundamente qual seria o papel da Universidade numa sociedade como a brasileira e me possibilitaram dar uma nova dimensão para a minha atuação nesta instituição.

A partir da compreensão da função da Universidade, pude perceber que na Universidade Federal do Acre não havia um posicionamento claro por parte dos seus dirigentes sobre qual seria o papel desta instituição frente à realidade local e nacional. No meu entender, tal indefinição quanto ao que se pretende alcançar com as ações administrativas e acadêmicas tem contribuído para que grande parte das medidas tomadas na UFAC tenham cunho imediatista e de caráter superficial. Imediatista porque, não sendo planejadas, não são previstas e nem se constituem em atividades conscientes, não sendo, portanto, baseadas em ações fundamentadas em opções políticas

---

<sup>1</sup> A obra do Prof. Dermeval Saviani marcou-nos em todo o seu conjunto; dela destaco, porém, o texto "A Universidade e o ensino" (in: Ensino público e algumas falas sobre Universidade, 1986) devido aos questionamentos feitos às Universidades. Da Profa. Maria de Lourdes Fávero destaco a "Introdução" e o Capítulo 1 do livro Universidade e Poder (1980) e o artigo "Universidade em questão: como resgatar suas relações fundamentais?" (Anais da IV CBE, 1986). Finalmente, ressalto o artigo da Profa. Sofia L. Vieira: "A democratização da Universidade e a Socialização do Conhecimento" (Anais IV CBE, 1986).

que tenham como referência a realidade social concreta. E também têm cunho superficial, uma vez que não se constituem em uma atitude racional. Elas são, antes, fruto da improvisação e da descontinuidade.

Esta realidade levou-me a procurar compreender melhor a história da Universidade Federal do Acre, que nasceu e cresceu tecnocrática e autoritária, condizente com a realidade nacional de sua época. Mas, com o passar dos anos, a conjuntura política e social do país mudou. A Universidade também. Todavia, até início dos anos 90 não havia sido realizado um trabalho para avaliar se as mudanças ocorridas na sociedade e no interior da UFAC tinham trazido consequências positivas para o desempenho desta instituição frente aos desafios da realidade acreana. O que proponho, neste trabalho, é:

- buscar uma compreensão do Ensino Superior do Acre e de sua evolução que transcenda o simples registro de fatos;
- fazer uma reflexão sobre o desempenho da Universidade Federal do Acre frente aos inúmeros desafios que lhe são postos pela realidade, considerando-se que para muitos destes ela pode apresentar soluções;
- oferecer à comunidade acadêmica, preocupada em buscar alternativas para melhorar o desempenho da Universidade no ensino, na pesquisa e na extensão, elementos para reflexão e análise capazes de possibilitar a revisão e/ou proposição de novos objetivos e metas a serem alcançados - isto tendo em vista os fins desta instituição, entendidos aqui como o da produção e socialização do conhecimento científico;
- confrontar os fatos que concorreram para o surgimento da Universidade com a realidade acreana por ocasião de sua formação.

Na década de 60 o Estado do Acre estava economicamente falido, e sua principal atividade econômica, o extrativismo, começava a ser substituída pela pecuária. Em 1970, ano em que foi criado o Centro Universitário do Acre, a população do Estado era predominantemente rural. Neste ano ela era constituída por 218.006 habitantes, dos quais 72,23% residiam na zona rural, sendo econômica, política e culturalmente isolados nas brenhas dos seringais.

O analfabetismo sempre foi um dos grandes problemas do Acre; ainda hoje o percentual de analfabetismo é de 42,36<sup>2</sup>.

Pelo Censo de 1970, a população rural do Estado na faixa etária de 10 a 14 anos era de 21.392 habitantes e deste total 78,38% não sabiam ler nem escrever. Os jovens entre 15 e 19 anos perfaziam um total de 16.516 habitantes e 67,97% eram analfabetos. Na zona urbana a realidade era bem melhor: das 8.457 crianças que estavam entre 10 e 14 anos, apenas 29,32% não sabiam ler nem escrever. Entre os jovens de 15 a 19 anos, os analfabetos eram 16,07% do total de 7.743. Estes dados<sup>3</sup> revelam o quanto a população rural do estado, que era maioria e que estava ocupada em atividades produtivas (produziam látex, gêneros alimentícios, colhiam castanha e derrubavam madeira), era marginalizada pelo poder público.

Os dados aqui mencionados, acrescidos de outros contidos no corpo deste trabalho, me trouxeram algumas indagações como, por exemplo: quais razões possibilitaram o surgimento do ensino superior do Acre? Por que,

---

<sup>2</sup> Dados obtidos no Jornal a Folha de São Paulo, em 25.12.95; 1º Caderno, p. 7.

<sup>3</sup> Dados retirados do VIII Recenseamento Geral, 1970. Série regional, volume I tomo II (Censo Demográfico Acre, páginas 22 a 25). IBGE, Rio de Janeiro, 1970.

inicialmente, foram privilegiados os cursos de Direito e Economia e, depois, criou-se a Universidade do Acre? Para responder a estas e a outras questões, parto da hipótese de que a UFAC não é fruto de uma política de planejamento educacional, mas de interesses políticos locais que visavam a manutenção do status quo pela via acadêmica. A Universidade significava a garantia do poder local pela formação de quadros burocráticos com diploma de nível superior - necessários em função das mudanças ocorridas na economia e na política do Estado nas décadas de 60 e 70.

Para verificar a validade da hipótese, vários estudos foram realizados. Inicialmente detivemo-nos nas transformações econômicas e políticas vividas pelo país no período citado anteriormente, bem como nas conseqüências das várias medidas adotadas pelo Governo Federal para a região Norte, visando atrair empresários para ocuparem os “espaços vazios” lá existentes. Não menos importante para compreender o desenvolvimento econômico, político e cultural do Acre foi sua elevação de Território a Estado. Tal mudança introduziu no cenário político local a disputa pelo poder e, conseqüentemente, a busca da hegemonia entre os partidos políticos. A transformação do Território em Estado também foi objeto de estudo, pois a condição de território do Acre era sempre utilizada pelos seus ex-governadores como justificativa para a não existência de cursos superiores. Pela legislação, vigente na época, o Conselho Federal de Educação (CFE) autorizava o funcionamento de estabelecimentos de ensino superior que fossem iniciativa do governo Federal ou de particulares. No Acre, porém, nem o Governo Federal, nem as congregações religiosas (Espiritanos, Dominicanas e Servas de

Maria) que mantinham escolas particulares, tinham interesse em investir no ensino superior. Logo, a saída para viabilizar o seu surgimento era a luta para transformar o território em Estado, que possibilitaria a criação de um Conselho Estadual de Educação (CEE) e, conseqüentemente, do ensino superior. Tornou-se também necessário um breve olhar para o contexto acreano por ocasião da criação da Universidade e de sua federalização, à medida que se buscou clarificar a estrutura da sociedade acreana e suas necessidades objetivas. Finalmente, foi preciso verificar como as principais concepções de universidade vigentes no país se fizeram presentes no Acre e de que maneira elas influenciaram o trabalho acadêmico.

Nosso estudo termina no ano de 1992, momento em que finaliza o mandato do segundo reitor eleito pelo voto direto e também a primeira etapa da segunda experiência de interiorização da UFAC - na qual tivemos participação direta em várias atividades realizadas no período de 1989 a 1992.

Esta pesquisa teve seu início quando procurei deixar claro para mim mesmo, a partir das leituras dos autores já mencionados, qual concepção de Universidade poderia orientar um referencial de análise através do qual eu pudesse entender as funções desta instituição em sua relação com o contexto geral da educação e da sociedade brasileira e acreana. Expresso tal concepção no último capítulo.

Após a reflexão sobre o papel da Universidade, passei a procurar documentos em arquivos, bibliotecas e até mesmo com particulares, que pudessem me auxiliar na tarefa de clarificar as condições em que foi criada e instalada a Universidade Federal do Acre. Busquei verificar se ela fora

planejada para cumprir um papel social ou, se de acordo com minha hipótese inicial, para atender a interesses políticos locais. Na busca de dados, também utilizei o recurso da entrevista, realizando várias e aproveitando o material de algumas já realizadas por outras pessoas.

Confesso que foi muito difícil conseguir os dados necessários para nossa análise. A própria Universidade perdeu parte de sua história com a perda ou extravio de documentos da época de sua criação. Grande parte das pessoas que viveram aquele momento, afirmaram não se lembrarem mais dos acontecimentos.

A minha primeira preocupação foi entender quais os motivos que viabilizaram a criação da Faculdade de Direito. Para tanto, fiz entrevistas e utilizei material colhido por outras pessoas junto ao fundador da Faculdade de Direito, Dr. Jersey de Brito Nunes. Também tive oportunidade de ler alguns poucos documentos escritos sobre a referida Faculdade. As explicações que me foram dadas e as que consegui obter nos documentos não me satisfizeram. Todas apontavam a abnegação, a dedicação e o empenho de alguns indivíduos, dados que são importantes, mas que não determinam todo o processo, em última instância. Pela leitura do Plano Estadual de Educação do Acre, de 1963, na UFAC deveriam ser criadas duas Faculdades, pela ordem: a de Filosofia e a de Direito.

Resolvi buscar as explicações que procurava naquilo que se configurava o novo ordenamento político-administrativo do Acre na época, ou seja, na sua condição de Estado. A leitura da escassa bibliografia a esse respeito colocou-me diante da indignação da classe dominante do Acre pelo

fato do território ter sido governado quase sempre por pessoas não nascidas na região. Detectei ainda que o gradativo estrangulamento da economia extrativista reativou a campanha em prol da autonomia do Acre, fato que aconteceu em 1962.

Na campanha política para eleição do primeiro governador do novo Estado, o clima de indignação a que nos referimos anteriormente, deu origem ao slogan da campanha que caracterizava a insatisfação do povo acreano: “O Acre para os acreanos”. Mas este slogan tinha em si a chave para entender as razões da criação do curso de Direito, mesmo que o governador eleito não tenha utilizado o fisiologismo ou acreanismo para compor o seu secretariado. Ao privilegiar o critério técnico na escolha dos mesmos, o novo governador decepcionou os políticos de seu partido, ao mesmo tempo em que os alertava para que buscassem outras formas de viabilizar o slogan. Em vez da Faculdade de Filosofia, preferiu-se para o recém-criado Estado o curso que melhor garantisse respeitabilidade e status econômico, político e, conseqüentemente, a viabilização do slogan que, em outras palavras, significava poder. Direito era o curso com o perfil adequado.

Entendidos os motivos que possibilitaram a criação da Faculdade de Direito, pela ordem de implantação dos cursos eu deveria entender, a seguir, o porque da Faculdade de Economia, uma vez que a mesma sequer constava no Plano Estadual de Educação de 1963 e no Plano Quadriental de Educação de 1968.

As conversas e entrevistas realizadas com professores e alunos da primeira turma sempre apontavam para um ato de boa-vontade e

desprendimento de algum abnegado, disposto a salvar o Acre do atraso intelectual. A leitura do documento “Condições Sócio-Econômicas e Culturais”<sup>4</sup>, porém, colocou-me diante de algumas afirmações que me pareceram mais convincentes. Este documento aborda a carência no Estado de profissionais necessários à execução das atividades de planejamento técnico, indispensáveis à eficiência e gestão do serviço público e ao desenvolvimento econômico. Diante disso, procurei buscar na história do Brasil o momento em que a racionalidade foi abordada como forma eficiente de administração. Também foi preciso entender o processo de desenvolvimento vivido pelo país e pelo estado do Acre no momento em que está datado o documento, o que me levou ao estudo das medidas econômicas adotadas pelo Governo Federal para a região a partir de 1966. Tais medidas mostraram que se tinha por objetivo inserir mais intensamente o Acre no capitalismo dependente.

Devido a estudos anteriores, tinha conhecimento de que a racionalização do setor administrativo do país foi posta em prática pelo Decreto-Lei nº 200 de 25 de fevereiro de 1967; este afirma que a ação governamental deve obedecer a planejamento que vise o desenvolvimento econômico e a segurança nacional. A raiz deste tipo de afirmação está em um conjunto de fatores que se tornaram mais evidentes no ano de 1964, quando houve o Golpe Militar. Para entendê-los, busquei estudar a geopolítica do General Golbery do Couto e Silva denominada de Doutrina de Segurança Nacional. Após essas leituras, ficaram claros para mim os motivos que levaram o Governo Federal a implementar os meios para a ocupação

---

<sup>4</sup> Documento citado na bibliografia, de 1972.

econômica da Amazônia na década de 60 e todo o processo de expropriação e violência que se instalou na região neste período, bem como as conseqüências destes fatos. Também adquiri mais clareza sobre alguns pontos referentes ao golpe de 1964.

Com as informações obtidas, foi possível escrever os capítulos em que tratamos da ocupação da Amazônia. Cabe destacar que, na confecção deste texto, foi relevante a leitura de obras que abordam a problemática desta região.

A política econômica do Governo Federal para a Amazônia e as exigências de planejamento como instrumento de ação de governo, impôs aos governos estaduais a necessidade de planejar suas ações para obterem recursos federais. Para tal existiam duas saídas: a contratação de técnico em outras regiões ou a formação deles.

Os dados que colhemos mostram que as exigências do Decreto-Lei nº 200, as condições econômicas locais de captação de investimentos do governo federal, o colapso do extrativismo que arruinou os seringalistas e a classe média locais, somados às exigências de se consolidar os quadros burocráticos do Estado com pessoal de nível superior, de preferência acreanos, foram os responsáveis pelo surgimento da Faculdade de Economia.

Como o Centro Universitário do Acre, antecessor da Universidade, só foi criado em 1970, achei relevante compreender melhor o período que vai de 1968 a 1974, sabidamente marcado pela repressão política, milagre econômico, revoltas estudantis e pelas reformas do sistema de ensino brasileiro. Tendo caracterizado o contexto nacional, pareceu-me necessário

estudar o contexto local do Acre porque, neste período, sobretudo após a década de 70, a realidade social da região começou a mudar com a venda das terras, a expulsão dos seringueiros e colonos e a implantação da violência no campo, com a conseqüente “periferialização” das cidades sedes dos municípios - especialmente de Rio Branco, capital do Estado. Procurei ver, também, como os reflexos da economia atingiram a classe média local.

Além disso, busquei descobrir quais eram as motivações do então governador para criar a Universidade do Acre em 1971. Pareceu-me evidente que havia uma forte motivação político-eleitoreira, uma vez que o governador havia sido nomeado e buscava, por todos os meios, justificar sua nomeação realizando uma administração que, no seu entender, fosse voltada para os anseios dos acreanos.

Faltava-me esclarecer porque o Plano Quadrienal de Educação, de 1968, previa a criação de uma Faculdade de Filosofia, uma de Enfermagem e uma de Agronomia em 1970, e o governador criou o Centro Universitário do Acre com outros cursos. Refiz todas as leituras referentes à educação no Estado na tentativa de encontrar uma explicação para tal mudança. Em uma delas - a dissertação de mestrado da professora Éder Figueira Marques de Oliveira “Educação básica: imposição política ou pressão social (análise da educação no estado do Acre - 1962-1983)” - encontrei algumas pistas para buscar nos acordos MEC-USAID os motivos da mudança de interesse. Como se sabe, através destes acordos o Brasil recebeu assistência técnica e financeira dos EUA e, desta forma, realizou treinamento de pessoal técnico,

principalmente de dirigentes, visando a implantação da política educacional do MEC.

Constatei que os efeitos do Decreto-Lei nº 200 chegaram ao Acre ainda em 1967, quando membros do Conselho Estadual de Educação, a própria Secretária de Educação e sua equipe técnica foram treinados pelo MEC para que realizassem o planejamento da educação do Estado. Nesse período, o CFE entendia que o responsável pelo fracasso educacional no país era a falta de planejamento educacional dos CEE e das Secretarias de Estados. Daí a importância dada à realização do treinamento.

De posse destes dados, foi possível compreender a mudança de interesse. A educação do estado necessitava, de acordo com a nova mentalidade, de administradores e planejadores; apenas secundariamente ela precisava de professores. Também pela nova legislação, a Faculdade de Filosofia perdeu sua função integradora de faculdades. Outro aspecto a ser considerado diz respeito ao financiamento destes programas de treinamento, que eram mais facilmente concedidos aos projetos destinados à formação de recursos humanos. Como o Acre era carente neste setor, especialmente de administradores, técnicos em planejamento e professores, resolveu-se criar os cursos de Pedagogia (que além de dirigentes e técnicos em planejamento preparasse professores para o ensino normal), Letras, Estudos Sociais e Matemática. Estes cursos, além dos já existentes, deram origem ao Centro Universitário do Acre - tema dos dois últimos textos que apresento no Exame de Qualificação.

Para a exposição dos resultados da pesquisa, optei por seguir uma ordem cronológica, por entender que esta facilita a compreensão do trabalho.

Julgo necessário, porém, fazer alguns esclarecimentos quanto aos dois primeiros capítulos, que a primeira vista parecem estar fora da cronologia, visto que a ocupação recente da Amazônia e conseqüentemente, do Acre, teve início em 1966 com a “Operação Amazônia”. Para abordar a ocupação recente da Amazônia faz-se necessário explicitar os seus fundamentos, os quais podem ser encontrados na geopolítica e na Doutrina de Segurança Nacional, conceitos que adquirem um significado todo especial por ocasião da vigência da guerra fria (iniciada em 1945). Eles estão na base do movimento de 1964 que, tendo por base a Segurança Nacional, desencadeou a Operação Amazônia para atrair empresários para a região, ao mesmo tempo em que uma série de providências e medidas governamentais neste mesmo sentido foram tomadas, como a criação de órgãos federais na região, incentivos fiscais, facilidades de crédito etc.

É importante destacar que não é possível entender todo este contexto sem fazer referência às sucessivas crises pelas quais passou o extrativismo no Acre, sobretudo a partir da década de 50, devido ao fim dos acordos econômicos do Brasil com os Estados Unidos. Esta crise propiciou a venda dos seringais no final dos anos 60 e início de 70, favorecendo o início da pecuária na região.

## CAPÍTULO I

### OCUPAÇÃO RECENTE DA AMAZÔNIA

#### 1.1 - Raízes da geopolítica de segurança nacional e o capitalismo no governo militar

Desde o seu povoamento, iniciado nos séculos XVII e XVIII, a Amazônia vem passando por vários processos de ocupação econômica. A mais recente, datada na segunda metade da década de 60, foi impulsionada pela expansão do capitalismo e obedecia a razões da ideologia militar. Contribuíram para tal iniciativa várias medidas governamentais, as quais deixaram evidente a política do Governo Federal para esta região vinculada às exigências do capitalismo dependente. No entanto, foi na década de 70 que a ocupação da Amazônia assumiu maiores proporções. Esta agilização deveu-se, sobretudo, à implantação de projetos de colonização, além de financiamentos para diversos tipos de empreendimentos, em especial projetos agropecuários.

Na ocupação da Amazônia, segundo Ianni (1981:132), a ditadura militar adotou sobretudo duas orientações básicas: uma de geopolítica de segurança nacional e outra de caráter econômico, visando implantar na região o capitalismo extensivo. Quanto à geopolítica,

*"... em si não é necessariamente ligada à ideologia da segurança nacional. É evidentemente anterior. Pode servir tanto à causa dos nacionalistas de esquerda quanto aos de direita..."* (Comblim, 1978:23).

O seu objetivo seria o de estudar:

*"... a relação entre a geografia e os Estados, sua história, seu destino, suas rivalidades, suas lutas. Difere da geografia política no sentido de que procura nos dados geográficos orientação para a política; através dela, os Estados procuram em sua geografia os sinais de seu destino. Ela visa o futuro. É a ciência do projeto nacional. É o fundamento racional dos projetos políticos. (...)  
Ela orienta o homem de Estado na condução da política interna e externa do Estado e orienta o militar no preparo da defesa nacional e na condução de estratégias..."* (op. cit.: 24-25).

Estas idéias, aliadas à grande tese da geopolítica latino-americana do período em que o mundo estava dividido em dois blocos antagônicos - capitalismo X socialismo, ocidente democrata e cristão X oriente comunista e materialista - que a América Latina necessariamente deveria integrar-se ao bloco ocidental, iriam definir geopoliticamente nação como:

*"... uma única vontade, um único projeto: ela é o desejo de ocupação e domínio do espaço"* (op. cit.: 28).

Nesta perspectiva Couto e Silva, no tópico<sup>5</sup> "Possíveis diretrizes de uma geopolítica brasileira", traçou duas diretrizes que considerava básicas

---

<sup>5</sup> Ver *Conjuntura Política Nacional, o Poder Executivo & Geopolítica do Brasil* (1981), capt. II, pp. 92-4.

aos interesses da nação brasileira. No âmbito interno, a diretriz seria a incorporação definitiva e o estabelecimento de uma nova forma de domínio nas regiões despovoadas do país e, conseqüentemente, vazias de civilização. Para realização deste intento, três medidas seriam necessárias:

- "1ª - articular firmemente a base ecumênica de nossa projeção continental, ligando o Nordeste e o Sul ao núcleo central do país; ao mesmo passo que garantir a inviolabilidade da vasta extensão despovoada do interior pelo tamponamento eficaz das possíveis vias de penetração;*
- 2ª - impulsionar o avanço para Noroeste da onda colonizadora a partir da plataforma central - a atual região nuclear do país -, de modo a integrar a península Centro-Oeste no todo ecumênico brasileiro,*  
*e*
- 3ª - inundar de civilização a Heléia amazônica, a coberto dos nódulos fronteiros, partindo de uma base avançada constituída no Centro-Oeste em ação coordenada com a progressão E-O, segundo o eixo do grande rio".*

No âmbito externo, para o referido autor a diretriz seria:

*"... a salvaguarda da inviolabilidade territorial ante ameaças externas de quaisquer origens que sejam, por pouco prováveis mesmo que se nos afigurem" (op. cit.: 93).*

Os elementos indispensáveis à segurança nacional estavam, portanto, postos pela geopolítica. De um lado, havia a necessidade de ocupação do território e integração econômica entre as regiões; de outro, a necessidade de defesa da civilização ocidental fundada na bipolaridade

leste-oeste. Mas, para compreender melhor o porquê da elaboração de um sistema defensivo, é preciso entender a situação dos países da América Latina após a 2ª Guerra Mundial.

O fim da 2ª Guerra Mundial colocou os Estados Unidos e a União Soviética como líderes de blocos distintos e antagônicos, em torno dos quais giravam os países capitalistas e socialistas. A condição de líderes fez com que:

*"Desde o fim das operações militares na Europa e Ásia, as desconfianças se agravaram, os mal-entendidos, as suspeitas, as acusações se acumularam de parte a parte; as oposições entre aliados se aprofundaram e culminaram, em alguns anos, em um conflito que, em todos os domínios - salvo o das armas -, assumiu o caráter de uma verdadeira guerra, é a guerra fria..."* (Crouzet, 1963:102).

A guerra fria, segundo Ianni (1976:107), colocou à diplomacia dos Estados Unidos o imperativo de: *"... reelaboração ideológica do papel dos Estados Unidos no mundo capitalista e em face do mundo socialista"*. A partir disso, o novo *"... fundamento da política externa norte-americana é o conceito de segurança nacional,..."* (op. cit.: 108).

O conceito de segurança nacional, norte-americano, diante do antagonismo citado, pôs em prática a luta anti-comunista, ou seja, a guerra contra o comunismo internacional. Essa guerra envolvia não só os Estados Unidos, mas também os seus aliados da América Latina. A diplomacia norte-americana, após a vitória da revolução cubana, inculcou nos países latinos a necessidade de associar a sua segurança interna com a do continente. Desta maneira,

*"... os cidadãos latino-americanos acabam por ser responsáveis tanto pela segurança nacional, em cada país, como pela estabilidade do regime capitalista, no conjunto da América Latina" (Ianni, 1976:109).*

O clima de guerra fria, de guerra contra o comunismo internacional, tornou-se uma realidade no Brasil e propiciou o surgimento da Escola Superior de Guerra como responsável pela elaboração, implantação e divulgação de uma doutrina de segurança para o país. Como resultado, foi elaborada uma doutrina de Segurança Nacional brasileira que enfatizava a segurança interna mediante as ameaças indiretas do comunismo. Por outro lado,

*"... os latino-americanos, preocupados com o crescimento de movimentos sociais da classe trabalhadora, enfatizaram a ameaça da subversão interna e da guerra revolucionária, além disso a ideologia latino-americana de segurança nacional, especialmente na variante brasileira, volta-se especificamente para a ligação entre desenvolvimento econômico e segurança interna e externa" (Alves, 1984:33).*

Tendo por base as idéias da geopolítica, da doutrina de segurança nacional e a realidade econômica e social da década de 60, o imperialismo norte-americano e seus aliados no Brasil prepararam e deram o golpe de 1964. Este deveria assegurar no país, dentre outras finalidades, os interesses do capital internacional que se via ameaçado diante das reformas propostas pelo governo Goulart e pelo avanço da organização dos trabalhadores urbanos e rurais. Assim,

*"... os golpes de Estado destinaram-se a eliminar idéias, partidos e também pessoas, além de reformular o aparelho estatal e restaurar as condições mais favoráveis à circulação e reprodução do capital privado, praticamente estrangeiro. Em todos esses casos, o aparelho estatal é modernizado segundo os preceitos do imperialismo, o que significa também aperfeiçoamento dos instrumentos repressivos" (Ianni, 1976:44).*

A repressão foi a marca registrada do desenvolvimento com segurança. Os governos militares combateram os identificados ou presumíveis opositores, os quais podiam ser tanto externos quanto internos.

Os opositores externos eram identificados com o imperialismo comunista liderado por Moscou, que representava ameaças não só ao Brasil mas, também, aos Estados Unidos, ao Ocidente cristão e à democracia. Contra essa ameaça era preciso ter estratégias de ataque ou contra-ataque para

*"... conter o expansionismo comunista em suas fronteiras atuais já dilatadas, impedindo-o de transbordar, onde quer que seja, pelo ataque militar ou pela penetração pacífica, pela agressão tanto ostensiva quanto disfarçada, tanto direta como indireta, e prevenindo o lançamento à distância de novos rebentos que venham, numa metástase de que só o comunismo e o carcinoma descobriram o segredo maligno, a promover, aquém da cortina de ferro, novos focos da perniciosa infecção, de extinção muito mais difícil" (Couto e Silva, 1981:240-1).*

Se os opositores externos eram aqueles que ameaçavam a inviolabilidade do território brasileiro pelo comunismo internacional, os internos eram todos aqueles que se opunham, de uma forma ou de outra, ao

projeto da elite, e também - por conseguinte - que comprometiam a segurança nacional. Desses opositores não eram permitidas agressões disfarçadas em subversão. A lei de Segurança Nacional identificava-os como *"tudo o que seja ligado às massas, ao movimento popular e às classes trabalhadoras"* (Oliveira 1987:67).

Esses inimigos deveriam ser identificados e combatidos tanto com medidas preventivas quanto repressivas. Tais medidas visavam garantir a realização dos interesses definidos pela elite, que deveriam ser entendidos como de interesse geral da nação. No entanto, era possível verificar que a aliança das elites brasileiras com a burguesia imperialista era a

*"... garantia tanto de sua parcela de participação do produto do trabalho social, como da dominação sobre as classes assalariadas"* (Ianni, 1976:62).

Além da expropriação do trabalhador, a burguesia associada buscava todos os meios possíveis para impedir que os explorados buscassem alternativas para o seu próprio desenvolvimento. Conforme já foi dito, o Golpe de 64 colocou no poder governos comprometidos com os interesses do capital multinacional e nacional. Este comprometimento levava-os obrigatoriamente, a adotar políticas econômicas de acordo com interesses - a chamada "economia aberta" -, que impunham ao país um desenvolvimento dependente dos interesses das multinacionais. O propósito, entre outros, era a internacionalização da economia brasileira através da captação de recursos externos favorecidos de lucros fáceis e de retorno garantido. Para tanto,

*"... a ditadura refez, modernizou ou aprimorou as instituições e as estruturas econômicas e políticas do Brasil, de modo a garantir altos índices de acumulação de capital, ao mesmo tempo em que se desenvolvia a concentração e a centralização do capital sob o controle ou a influência da empresa estrangeira ou multinacional, isto é, imperialista"* (Ianni, 1986:24-5).

O país ficou, portanto, à mercê de uma economia controlada por instituições externas que em nada favoreciam o crescimento auto-governado do país.

## 1.2 - Breve histórico da ocupação - do projeto geopolítico à expulsão dos posseiros

A ocupação econômica da Amazônia, baseada na extração do látex, teve seu início no século passado, mas intensificou-se depois de 1850, quando o desenvolvimento capitalista industrial fez da borracha matéria-prima imprescindível à produção de bens de consumo.

*"A indústria da borracha, na Europa e nos Estados Unidos, comandava o volume e a intensidade da borracha rústica na mata. A extração do látex da árvore gomífera (...) era um trabalho desempenhado sob o controle do capital estrangeiro"* (Ianni, 1979:51).

A formação e expansão da economia da borracha foi determinada pelo capital internacional que, a partir da demanda do mercado internacional, intensificou os fluxos migratórios que iriam ocupar quase a totalidade das margens dos rios Amazônicos. Buscava-se fazer surgir novos seringais com o objetivo de aumentar a produção da borracha pelo aumento da área de extração e, também, pelo aumento da jornada de trabalho dos seringueiros.

Os interesses internacionais e nacionais em torno da produção e comercialização da borracha criaram relações de produção apropriadas para o seu extrativismo. Tais relações se organizavam numa complexa rede, que ia desde o seringueiro que trabalhava na extração do látex, passando pelo seringalista, até a casa aviadora e casa exportadora. Estas relações eram denominadas de aviamento.

O quadro de dependência tecido pelo aviamento, embora diretamente subordinado ao capital mercantil, terminava em última instância no capital industrial.

*“O capital industrial, em cujas malhas se prendia o trabalho do seringueiro, era somente a expressão mais imediata e visível do ciclo de reprodução do capital industrial centrado na indústria de artefatos de borracha e cada vez mais influenciado pela indústria automobilística”* (op. cit.: 51).

Estas relações tinham por base o endividamento permanente e

*“... faziam do seringueiro (...) um singular prisioneiro do próprio trabalho. Trabalhava para saldar dívidas, manter-se e seguir trabalhando, para saldar dívidas, manter-se e assim por diante, sempre”* (op. cit.: 50).

Prisioneiro de suas dívidas e coagido pelo seringalista, o seringueiro deveria empregar todo o seu tempo à produção da borracha, não lhe restando oportunidade sequer para desenvolver a agricultura de subsistência. A prática do aviamento proibia o exercício de qualquer outra forma de atividade que não fosse a extração do látex.

Somente pelo endividamento permanente foi possível formar a força de trabalho de que necessitava a indústria extrativista para produzir a borracha - elemento fundamental, na época, para reprodução e acumulação do capital industrial internacional. Este mecanismo, encontrado pelo capital monopolista para imobilizar a força de trabalho, submeteu os seringueiros às piores condições de trabalho e impediu-os de serem trabalhadores livres. Isto fez do seringueiro *“um prisioneiro do sistema de aviamento, do comércio, do crédito, da violência privada do patrão”* (op. cit.: 55).

As relações de produção adotadas pelo extrativismo, além de não permitirem a expansão e diversificação do mercado regional, impediram o desenvolvimento tecnológico e, sobretudo, condicionaram o desenvolvimento da sociedade local nos aspectos econômico, cultural, político etc.

O interesse do capital internacional pela borracha brasileira permaneceu até 1912, quando a produção brasileira atingiu o seu melhor nível de produção e exportação - 42 mil toneladas. A partir de 1913 ela começou a sofrer a concorrência asiática que, organizada em moldes empresariais, baixava os custos da produção atraindo, assim, os interesses do mercado mundial.

A produção asiática, deste modo, quebrou o monopólio brasileiro de produção e comercialização da borracha. Vale lembrar que as sementes de **Hevea** para formação dos seringais asiáticos (Ceilão, Malásia, etc.) foram levadas do Brasil em 1876 pelos ingleses.

A desistência da indústria européia e norte-americana em adquirir o produto brasileiro instalou, naquele período, uma violenta crise econômica na Amazônia, levando à desativação dos seringais. O Acre, por ser o maior produtor do país e por viver apenas do mono-extrativismo da borracha, sentiu muito mais esta crise.

Tal situação só foi alterada na década de 40 quando o capitalismo industrial, impossibilitado de ter acesso à borracha asiática devido à 2ª Guerra Mundial, voltou a ter interesse pela produção brasileira. Esta encontrava-se desorganizada e estagnada pela própria concorrência asiática.

Em 1942 os Estados Unidos firmaram com o governo brasileiro uma série de acordos econômicos visando aumentar a produção de borracha para suprir as necessidades da indústria e das Forças Armadas. A ajuda norte-americana proporcionou novos investimentos e aumento da produção e, conseqüentemente, foi reavivada a vida nos seringais. Mas terminada a guerra, em 1945, a indústria internacional voltou a comprar o produto de seus parceiros na Ásia, e o extrativismo amazônico entrou novamente em crise.

Após o término da ajuda norte-americana, o governo brasileiro sentiu-se no dever de continuar incentivando o desenvolvimento da região. Para isso criou, em 1953, a Superintendência de Valorização da Amazônia (SPEVEA). Todavia, só a partir da década de 60, particularmente a partir de

1966 - a idéia de ocupar economicamente a Amazônia passou a ser enfatizada em todas as manifestações governamentais. Obviamente, por trás dos interesses econômicos existiam também os de segurança nacional, motivados pelo momento político vivido pelo país.

*"Tratava-se de preencher o vazio demográfico, ou o vazio econômico. Era preciso colonizar, desenvolver, articular, vertebrar. Como se fora uma ilha solta no espaço geopolítico, ou econômico, os governantes se preocuparam em despertar a Amazônia e em desenvolver ali laços com o Centro-Sul. (...). Tudo deveria ser feito para que a região fosse, ao mesmo tempo, produtora e consumidora de mercadorias; preferencialmente produtora de mercadorias que se realizassem no mercado externo, para produzir divisas necessárias à continuidade dos negócios dos governantes e das empresas predominantes na economia política da ditadura" (Ianni, 1981:141).*

O processo de incorporação da Amazônia à economia do Centro-Sul previsto pelo Estado, estava relacionado com um conjunto de fatores interligados que decorrentes do projeto geopolítico do país, envolviam a modernização da agricultura, o desenvolvimento industrial e, sobretudo, a subordinação da agricultura ao capital.

A industrialização da agricultura busca liberar o processo produtivo da subordinação às forças da natureza, fazendo com que o cultivo da terra deixe de ser uma esperança para tornar-se uma certeza de maiores massas de lucro. Com isso, a atividade agrícola passou a ser um dos ramos rentáveis de investimento onde o capital era empregado. Não fosse por este fato,

provavelmente não haveria uma grande corrida aos investimentos agrícolas na Amazônia. Segundo Graziano,

*"A agricultura para o capitalista não é uma atividade que produz arroz, feijão, soja ou carne; é uma atividade que produz lucros. Não é a produção que interessa em si, mas a rentabilidade do capital investido"* (Graziano, 1981:78).

No Brasil a modernização da agricultura ocorreu, em um primeiro momento, nos Estados do Sul e Sudeste, onde a própria agricultura possibilitou o processo de industrialização. Estas regiões, por serem industrializadas, contavam com a maior concentração de renda, a melhor infra-estrutura para produção e escoamento de produtos industrializados, bem como o maior mercado consumidor do país.

Este processo ocorreu às custas da expropriação de pequenos proprietários, arrendatários, meieiros etc. que, não tendo condições para resistir à investida do grande proprietário, ou venderam suas terras ou foram expulsos das mesmas. Devido a isso iniciou-se um movimento migratório rural/rural e rural/urbano. No caso da migração rural/rural, tal movimentação deu-se não mais dentro do próprio Estado, mas de um Estado para outro.

De acordo com Duarte,

*"Com o desenvolvimento intensivo da agricultura no Sul e Sudeste, (...), intensifica-se a ocupação de terras de outras regiões, principalmente no Centro-Oeste, que aos poucos também vai se mecanizando. Em seguida o fluxo dirige-se para o Norte"* (Duarte, 1987:36).

Cabe ressaltar que a industrialização da agricultura foi intensificada após 64, com as políticas de incentivos fiscais e os baixos preços das terras.

Na Amazônia este processo iniciou-se a partir de uma operação para sua ocupação, desencadeada em 1966 na 1ª Reunião de Investidores da Amazônia. Desta reunião saiu uma declaração dos governadores da região, do Governo Federal, da Confederação da Agricultura e da Confederação Nacional da Indústria, em que todos afirmavam reconhecer as dificuldades para se investir na Amazônia mas, ao mesmo tempo, reconheciam a necessidade de serem aproveitadas as suas potencialidades para integrá-la sócio e economicamente ao Brasil desenvolvido. Os participantes dessa reunião - autoridades e empresários - firmaram

*"... compromisso de mobilizar todas as forças vivas da nação visando atrair para a Amazônia empreendimentos de qualquer natureza, indispensáveis ao seu desenvolvimento"*  
(Umbelino de Oliveira, 1991:36).

A Operação Amazônia teve como objetivo atrair empresários do Sudeste, Sul e até do exterior, para que investissem em empreendimentos na região a fim de explorar seus recursos minerais, agrícolas, vegetais etc. e proporcionar seu desenvolvimento agropecuário e industrial. Do ponto de vista governamental argumentava-se, para o desenvolvimento econômico e a ocupação da Amazônia, que a região também merecia os mesmos privilégios concedidos ao Nordeste no que se referia aos incentivos fiscais e que, além do vazio demográfico e econômico e da necessidade de segurança nas fronteiras,

havia interesse de outras nações na internacionalização da área, por ser esta considerada patrimônio da humanidade.

No fundo, a pretensão do governo era integrar a Amazônia ao modelo de desenvolvimento econômico dependente e favorecer a acumulação de capital dos empresários do Centro-Sul o que se daria através da transformação da região em mercado consumidor dos produtos industrializados vindos do Sul, ao mesmo tempo em que esta produziria matéria-prima e outros bens-de-consumo para os mercados nacional e internacional.

Deflagrada a Operação Amazônia, restava ao Governo Federal tomar as medidas cabíveis para implementá-la. Para tanto, fazia-se necessária a reestruturação de algumas instituições já existentes e a criação de outras. Tendo isto em vista, inicialmente o Governo Federal transformou, em 1966, o Banco de Crédito da Amazônia em Banco da Amazônia S/A (BASA)<sup>6</sup>, que surgiu com várias atribuições, entre elas:

- executar a política do Governo Federal na Região Amazônica relativa ao crédito para o desenvolvimento econômico e social;
- efetuar operações bancárias em todas as suas modalidades, inclusive aceites, avais e prestações de quaisquer garantias e, especialmente, operar com as atividades industriais, comerciais e produtoras da Região Amazônica;
- atuar como agente financeiro para aplicação, na Região Amazônica, de recursos mobilizados interna ou externamente de acordo com a legislação em vigor.

---

<sup>6</sup> Lei nº 5122, de 28.09.66.

Em outubro do mesmo ano, foi instituído o Plano de Valorização da Amazônia, que tinha como objetivo: *"...promover o desenvolvimento auto-sustentado da economia e o bem-estar social da região Amazônica de forma harmônica e integrada à economia nacional"* (Lei nº 5173, art.3).

Para o desenvolvimento deste Plano foram estabelecidas por lei uma série de orientações básicas, dentre as quais citamos:

- "a) realizar programas de pesquisa e levantamento do potencial econômico da região, como base para a ação planejada a longo prazo;*
- b) definição dos espaços econômicos suscetíveis de desenvolvimento planejado, com a fixação de pólos de crescimento capazes de induzir o desenvolvimento de áreas vizinhas;*
- e) adoção de uma política imigratória para a Região, com aproveitamento de excedentes populacionais internos e contingentes selecionados externos;*
- h) incentivo e amparo à agricultura, à pecuária e à piscicultura como base de sustentação das populações regionais;*
- l) adoção de intensiva política de estímulos fiscais, creditícios e outros, com o objetivo de:*
  - I - assegurar a elevação da taxa de reinversão na região dos recursos nela gerados;*
  - II - atrair investimentos nacionais e estrangeiros para o desenvolvimento da Região"* (Lei nº 5, 173, art. 4º).

Dentre as medidas governamentais tomadas foi criada também, a Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM). À SUDAM atribuíram-se as seguintes tarefas, entre outras:

- “a) elaborar o Plano de Valorização Econômica da Amazônia e coordenar ou promover a sua execução, diretamente ou mediante convênio com órgãos ou entidades públicas, inclusive sociedades de economia mista, ou através de contratos com pessoas ou entidade privadas;*
- c) coordenar as atividades dos órgãos e entidades federais e supervisionar a elaboração dos seus programas anuais de trabalho;*
- d) coordenar a elaboração e a execução dos programas e projetos de interesses para o desenvolvimento econômico da Amazônia a cargo de outros órgãos ou entidades federais;*
- e) prestar assistência técnica a entidades públicas na elaboração ou execução de programas ou projetos considerados prioritários para o desenvolvimento regional, a critério da SUDAM;*
- i) julgar a prioridade dos projetos ou empreendimentos privados de interesse para o desenvolvimento econômico da Região, visando à concessão de benefícios fiscais ou de colaboração financeira, na forma da legislação vigente” (op. cit.: art. 10).*

Em 1971, motivado pelo disposto na alínea "e" do Art. 4 da Lei n 5.173, o governo promoveu uma política explícita de imigração para a Região, criando o Programa de Redistribuição de Terras e de Estímulo à agro-indústria do Norte e Nordeste (PROTERRA). O PROTERRA, de acordo com o Decreto-Lei nº 1179, que o criou em 02 de julho de 1971, tinha por objetivo:

*"Promover o mais fácil acesso do homem à terra, criar melhores condições de emprego, de mão-de-obra, e fomentar a agro-indústria nas regiões compreendidas nas áreas de atuação da SUDAM e da SUDENE".*

Segundo Duarte (1987:50-1), este programa não funcionou por falta de recursos para ações discriminatórias de terras devolutas e para redistribuição de terras. A maior parte dos recursos (65%) foi destinada aos projetos agropecuários, agrícolas e agro-industriais.

Um outro programa, o POLAMAZÔNIA (Programa de Pólos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia), foi criado pelo Decreto-Lei nº 74607 de 25/09/76. Segundo este, o objetivo do POLAMAZÔNIA deveria ser:

*"Promover o aproveitamento integrado das potencialidades agro-industriais, florestais e minerais em áreas prioritárias da Amazônia".*

É preciso lembrar que a SUDAM, como órgão responsável pelo planejamento, pela promoção, execução e controle das ações federais na região, acabava por determinar o que deveria ser implementado ou não. Portanto, era ela que julgava se os projetos eram ou não relevantes para a região. De acordo com Ianni,

*"... a SUDAM passou a induzir a implantação de projetos industriais, agropecuários e outros. Em especial os incentivos e isenções econômicas e político-governamentais aos projetos agropecuários aceleram a corrida à terra" (Ianni, 1981:137).*

As medidas governamentais que citamos, entre outras, exerceram um atrativo especial para os empresários, fazendeiros e agropecuaristas do Centro-Sul, os quais vislumbraram na Amazônia a possibilidade de ganhar

dinheiro e condições "*para a formação e crescimento de latifúndios, fazendas ou empresas agropecuárias, de estrativismo e mineração*" (Ianni, 1986:129).

Com a aquisição de terras, empresários e fazendeiros necessitavam de profissionais de diversas áreas para exercerem atividades indispensáveis aos seus empreendimentos. Devido a isso, profissionais de diversas áreas migraram para a Amazônia, dentre eles advogados para encaminharem a legalização das terras e trabalhadores braçais para realizarem a derrubada da mata. A ocupação da Amazônia, portanto, não foi feita somente por empresários, grandes fazendeiros e proprietários. Ao lado destes podiam ser encontrados trabalhadores rurais dos mais diversos Estados brasileiros que, tendo sido expropriados de suas terras nos seus Estados de origem, buscavam na Amazônia uma nova área de terra para continuar a produção familiar.

Segundo Ianni (1986:128), "*A migração de trabalhadores rurais e seus familiares para a região Amazônica intensificou-se bastante desde 1970*". Neste período intensificou-se nos Estados de São Paulo e Paraná a expropriação de pequenos e médios produtores, especialmente aqueles que "detêm formas transitórias de acesso a terra, como são os pequenos parceiros e arrendatários" (Graziano, 1981:72).

Tal realidade, aliada à abundância de terra a preços baixos, fez com que um grande contingente de trabalhadores rurais desempregados e sem posses do Centro-Sul, Nordeste e outras regiões do país migrassem para a Amazônia em busca de terras. Este contingente estabeleceu-se sobretudo no

sul do Pará, norte de Goiás, norte do Mato Grosso e Rondônia; a ida para estas regiões deu-se em função do acesso rodoviário relativamente fácil.

Pode-se afirmar que trabalhadores rurais, latifundiários, grileiros e fazendeiros e seus funcionários (peões, vaqueiros, gerentes etc.) chegaram praticamente à mesma época na região e se instalaram em terras devolutas, indígenas e de posseiros. Em se instalando construíram estradas, povoados e até mesmo cidades. Concomitantemente a isso, instalou-se também o processo de grilagem de terras, que ocasionou vários conflitos envolvendo, em geral, de um lado posseiros e índios e, de outro, grileiros e fazendeiros. Não raro estes conflitos eram arbitrados pelo poder público local em favor dos pecuaristas, que eram favorecidos pelos órgãos federais e protegidos e defendidos pelas instituições locais, tais como o Poder Judiciário e a Polícia Militar.

É possível afirmar que os objetivos implícitos da legislação e das medidas governamentais, ou seja, aqueles que não estavam claramente expressos e que visavam a incorporação da Amazônia à fronteira extensiva do capitalismo, foram atingidos. O projeto geopolítico de integração da região, atrelado aos imperativos do capitalismo, levou o Estado Nacional a interiorizar os órgãos de representação federal (SUDAM, SUFRAMA etc.), a construir estradas e a dotar a região de infra-estrutura de serviços tais como agência bancária, luz elétrica, telefonia etc.. Praticamente todas as cidades da região, mesmo as menores e mais distantes, passaram a contar com tais serviços e, inclusive, com estações repetidoras de televisão.

Também de acordo com o referido projeto, expandiu-se o consumo de produtos industrializados, os quais conseguiram chegar aos pontos

mais remotos da região. Os pecuaristas passaram a demandar produtos como trator, caminhonete, caminhão, arame, vacinas, moto-serra, sementes de capim, defensivos agrícolas etc., indispensáveis às suas atividades produtivas.

Além destes, outros produtos também eram demandados, fazendo crescer de importância a figura do comerciante, que passou a levar para a Amazônia os frutos da industrialização solicitados e a escoar desta região os produtos dela originários, em especial minérios, madeira, castanha e borracha. Desta forma a Amazônia integrou-se ao Centro-Sul, tornando-se consumidora de mercadorias industrializadas e produtora de matéria-prima para as indústrias.

Quanto aos objetivos declarados do desenvolvimento, tais como bem estar social, acesso fácil do homem à terra e aproveitamento das potencialidades da região, estes não foram atingidos. Isto porque os incentivos fiscais e crédito fácil só eram oferecidos aos proprietários de grandes quantidades de terras. Estes, por sua vez, não sendo da Amazônia e atuando em outros ramos empresariais nos seus estados de origem, acabaram por desviar parte significativa dos recursos destinados ao desenvolvimento da região para outras atividades, quando não os destinavam à especulação financeira. Com isso, pequeno produtor foi praticamente alijado do processo de promoção do desenvolvimento da região. Tal fato foi confirmado pelo presidente do BASA, em depoimento à Comissão Parlamentar de Inquérito sobre a Amazônia:

*"Na Amazônia existem poucas grandes empresas. No setor rural as propriedades de até 100 ha correspondem a 85% do total. Contudo, a SUDAM praticamente não aprova*

*"... sua expulsão da terra pelos funcionários do governo, polícia, pistoleiros ou jagunços a serviço do grileiro, latifundiário, fazendeiro ou empresário" (Ianni, 1981:106).*

Este fato propiciou o surgimento de conflitos pela posse da terra na região e, infelizmente, foram esses conflitos que a tornaram nacional e internacionalmente conhecida.

## CAPÍTULO II

### ELEVAÇÃO DO ACRE À CATEGORIA DE ESTADO E SEU CONTEXTO ECONÔMICO NA DÉCADA DE 60

#### 2.1 - As lutas políticas e a emancipação do território

De 1920 até 1962 o Acre foi administrado por um interventor chamado de Governador Geral, nomeado pelo Presidente da República. Este interventor, por sua vez, nomeava os Prefeitos dos municípios. Como não havia pessoas qualificadas no Território, os colaboradores do Governo eram de outros Estados, geralmente o mesmo de origem do interventor. Este sistema não possibilitava o surgimento e a estruturação de organizações políticas no território como um todo. As disputas políticas gravitavam em torno de cada localidade, especificamente em volta das intrigas existentes entre as diferentes forças da sua elite.

O surgimento no cenário político nacional do PSD e do PTB possibilitou, na segunda metade da década de quarenta, a criação e organização no Acre destes referidos partidos por dois ex-interventores do território, **Oscar Passos** e **José Guimard dos Santos**, ambos coronéis posteriormente promovidos a general. Estes dois militares-políticos tornaram-se os pólos entre os quais oscilou e desenrolou-se a vida política do Território -

e posteriormente do Estado - durante anos. Ambos foram Deputados Federais eleitos por vários pleitos seguidos e, mais tarde, Senadores.

José Guiomard dos Santos foi Governador do Território do Acre entre os anos de 1946 a 1950. Neste período, Guiomard organizou o PSD, partido que

*“... reunia os representantes da burguesia industrial e comercial urbana e uma ala formada pelos fazendeiros - os coronéis - e comerciantes dos municípios do interior. Esta última formava uma verdadeira clientela dependente dos favores (verbas, empregos, nomeação) dos caciques políticos estaduais e do Governo Federal” (Alencar e outros, 1981: 275).*

Por isso, no Acre o PSD do coronel Guiomard dos Santos “... encarnava as idéias dos comerciantes, dos seringalistas e dos funcionários públicos mais graduados” (Calixto e outros, 1985: 183).

O coronel Oscar Passos governou o território de 21.08.41 a 22.08.42. Em 1949 organizou o PTB, partido que em nível nacional, era

*“... formado principalmente por elementos do Ministério do Trabalho, políticos e sindicalistas fiéis a Getúlio; este partido conseguiu o apoio de uma grande parcela dos trabalhadores urbanos submetidos aos esquemas políticos ideológicos criados durante o período de Vargas” (op. cit.: 276).*

Não é possível afirmar que no Acre os partidos mantivessem em suas hostes os mesmos segmentos sociais que os compunham em nível nacional. O que pesou na organização destes naquela região foram as relações

de dependência, de amizade e de gratidão por benefícios recebidos de um ou outro chefe político, e nem as idéias nem os programas foram motivos de escolhas partidárias. O eleitorado, por sua vez, desinformado, sem organização e sem experiência política, votava com os seus chefes.

Na década de 50 um movimento denominado autonomista, que visava a emancipação política do Território do Acre, passou a ser comandado por Guiomard dos Santos, Deputado Federal que acabara de deixar o governo do Território. Este fato é significativo porque possibilitou ao ex-Governador, pelo tempo passado no governo e por sua habilidade política, criar em torno de si um grande número de seguidores fiéis. Este séquito era formado por ex-auxiliares de seu governo e por pessoas cooptadas através de favores ou benefícios recebidos.

Segundo seus adversários, o coronel Guiomard dos Santos era mestre nesta arte, pois

*“... sempre se distinguiu pela vaidosa habilidade de angariar votos por todos os meios e modos, mesmo a custa de deslealdade, para eleger-se deputado e conseguir emprego para seus amigos e parentes; mas nunca porém, como um cidadão que tenha qualquer compreensão do que seja necessário para o desenvolvimento e progresso de um território, de um estado, ou de qualquer localidade do País” (Dossiê, 1993: 81)<sup>7</sup>.*

---

<sup>7</sup> O que denominamos Dossiê é um texto intitulado: “Dossiê: Guiomard dos Santos (Acre) - elevação do Acre a Estado”, publicado pela Universidade Federal do Acre em 1993. Esta obra reúne os discursos, projetos, ante-projetos, recortes de jornais, telegramas, cartas, enfim: uma variedade enorme de documentos do próprio Guiomard, de seus amigos, de pessoas pró ou contra a elevação do Acre à Estado e, principalmente, de seu principal inimigo político Oscar Passos.

Este tipo de relacionamento garantia a ele a certeza de não ser traído em pleitos eleitorais.

Com o projeto de elevar o Território do Acre a Estado, apresentado em 1954, Guiomard tinha o controle da situação política do território e visava uma pequena mudança nas relações de poder. Tal mudança ia na direção mais favorável aos interesses de alguns de seus amigos até então excluídos do processo eleitoral; no entanto, esta seria possível na medida em que as reformas e concessões pudessem ser controladas por ele.

A proposta de transformação do Território em Estado recebeu críticas e contou com forte oposição tanto local quanto do resto do país. No Rio de Janeiro, em 19 de setembro de 1957, o Deputado Federal Tenório Cavalcanti publicou no jornal *Luta Democrática*, o artigo: “Desgraça Sobre o Acre!”, fazendo considerações em torno da conveniência do projeto e afirmando:

*“A prebenda da elevação a Estado só favorecerá ao profissionalismo político com a criação de uma Assembléia Legislativa, com a representação de sete deputados e três Senadores Federais. Quanto aos que labutam na extração da borracha, da castanha e de outros produtos da selva, lutando ante uma economia desajustada, serão levados à ruína, à penúria, com o estabelecimento dos postos e taxas de exportação”* (op. cit.: 159).

O aumento de impostos dos produtos provenientes de um Estado, a diminuição dos recursos concedidos pela união e a insuficiência financeira do Território foram a tônica dos discursos dos opositores ao projeto. Oscar

Passos, principal oponente de Guiomard dos Santos no Acre, assim se manifestou contra a proposta:

*“Transformado o território em estado, a União suspenderá o fornecimento de grande parte das verbas. (...) Não importa que este auxílio seja cortado de uma só vez, ou gradativamente durante alguns anos.*

*A conclusão é a mesma, pois dia virá em que teremos de viver às nossas próprias custas.*

*Quando isto ocorrer, o governo do Estado do Acre terá de ir buscar este dinheiro em algum lugar.*

*(...) Só pode ser da bolsa do povo, ou seja, aumentando os impostos (...) seja inventando novos tributos sobre todos os atos da nossa vida” (op. cit.: 344).*

Num outro documento (Dossiê, pp. 61-66), Oscar Passos dizia não ser contra a elevação do Território do Acre a Estado, mas afirmava que, para isso acontecer, o Território deveria desenvolver-se econômica e socialmente. Fazia críticas ao governo do Acre (PSD) por usar a máquina administrativa em benefício próprio e de seus correligionários, com objetivos de cooptar eleitores sem, contudo, preocupar-se com o desenvolvimento do Território.

Os opositores do ex-governador também o acusavam de querer promover o Acre a Estado para eleger-se Senador. Esta afirmação parece ser verdadeira, mas aos seus críticos ele respondeu: *“... dentro do regime de Estado há maiores vantagens para todos os partidos...”* (op. cit.: 300).

Guiomard dos Santos tinha atitudes de um cacique preocupado em ampliar o número de correligionários participantes da vida política sem abalar sua liderança e prestígio pois, como já foi dito, politicamente haveria

“vantagens” para todos: no novo Estado, além das representações federais (Deputados e Senadores), haveria as estaduais e municipais, onde seus amigos poderiam disputar cargos eletivos sem ameaçar o líder, que ainda contaria com o apoio de todos.

Este dado nos mostra o jogo de interesses existente por trás do projeto apresentado por ele, como também evidencia a sua esperteza política; se de um lado Guiomard permitia a participação de seus aliados no processo eletivo, do outro mantinha sua liderança incontestada como sendo o “pai” do Estado do Acre.

Reconhecendo a debilidade e a crise por que passava a economia acreana, Guiomard via na passagem de Território a Estado a saída para esta crise pois, segundo ele, os Estados através dos Ministérios recebiam mais recursos do Governo Federal do que os Territórios. Além dos recursos dos Ministérios, ele pretendia contar com recursos provenientes da subvenção a que têm direito os Deputados. Estas subvenções aumentariam em muito a renda do novo estado.

*“... as subvenções para o Acre que hoje são da ordem de 14 milhões de cruzeiros iriam, tendo o Acre 7 deputados, para 50 milhões - quantia capaz de manter todas as nossas prefeituras, já que hoje rendem, cada uma, no máximo 2 ou 3 milhões de cruzeiros” (op. cit.: 308).*

Ele entendia que só com as subvenções dos Deputados seria possível *“... manter todas as prefeituras do Acre que, graças a Deus por enquanto são apenas 7” (op. cit.: 308).*

Quanto às declarações do Deputado Oscar Passos, que afirmava que o Acre iria falir se transformado em Estado, Guiomard dos Santos dizia:

*“Todos os Estados vivem dependurados na união. (...) Tudo é dinheiro da união, distribuído em muito maiores quantias aos Estados. (...) política, economia e finanças estão entrelaçadas. Não é possível, sem força política, canalizar recursos mais fartos para o Acre. (...) Sem força política não haverá para o Acre maiores recursos, e sem maiores recursos não haverá maior progresso”* (op. cit.: 323).

É possível que Oscar Passos não fosse contra a elevação do Território do Acre a Estado. Em documento intitulado “Considerações sobre a autonomia do Território do Acre”, datado de 1957, ele afirmava:

*“Alinho-me corajosamente entre os mais entusiastas e ardorosos defensores da emancipação do território do Acre, mas não posso deixar-me envolver pela insidiosa manobra dos que querem, com segundas intenções, aproveitar o estado de semi-anestesia das populações acreanas para impor-lhes, já e já, uma solução que, longe de dar remédio aos males atuais, nada mais fará do que eternizar a escravidão em proveito de uns poucos”* (op. cit.: 62).

Mas se em 1957 Passos não se manifestava decididamente contra a passagem de Território para Estado, a partir de 1958 foi preciso fazê-lo, pois sua liderança já havia sofrido um grande abalo com a eleição do suplente de

Deputado Federal José Augusto de Araújo, um estudante universitário que morava no Rio de Janeiro, então Capital Federal<sup>8</sup>.

A necessidade de Passos ser contra a elevação do Território, vinha do fato de a política no Acre, como já foi dito, estar polarizada nos dois caciques. Um obrigatoriamente tinha que (politicamente) ser contra as idéias e propostas defendidas pelo outro. Se isso não ocorresse, como iriam os caciques explicar aos seus eleitores a defesa das mesmas idéias veiculadas por seus adversários políticos? Devido a isto Oscar Passos, após Guiomard Santos lançar o projeto de transformar o Acre em Estado, teve que se manifestar contra o mesmo. Em depoimento concedido à professora Edir Marques em 03.12.86, o Sr. Adonay Santos, antigo militante do PTB de Passos, disse que o partido não era contra, mas tinha que haver polêmica: “No fundo todos nós queríamos o Estado”.

Na verdade ambos sabiam que a condição de Estado seria, politicamente, boa para todos, pois possibilitaria a absorção de um maior número de correligionários na vida pública via eleição ou através de nomeações (indicação para os diversos cargos que surgiriam com o Estado). Desta forma abririam-se as lideranças emergentes, sem colocar em risco a dos chefes políticos.

É interessante destacar que o movimento autonomista no Acre data do início deste século, quando a produção gomífera atingiu o seu auge. Depois da década de 30 este movimento entrou em refluxo, voltando à tona

---

<sup>8</sup> No Rio, José Augusto exercia a prática de assistente social ao prestar ajuda aos estudantes acreanos que residiam nesta cidade. Além dessa prática assistencialista, ele atuava como procurador de centenas de funcionários públicos do Governo Federal residentes no Território do Acre.

somente na década de 50, com a criação do Comitê Pró-Autonomia do Acre - bandeira utilizada por Guimard dos Santos em sua campanha para reeleição a Deputado Federal, em 1954. Quando o Acre teoricamente possuía condições para tornar-se Estado (no auge da produção de borracha) e havia movimentos pró-autonomia praticamente em todos os municípios, não houve interesse e nem empenho dos políticos para tal intento. No entanto, em 1962, com a economia debilitada e sem mobilização popular, a autonomia foi concedida.

A explicação para isto, segundo Marques de Oliveira (1988:23), está no fato da “... *sociedade civil, representada pela oligarquia rural em decadência, conquistar desse modo espaço na sociedade política, na tentativa de substituir o poder econômico pelo poder político*” e, com isso, auferir as vantagens econômicas provenientes desse poder.

Na condição de Estado, o Acre poderia promover eleições para Governador e aumentar o número de vagas que lhe cabiam na Câmara Federal, além de serem abertas outras três para o Senado da República. No plano estadual, haveria eleições para prefeito dos municípios e surgiriam também eleições à Assembléia Legislativa Estadual e à Câmara Municipal.

Além dos cargos eletivos, haveria o aumento de cargos burocráticos com a criação de diversas Secretarias de Estado e Órgãos Federais, onde seria possível acomodar os amigos derrotados nos pleitos eletivos, desta forma recompensando-os pelos serviços prestados ao líder. Nestes casos, a escolha de pessoas para exercer funções públicas fazia-se muito mais de acordo com a confiança que o possível candidato merecia e muito menos de acordo com suas qualidades profissionais.

Na condição de Estado o poder político local passaria a ser decidido através de eleições; assim instalou-se uma disputa para decidir qual partido assumiria o poder. Esta disputa, porém, não era baseada “... *na escolha de programas que melhor representassem o interesse dos eleitores municipais, mas na captação e enquadramento das influências pessoais dos chefes*” (Franco: 1.974:85). O eleitor acreano votou em José Guiomard dos Santos, em Oscar Passos, em Adalberto Sena, em Jorge Kalume, Geraldo Mesquita entre outros, e não em um programa de administração.

Depois do processo de elevação do território do Acre à categoria de Estado tramitar por vários anos no Congresso (1954-1962), a Lei nº 4.070 que o regulamentava foi assinada no dia 15 de junho de 1962.

As eleições para o novo Estado foram marcadas para sete de outubro de 1962. Concorreram ao Governo, pelo PSD, José Guiomard dos Santos e, pelo PTB, José Augusto de Araújo. Conforme a legislação eleitoral da época, que possibilitava a um candidato inscrever-se a mais de um cargo no mesmo pleito, Guiomard dos Santos concorreu também ao Senado e José Augusto também a Deputado Federal. José Augusto foi eleito para os dois cargos, optando pelo de Governador.

Enquanto Guiomard dos Santos buscou em sua campanha política tirar proveito do fato de ser o autor do projeto de autonomia do território, naquele momento já concretizado em Estado, esperança de desenvolvimento e bem estar para o povo, José Augusto de Araújo utilizou como slogan de sua campanha: “**O Acre para os acreanos**”. Com isso ele pretendia explorar “... o

*sentimento xenófobo de seus conterrâneos até então excluídos politicamente da direção de sua história”* (Marques de Oliveira, 1988:34).

Mas o slogan da campanha, entendido desta maneira, não se concretizou. É bem verdade que, no ex-Território, o direito de ocupar um posto na administração pública era outorgado a amigos do Governador em troca da fidelidade do beneficiário. Os correligionários de José Augusto compartilhavam dessa idéia, mas ele próprio não. “O Acre para os acreanos” referia-se de fato a uma proposta de governo que pretendia realizar o desenvolvimento econômico e social do Estado em benefício de todos, e não apenas para os privilegiados.

O Governador José Augusto pertencia à esquerda do PTB e, pelas suas propostas e plano de governo, tinha compromissos sociais com os oprimidos. Como militante político e estudantil, havia incorporado a ideologia do nacionalismo desenvolvimentista e, conseqüentemente, uma nova visão de política e de administração pública, que tinha por base a utilização do planejamento econômico como forma eficiente de governar. Cabe lembrar que esta proposta, considerada eficaz e adequada para se atingir o desenvolvimento econômico e social, já vinha sendo utilizada no país desde a presidência de Getúlio Vargas. Quando Juscelino Kubitschek

*“... assumiu o poder, o País já se encontrava razoavelmente preparado para pôr em prática uma política relativamente planificada”* (Ianni, 1986a:155).

Este autor afirma ainda que o Plano Trienal do governo João Goulart,

*“que deveria ser executado nos anos de 1963-65, foi o primeiro instrumento de política econômica global e globalizante, dentre todos formulados até então pelos diversos governos no Brasil”* (op. cit.: 209).

A postura e a atitude do Governador José Augusto o diferenciou dos seus correligionários do Acre, que viam na elevação do Território à categoria de Estado uma forma de distribuição de cargos públicos, com o conseqüente aumento do prestígio político para seus ocupantes. Como José Augusto não pensava deste modo, compôs o seu secretariado levando em conta o critério técnico. Mas no Acre os técnicos eram poucos e, os que havia, provavelmente não mereceram a confiança do governador, fazendo com que parte significativa dos secretários fossem recrutados em outras regiões do país, principalmente no Rio de Janeiro. Vale ressaltar que vários secretários de Estado eram acreanos que moravam naquela cidade, como foi o caso do Secretário de Obras Edson de Moraes.

Segundo a professora Eloisa Winter Nascimento, este fato soou *“como um alerta à elite local da necessidade de se preparar quadros para que pudessem, dentro das novas exigências burocráticas, assumir as funções da máquina administrativa”*.<sup>9</sup>

É provável que esta tenha sido uma das razões a motivar a criação do curso de Direito no Acre: o interesse da elite local na busca de qualificação, objetivando a ocupação de postos da burocracia estatal.

---

<sup>9</sup> Conferência proferida num Seminário de Avaliação Universitária, em 1993, na cidade de Brasília-AC. No texto da conferência não constam mês e dia.

## 2.2 - Contexto econômico do Acre na década de 60

O processo de ocupação da Amazônia ocorreu de forma diferenciada de um Estado para outro. O determinante para cada tipo de investimento foi ditado pelas características de recursos naturais existentes e pelas condições de infra-estrutura em cada região.

Tendo desde o princípio sua economia baseada no extrativismo da borracha, o Acre passou, na década de 60, por mais uma crise econômica<sup>10</sup>. Esta foi motivada principalmente pela política econômica do Governo Federal que, implantada a partir de 1964, além de considerar o extrativismo (nos moldes em que praticado na Amazônia) anti-econômico, retirou os incentivos anteriormente destinados ao crédito da produção da borracha.

O corte do crédito pelo Banco da Amazônia S/A (BASA) em 1966, principal agente financiador dos seringalistas juntamente com o Plano de Valorização Econômica da Amazônia, aprofundou ainda mais a crise econômica vivida pelo Acre. Uma vez que o principal agente financiador dos seringalistas não lhes dava mais apoio através de empréstimos bancários, não havia como comprar mercadorias para aviar os seringueiros e nem como pagar as dívidas. A consequência foi a diminuição da produção e o crescimento do endividamento, que chegou ao ponto de tornar-se praticamente impossível de saldar.

---

<sup>10</sup> A primeira, como já foi visto no capítulo anterior, deu-se em 1913.

Não sendo área de expansão capitalista até então, o Acre não contava com implantação de infra-estrutura que possibilitasse rápido acesso ao Centro-Sul do país, a não ser por via aérea.<sup>11</sup> Outros serviços fundamentais para o desenvolvimento do Estado como energia elétrica, saneamento básico, transporte rodoviário, saúde, educação etc. também tinham existência precária.

Estes fatores, aliados à ausência de recursos minerais, parecem ter sido os principais indicadores a levar as autoridades do Estado a “... incentivar a pecuária como atividade empresarial tida como rentável e oportuna, tomada inclusive como característica vocacional das terras acreanas” (Calaça, 1993:105).

*“A opção modernizadora adotada para o estado (...) de forma a salvar a combalida economia estadual, foi estimular investimentos agropecuaristas do centro-sul do País. Objetivando incentivar a transferência de capitais sulistas para o Acre, o governo desenvolveu intensa campanha publicitária por todo o País, alardeando as potencialidades naturais do estado. Destacava-se a fertilidade dos solos tidos como adequados a qualquer tipo de cultivo, tanto de produtos alimentares quanto gramíneas e leguminosas necessárias à formação de pastagem, indispensáveis à pecuária” (op. cit.: 10).*

Esta campanha, patrocinada pelo então Governador do Estado Francisco Wanderley Dantas, tinha como slogan: PRODUZIR NO ACRE, INVESTIR NO ACRE, EXPORTAR PELO PACÍFICO. Dantas colocou

---

<sup>11</sup> Note-se que o transporte da borracha e da castanha do Brasil eram feitos através de embarcações que levavam estes produtos até os portos de Manaus e Belém para serem industrializados. Também é importante destacar que, até o final da década de 60, tudo que se consumia no Acre chegava através de embarcações.

todo o aparelho do Estado à disposição dos investidores, desde a elaboração de projetos pela Secretaria de Planejamento, passando pelo financiamento oferecido pelo Banco do Estado, até o aparelho jurídico e policial para colaborar na expulsão de seringueiros e posseiros.

O período de maior movimento de compra e venda de terras no Acre ocorreu entre os anos de 1972 e 1974. Os seringalistas endividados com o BASA viam na venda de suas terras uma excelente oportunidade para saldar suas dívidas e, por isso, venderam-nas por preços irrisórios aos grandes empresários.

As políticas governamentais para a região e a conseqüente compra das terras pelos “sulistas” instalaram um clima de insegurança entre seringueiros e posseiros, que não detinham mais o domínio das áreas onde moravam e cultivavam. Além disso, o empresário “sulista” não estava interessado na produção de borracha ou castanha, mas na pecuária ou especulação fundiária. Por isso, ao comprar terras, tratava logo de limpá-las. Como a terra que não tivesse limpa (sem posseiros) tinha seu valor depreciado, a primeira medida tomada por quem ia vender suas terras era convencer os posseiros a aceitarem indenizações irrisórias para sair do local. Caso houvesse uma negativa, expulsá-los era a solução.

Num primeiro momento, praticamente não havia resistência por parte dos seringueiros e posseiros; eles cediam diante das pressões dos jagunços ou da própria polícia. Mas quando começaram a resistir, instalou-se o clima de terror, violência, assassinato. Apesar do clima de terror, parcela significativa de seringueiros e posseiros, auxiliados pela Igreja Católica e pela

Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura (CONTAG), organizaram um processo de resistência que resultou na criação do sindicalismo rural e nas lutas em defesa da posse da terra. Ainda assim não foi possível deter o processo de expulsão dos posseiros e, como consequência, cresceu o fluxo migratório para as cidades, principalmente Rio Branco - capital e maior centro urbano do Estado - e para a região boliviana fronteiriça, onde as condições de trabalho de extração vegetal eram mais favoráveis àquela época.

Nas cidades, seringueiros e posseiros instalaram-se precariamente, passando a viver de trabalho ocasional, sem assistência e amparo legal dos poderes constituídos. Como não possuía recursos para comprar novas posses, essa parcela da população findou por ocupar áreas de terras improdutivas de antigos seringais nas periferias das cidades. Sobretudo em Rio Branco, formaram-se rapidamente bairros periféricos sem nenhuma infra-estrutura, nem mesmo traçado de ruas, constituindo o que se convencionou chamar de “bolsões de pobreza”. Parte significativa de seus moradores passou a viver novamente com o fantasma da expulsão por parte dos proprietários das terras em que se instalaram.

Estima-se que cerca de 40 mil pessoas migraram para Rio Branco e que, por não estarem qualificadas para o trabalho urbano e não haver na cidade emprego para tão grande contingente humano, foram lançadas “... ao desemprego ou emprego ocasional, fato que arrasta consigo a família no rumo das incertezas, miséria e desagregação social” (Pinto de Oliveira, 1985:40).

Esta situação de pobreza e miséria em que passou a se encontrar a maioria da população do Acre

*“... é o resultado da implantação de um modelo econômico concentrador de renda, cujo resultado, além de elevar o índice de concentração da terra, piorou as condições de vida de considerável parcela da população, na medida em que separando-as dos seus meios de produção, acelerou um processo de migração interna. Este fato se constitui ainda mais grave pela incapacidade de absorção de força de trabalho por parte dos diversos setores produtivos”* (Tocantins, 1984:86).

A pecuária levou à diminuição da produção agrícola do Estado e ao lançamento, na periferia das cidades, de milhares de colonos e seringueiros. Na prática ela contribuiu muito pouco para a geração de empregos na zona rural e na zona urbana: na zona rural eram necessários poucos “peões” para desenvolver a pecuária e tomar conta de uma fazenda; na zona urbana, como reflexo da atividade agropecuária, a criação de empregos se fez sentir em poucos setores, sobretudo no comércio e serviços. No comércio, devido às novas necessidades de insumos introduzidos pelos fazendeiros para a plantação de capim, formação de pasto, criação de gado, transporte de gado, produção de leite etc, bem como de bens necessários ao consumo familiar, fizeram surgir umas poucas casas de comércio especializadas em tais produtos. No setor de serviços, a parte relacionada com a regulamentação das terras e elaboração de projetos para obtenção de financiamentos públicos foi a que mais se desenvolveu no momento inicial. Dela se ocuparam alguns advogados e poucos economistas, alguns vindos também do Centro-Sul.

Apesar de decadente, o extrativismo - representado pela borracha natural e castanha, na década de 70 - continuou a ser a fonte geradora de ICM para o Acre, sendo responsável por cerca de 54% da sua arrecadação total. O setor da indústria de transformação no Estado era (e continua sendo) bastante limitado, destinando sua produção basicamente ao mercado local. Grande parte da atividade industrial estava vinculada à construção civil, pois os ramos mais expressivos da indústria eram as serrarias, as cerâmicas (basicamente fabricação de tijolos) e a indústria de beneficiamento de borracha.<sup>12</sup>

Segundo dados do Censo de 1970, Rio Branco era a cidade com maior número de habitantes na sede (34.988). Ela possuía 80 indústrias, distribuídas entre dois ramos: o da transformação, que compreende beneficiamento de Borracha (2)<sup>13</sup>, Madeira (6), Mobiliário (5), Mecânica-metarlúgica (1), Minerais não-metálicos (10), Produtos alimentícios (50), Bebidas (2), Editorial e Gráfica (3), Couros e Peles e Produtos similares (1); e o ramo da Construção Civil (7).

Vista pelos números das empresas existentes, parece que Rio Branco estava relativamente bem no que se refere à produção industrial. Mas, quando se observa o contingente de pessoas absorvidas pelo setor - 380 operários em 1969 e 540 em 1970 -, nos damos conta de que se trata de uma indústria bastante limitada e de produção irrisória.

A intensificação do processo de expansão da fronteira capitalista no Acre nos anos 70, ocasionada pelos incentivos fiscais, crédito subsidiado e baixo preço da terra, possibilitou a criação e ampliação do setor de serviços,

---

<sup>12</sup> Atualmente na cidade de Rio Branco não existem mais usinas de beneficiamento de borracha.

<sup>13</sup> O número entre parênteses corresponde ao número de indústrias existentes na capital do Estado.

sobretudo das atividades ligadas ao ramo financeiro, aos profissionais liberais e à administração pública como Educação, Saúde, Telecomunicações, construção de estradas etc. Neste período o Estado do Acre foi obrigado, pela pressão social exercida pelos moradores da periferia, a ampliar seus serviços, principalmente os de Educação e Saúde.

A penetração do capitalismo no Acre deixou marcas profundas na sociedade, principalmente na implantação da violência contra seringueiros e posseiros e na economia. A agropecuária, que era tida como a salvação da economia, não se mostrou tão eficiente. Uma jornal de Rio Branco, nos anos 80, já alertava:

*“Decorrida quase uma década desde que começou (a chegada dos compradores de terras), as perspectivas de um ordenamento social e econômico no Estado continuam sombrias. O Estado empobrece, o clima de tensão aumenta no campo e na cidade”.*<sup>14</sup>

Mas antes do processo migratório ocorrido na década de 70, as cidades do Estado e principalmente a Capital vinham experimentando um crescimento significativo já na década de 60. Rio Branco passou de 18 mil habitantes, em 1960, para aproximadamente 35 mil em 1970. Tal crescimento populacional deveu-se principalmente à migração rural-urbana ocasionada, num primeiro momento, pela decadência da economia gomífera que já vinha acontecendo antes da década de 60 e, num segundo momento, pela política oficial de crédito para o setor, levada a efeito em 1967,

---

<sup>14</sup> Jornal “Varadouro”, nº 19, maio de 1980, apud CALIXTO, 1985: 210-11.

*“... no contexto da Operação de Valorização da Amazônia, o Governo Federal anunciou a suspensão da compra de borracha pelo Banco da Amazônia e nos anos seguintes assistiu-se a crescente insolvência de seringalistas, incapazes de pagar suas dívidas acumuladas junto ao Basa”* (Pinto de Oliveira, 1985:29).

Este fato acentuou o processo de migração da população rural para as cidades, cujas formações sempre estiveram associadas

*“... à vida dos seringais: inicialmente, meros entrepostos comerciais, com lentos níveis de expansão; posteriormente, com a perda do potencial produtivo de determinadas áreas e a crise constante da economia da borracha, incorporando novas atividades, notadamente a produção agrícola baseada na pequena produção. Ou seja, nestes momentos, a cidade se expande, gerando atividades que lhe são próprias...”* (Lima, 1994:50).

No final da década de 60, Rio Branco já era uma cidade com sua classe média formada por comerciantes e funcionários públicos e com uma população pobre de origem rural instalada nas periferias que, embora não fosse numerosa, estava em crescimento.

A implementação de um conjunto de políticas públicas objetivando o desenvolvimento regional, obrigou os Governos Federal e Estadual a dotarem o Estado (principalmente a capital) de serviços básicos de infra-estrutura que possibilitassem a sua efetiva implantação. Desta forma, surgiram em Rio Branco diversos Órgãos Federais como a EMBRATEL (Empresa Brasileira de Telecomunicações), SUDAM (Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia), INCRA (Instituto Nacional de Colonização e

Reforma Agrária), INPS (Instituto Nacional de Previdência Social), Batalhões do Exército, Receita Federal, Justiça Federal etc. Da parte do Governo Estadual, foram criadas várias Secretarias de Estado e várias companhias mistas. Cabe lembrar que o governador do Estado na época da criação da Universidade do Acre, Jorge Kalume, era um dos signatários da Declaração da Amazônia, datada de 11 de dezembro de 1966. Era, portanto, pessoa bastante afinada com as políticas governamentais e com as idéias de Segurança Nacional contidas na citada Declaração nos termos seguintes:

*“Que, na hora presente, a ocupação e o racional aproveitamento desse espaço vazio, pelo Brasil, é um imperativo da própria segurança nacional”* (apud Umbelino de Oliveira, 1991:35).

O poder público, tanto Federal quanto Estadual, desempenharam papel decisivo na implantação da infra-estrutura física e social do Estado do Acre. Embora no Estado não tenham sido instaladas grandes indústrias, os Órgãos públicos Federais, as Secretarias Estaduais e empresas mistas criadas pelo Estado, aliadas ao incremento do comércio com o Centro-Sul, aumentaram as oportunidades de emprego para quem possuía níveis de escolarização mais elevados.

## CAPÍTULO III

### ASPECTOS DO CONTEXTO NACIONAL NO FIM DA DÉCADA DE 60 E INÍCIO DE 70

#### 3.1 - Contexto político e econômico

Em 1970, o país vivia o auge do seu crescimento econômico - ocorrido entre 1968 e 1973 - e também da repressão política.

O crescimento econômico verificado neste período teve por base as políticas econômicas (principalmente a anti-inflacionária) implantadas no governo do presidente Castelo Branco (1964-1967), que deixou a Presidência da República em condições favoráveis à continuidade da expansão da economia. Com a inflação em baixa, a equipe econômica do novo presidente General Costa e Silva (1967-1969) -, comandada por Delfim Neto no Ministério da Fazenda e por Hélio Beltrão no do Planejamento - decidiu pôr fim ao processo recessivo através de várias medidas. Dentre estas destacaram-se três, que parecem ter sido decisivas para a retomada do crescimento econômico.

i) **A liberalização do crédito ao consumidor.** Esta medida ampliou o poder de consumo da classe alta e possibilitou à classe média ter acesso a bens que, antes, praticamente lhe eram impossíveis.

*“Bastou, simplesmente, abrir as torneiras do crédito para que a economia reanimasse e, a partir do segundo semestre de 1968, apresentasse crescente taxa de expansão” (Singer, 1982:61).*

ii) **O processo de concentração de renda.** A indústria brasileira que mais cresceu neste período foi a de artigos de luxo e de bens duráveis, em detrimento da indústria de bens não duráveis.

*“No período de 1968/71 a indústria de material de transporte (na qual predomina a automobilística) cresceu 19,1% ao ano e a de material elétrico (na qual se inclui a de aparelhos eletrodomésticos) cresceu 13,9% ao ano, ao passo que a indústria têxtil cresceu apenas 7,7% ao ano, a de produtos alimentares 7,5% ao ano e a de vestuário 6,8% ao ano” (op. cit.: 112-3).*

O processo de concentração de renda privilegiou o consumo das classes abastadas e médias que, favorecidas com a abertura do crédito, tiveram sua capacidade de compra aumentada.

iii) **A abertura da economia ao comércio e ao investimento estrangeiro.** Este constituiu-se num elemento importante para o período em questão. Tal abertura só foi possível graças a *“... uma conjuntura favorável no mercado mundial, e a uma generosa política de isenções e subvenções fiscais por parte do governo” (op. cit.: 113).*

Através destes mecanismos foi possível ao Brasil ter acesso a novos mercados mundiais e “desafogar” a indústria de bens de consumo não-duráveis, bem como pagar empréstimos e atrair mais investimentos externos.

Neste período houve grande expansão das exportações brasileiras, que estavam inseridas numa conjuntura mundial de expansão das multinacionais, “... *que tendem a tornar o capital de fato móvel no plano internacional, alocando seus investimentos nos países onde os fatores de produção são relativamente mais baratos*” (op. cit.: 113).

É possível compreender o crescimento econômico brasileiro ocorrido entre 1968 e 1973 tomando por base três elementos:

*“1. Uma demanda interna por bens duráveis de consumo em expansão graças à concentração de renda e a mecanismos financeiros que permitiram a ampliação do crédito ao consumo; 2. Uma demanda externa em expansão graças à liberação do comércio internacional e ao subsidiamento das exportações; 3. Forte injeção de recursos do exterior que complementaram a poupança interna e permitiram eliminar focos inflacionários, graças a uma capacidade de importar tornada superelástica”* (op. cit.: 113).

A política de desenvolvimento adotada neste período aumentou consideravelmente a dívida externa do país, que passou de US\$ 4,4 bilhões em 1969 para 17,3 bilhões em 1974. Como consequência, o endividamento também causou uma enorme dependência - tanto financeira quanto tecnológica - do exterior.

O crescimento verificado no Brasil, neste período, beneficiou apenas alguns setores da sociedade brasileira como os empresários e as classes alta e média. Para a maioria da população brasileira, especialmente os trabalhadores, a situação piorou pois além desta ver seus salários rebaixados devido a aumentos salariais abaixo da inflação, teve seu bem-estar negligenciado pela ausência de serviços básicos tais como Saúde, Educação, Habitação etc. Estes fatores aumentaram as desigualdades, excluindo do mercado e dos bens e serviços amplos setores da sociedade brasileira.

No que se refere à política, este período foi marcado pelo terror do Estado que se instalou com o Ato Institucional nº 5 (AI-5), baixado em 13 de dezembro de 1968 pelo presidente Costa e Silva. Apesar da expansão econômica vivida no país, com o AI-5 a sociedade civil passou a ficar sob o jugo autoritário que restringiu as liberdades individuais e instalou a prática das prisões arbitrárias, da tortura, dos assassinatos de presos políticos, da censura à imprensa, etc.

Ao assumir a Presidência da República, Costa e Silva prometera “humanizar a revolução”; havia, portanto, a expectativa de que o país voltasse à normalidade democrática. Além disso, já havia passado o impacto da repressão dos meses iniciais da Presidência de Castelo Branco. Estes fatos, aliados à insatisfação com o modelo econômico e político vivido pelo país, favoreceram um posicionamento mais franco das oposições que embora timidamente já viessem se articulando, naquele momento assumiram abertamente a condição de oposição ao regime.

Nesta condição de oposição, muitos políticos das mais variadas tendências organizaram uma Frente Ampla com o propósito de lutar pela redemocratização do país e pela volta do Estado de Direito. Devido a sua atuação em passeatas, comícios e no Congresso Nacional, esta Frente conseguiu a adesão de vários setores da sociedade - inclusive setores conservadores - e conseguiu, ainda, sensibilizar boa parte da opinião pública. O crescimento e respeitabilidade da Frente Ampla levou o governo a entendê-la como uma ameaça, passando a proibir a realização de toda forma de manifestação, divulgação de documentos ou declarações de qualquer teor.

Os estudantes, que se opuseram ao Golpe Militar em 64, também retomaram suas manifestações em 1968 para protestar contra a falta de vagas nas Universidades públicas, o aumento das taxas escolares, os cortes no orçamento da União destinado à Educação etc. Sobretudo, protestavam contra uma reforma no ensino já em curso no Decreto-Lei nº 525 de 28 de fevereiro de 1967. Este previa a reestruturação da organização estudantil, que deixava de ser nacional para ficar restrita ao âmbito de cada Universidade. Pelo artigo 11 da referida Lei, ficava ainda proibida à

*“... representação estudantil qualquer ação, manifestação ou propaganda de caráter político-partidário, racial ou religioso, bem como incitar, promover ou apoiar ausências coletivas aos trabalhos escolares.*

*(...) A inobservância deste artigo acarretará a suspensão ou dissolução do DA ou do DCE” (Romanelli, 1.988:218).*

Quanto ao movimento sindical, este tomou

*“... corpo com a chamada oposição sindical. Em 1967 militantes desta oposição começaram a caminhada para*

*recuperar os cargos eletivos dos sindicatos, então ocupados por interventores do governo. A oposição sindical avivou as campanhas eleitorais, buscando transformar as fechadas estruturas corporativas dos sindicatos. Pelas eleições, sindicalistas de oposição queriam dar mais representatividade aos trabalhadores no interior dos sindicatos”* (Vieira, 1994:25).

Tal clima contribuiu para a realização das greves operárias em Contagem (MG) e em Osasco (SP). Estas somaram-se à mobilização estudantil e às atividades da Frente Ampla, afetando as estruturas políticas vigentes no país.

No entanto, as manifestações de rua só surgiram como força de massa após o assassinato do estudante secundarista Edson Luís, por policiais militares no Rio de Janeiro. A missa e o enterro do estudante foram acompanhados por uma multidão de pessoas. Mas novos atos de violência foram praticados pelos órgãos de repressão, provocando a indignação da população. O assassinato do estudante deu origem a mais manifestações de protestos e mais violência.

*“Esses fatos criaram condições para uma mobilização mais ampla, reunindo não só os estudantes como setores representativos da Igreja e da classe média do Rio de Janeiro. O ponto alto da convergência dessas forças que se empenhavam na luta pela democratização foi chamada passeata dos 100 mil, realizada a 25 de junho de 1.968”* (Fausto, 1994:478).

A resposta às “agitações estudantis” foi dada pelo governo Costa e Silva através da Lei nº 5.540 de 28 de novembro de 1968, que instituiu os

princípios que iriam nortear a organização e o funcionamento das Instituições de Ensino Superior a partir daquela data. No entanto,

*“O desfecho do agitado ano veio com a negativa da Câmara dos Deputados em permitir um processo contra o emedebista Márcio Moreira Alves, acusado de injuriar as Forças Armadas”* (Alencar e outros, 1981:324).

Todos os fatos eram interpretados pelas autoridades militares como ameaçadores da ordem e da Segurança Nacional. Daí, segundo o entendimento destes, a necessidade de um novo “surto revolucionário” para combater a oposição ao regime, preservar a ordem, a segurança e o desenvolvimento econômico.

A votação na Câmara ocorreu em 12 de dezembro de 1968; no dia seguinte foi editado o Ato Institucional nº 5 (AI-5) e o Ato Complementar nº 38, que colocava o Congresso em recesso. O AI-5 considerava a Constituição de 1967 incapaz de impedir que os ideais superiores da Revolução fossem frustrados, pois

*“... atos nitidamente subversivos, oriundos dos mais distintos setores políticos e culturais, comprovam que os instrumentos jurídicos que a revolução vitoriosa outorgou à nação para sua defesa, desenvolvimento e bem-estar de seu povo, estão servindo de meios para combatê-la e destruí-la”* (Trecho extraído do AI-5)<sup>15</sup>.

Com isso o AI-5 devolveu ao Presidente da República os poderes revogados pela Constituição de 1967, os quais eram: fechar o Congresso,

---

<sup>15</sup> Citado por Silva, Francisco de Assis (1993:298-9).

Assembléias, Câmaras, cassar mandatos de políticos, intervir nos estados e municípios etc.

Para se precaver contra qualquer atitude dos movimentos docente e discente considerados subversivos, ter a certeza de que a Reforma Universitária seria efetivada sem contestações e, ao mesmo tempo, ter controle sobre as Universidades públicas - entendidas pelas autoridades como focos de agitação comunista -, o Governo Federal baixou o Decreto Lei nº 477 de 26 de fevereiro de 1969. Este atingia docentes, discentes e técnicos administrativos, tendo por objetivo proibir qualquer manifestação de caráter político prevendo, obviamente, punição aos desobedientes. Desta forma, o Governo acabou com os protestos do movimento estudantil.

As medidas contidas no AI-5, no Decreto-Lei nº 477, no Ato Complementar nº 38, etc., fecharam os canais legais de participação da oposição, encorajando e empurrando os setores da esquerda, descontentes com o modelo político e econômico, para a luta armada. Os segmentos da esquerda que optaram pela luta armada entendiam que somente dessa maneira seria possível por fim à ditadura militar instalada no país em 1964. Participaram da guerrilha várias organizações; dentre elas destacaram-se a Ação Libertadora Nacional (ALN), a Vanguarda Popular Revolucionária (VRP), o Partido Comunista Revolucionário (PCR), a Ação Popular (AP), o Partido Comunista do Brasil (PC do B) e o Movimento Revolucionário 08 de Outubro (MR-8). Mesmo divergindo entre si quanto a questões pragmáticas, estratégicas e táticas, as organizações de esquerda participantes da guerrilha tinham como meta a busca de uma sociedade socialista.

Tendo sido iniciada ainda em 1968, no governo Costa e Silva, a guerrilha urbana durou até 1971. A escalada das atividades subversivas fez com que os militares assumissem a responsabilidade de combatê-las e, com base na segurança nacional, mantivessem através de forte repressão política e ideológica a segurança interna do país.

A partir deste momento foi instalado o que se convencionou chamar de Estado de Segurança Nacional, que abriu espaço para

*“... as forças repressivas passaram a atuar sem nenhum controle, abrindo o caminho para a instauração do terror de Estado: prisões arbitrárias, torturas e assassinatos de presos políticos faziam parte da cena brasileira da época”*  
(Germano, 1992:66).

A tortura utilizada nos primeiros meses do governo Castelo Branco, em 1964, foi reiniciada em 1968, sendo intensificada a partir do ano seguinte com o surgimento dos primeiros organismos de investigação e tortura comandados pelas Forças Armadas. O primeiro destes organismos foi a chamada Operação Bandeirantes (OBAN); depois surgiram outros, entre os quais destacou-se o Destacamento de Operações Internas e Comando Operacional de Defesa Interna (DOI-CODI). Estes órgãos somaram-se aos já existentes, como o temido Serviço Nacional de Informações (SNI).

O Presidente Costa e Silva não chegou ao fim do seu mandato, tendo sido afastado por motivos de saúde. Ele manteve-se à frente do governo até agosto de 1969, quando foi substituído por uma junta militar composta pelos ministros do Exército, Marinha e Aeronáutica. Esta junta encontrou as condições opressivas e repressivas dadas pelo AI-5 e pelo Decreto nº 477,

tornando-se também responsável por vários atos de repressão. Houve continuidade à política “linha-dura”, que causou, inclusive, muitas torturas e assassinatos.

Esta junta governou o país por dois meses e, neste período, decretou a reabertura do Congresso Nacional, que em 25 de outubro de 1969 elegeu o General Emílio Garrastazu Médici Presidente da República. O general Médici iniciou seu governo no dia 30 de outubro do mesmo ano, tendo seu mandato terminado em 15 de março de 1974. Seu governo conseguiu eliminar a guerrilha urbana, mas não venceu a rural iniciada em 1972 e que perdurou até 1975, quando praticamente foram mortos quase todos os seus guerrilheiros.

O general Médici esteve à frente do país no ápice do seu crescimento econômico e do desenvolvimento industrial. Tal fato possibilitou ao seu governo usar e abusar de campanhas publicitárias para convencer a sociedade brasileira a legitimar não só o regime e a maneira autoritária como foi alcançado o progresso econômico, mas também a forma como foi afastada qualquer tipo de oposição. Praticamente não houve, no governo Médici, manifestações de protesto: a censura e a repressão cuidaram de inibi-las.

Este período é considerado como o mais autoritário e repressor da história recente do Brasil.

## 3.2 - Contexto da Educação: a concepção tecnicista

### 3.2.1 - Antecedentes do tecnicismo

A produção de manufaturas, até o início do capitalismo industrial, era controlada por pequenos produtores autônomos - artesãos, carpinteiros etc. - cujos conhecimentos sobre o modo de produção eram adquiridos na prática cotidiana do seu trabalho. Com a chegada do capitalismo, estes pequenos produtores passaram a exercer o seu ofício na condição de empregados. O processo de produção passou a contar com vários setores e a necessidade de se coordenar as suas diversas etapas deu origem à gerência. A matéria-prima, o produto acabado e o tempo dos trabalhadores passaram a ser propriedade do empresário capitalista, e a concepção e o controle do processo de produção tornaram-se função da gerência.

O pagamento da força de trabalho utilizada era feito levando-se em conta o número de tarefas realizadas, as unidades produzidas etc. Devido a isso os proprietários capitalistas não tinham à sua disposição todo o potencial do trabalho humano, pois era-lhes impossível controlar diretamente a produção do trabalhador. Como este sistema de produção prejudicava a acumulação do capital, foi instituída a prática de se reunir todos os empregados sob um mesmo teto e impor-lhes horas de trabalho regulares para evitar desperdícios

comuns ao sistema de auto-determinação do ritmo de trabalho. O papel da gerência primitiva

*“... assumiu formas rígidas e despóticas, visto que a criação de uma força de trabalho livre exigia métodos corretivos para habituar os empregados às suas tarefas e mantê-los trabalhando durante dias e anos”* (Braverman, 1987:67).

Nas últimas décadas do século XIX surgiu o precursor da gerência científica, F.W. Taylor, cujos estudos caminhavam no sentido de atender às necessidades de organização do capitalismo (op. cit.:82). Ele entendia a gerência científica como um empenho de aplicação dos métodos da ciência aos complexos e crescentes problemas do controle do trabalho nas empresas capitalistas, que estavam passando por um rápido processo de expansão. Taylor não estudava o trabalho em geral, mas as suas possibilidades de adaptação às necessidades do capital (op. cit.: 83), buscando controlar e impor o ritmo de produção mais adequado a elas. Ele procurava, portanto, a racionalização do processo produtivo através da organização e do controle do trabalho, fator necessário às novas condições de acumulação.

Esta racionalização - que ficou, posteriormente, conhecida como taylorismo - instituiu a separação entre os aspectos de concepção e de decisão da manufatura de seu aspecto de produção, tornando-se a origem da fragmentação do trabalho e da exigência de operários especializados de baixo nível de qualificação. O objetivo maior, contudo, parece ter sido *“... o controle do trabalho em qualquer nível de tecnologia”* (Braverman, op. Cit.: 101).

Dentro da concepção dominante na época o trabalho, embora dividido, era reconstituído como unidade no nível da organização como um todo. Para assegurar a adequada execução de suas várias operações à forma como elas eram inicialmente concebidas e planejadas, instituiu-se o controle externo. Além de assegurar esta adequação pretendia-se ainda impedir, através do controle das decisões apresentadas ao trabalhador, que as contradições (socialização da produção X apropriação privada dos lucros; detentores dos meios de produção X possuidores da força de trabalho; trabalho intelectual X trabalho manual; etc.) geradas no âmbito do próprio capitalismo inviabilizassem seu desenvolvimento. Com estes objetivos, Taylor formulou os três princípios da gerência científica:

1. *“... princípio de dissociação do processo de trabalho das especialidades dos trabalhadores”* (op. cit.: 103).
2. *“... o princípio da separação de concepção e execução...”* (op. cit.: 104).
3. *“... o terceiro princípio é a utilização deste monopólio do conhecimento para controlar cada fase do processo de trabalho e seu modo de execução”* (op. cit.: 108).

Desta forma pretendia-se retirar do trabalhador a possibilidade de conceber, planejar, executar e controlar sua tarefa (em termos manuais e intelectuais) a partir da imposição da especificidade. Esta nova concepção implicava na alienação do indivíduo ao trabalho e na imposição de um controle rígido por parte da elite gerencial, desligada do processo produtivo e encarregada de monopolizar o conhecimento. Tal situação levava os trabalhadores a se tornarem meras máquinas de produção.

O ponto máximo da racionalização e do controle do processo produtivo, medidas fundamentais para os alvos da eficiência da empresa capitalista moderna, chegaria com a aplicação da Teoria Geral dos Sistemas à organização do trabalho. Segundo esta teoria, “... *há uma unidade formal na natureza cuja chave é a matemática; o sistema formal é primeiro, os fatos concretos são meras aplicações*” (Kucnzer e Machado, 1984: 36).

Os defensores desta abordagem consideravam que todos os sistemas possíveis relacionavam-se funcionalmente entre si e que, por esta razão, era possível comparar e contrastar os diversos sistemas mediante a transferência de modelos de um campo científico para outro. Esta teoria, que ficou conhecida como sistemismo, teve larga expansão na década de 60, “... *quando transforma-se num instrumento para a administração dos problemas da sociedade*” (Garcia dos Santos, 1981:194).

Na administração de empresas, principal campo em que foi aplicada, a Teoria dos Sistemas enfocava o todo. Ela procurava, a partir da descoberta da natureza dinâmica da administração, otimizar o todo e transformar a empresa em um sistema social aberto, inserido num sistema maior com o qual trocava informações e de onde vinham seus objetivos e necessidades de adaptação de produtos.

O enfoque sistêmico foi transferido para o campo da Educação quando deu origem a uma analogia entre o desenvolvimento desta e os processos empresariais. O processo pedagógico e sua administração, tendo em vista o objetivo maior da eficiência, passaram a ser vistos da seguinte perspectiva:

*“... otimização da aprendizagem através da adequação do sistema instrucional às condições do aluno, maximizando as possibilidades de sucesso e minimizando os custos”* (Santos, 1980:90).

Dentro desta abordagem o sistema educacional passou a ser considerado como um sistema aberto, em permanente interação com o ambiente, do qual recebia entradas que eram processadas e resultavam em produtos devolvidos ao meio. Ensinar, segundo o enfoque sistêmico, era provocar mudanças no comportamento dos indivíduos pois, *“... a única evidência de conhecimento que se pode ter é uma evidência comportamental”* (Dib, 1974:78).

Por isso, a especificação de objetivos educacionais deveria ser feita em termos que descrevessem de maneira clara o que o aluno devia fazer ou ser capaz de fazer ao término do curso. Nesse sentido, a definição dos objetivos (estabelecidos visando atender a uma educação voltada para o desenvolvimento pessoal, social e econômico) não cabia apenas ao professor; ela teria que envolver especialistas de diversas áreas, inclusive o professor. Desta forma o ensino de cada disciplina ficou reduzido à sua dimensão técnica.

### 3.2.2 - A concepção tecnicista e o ensino brasileiro

O enfoque tecnicista tornou-se predominante na educação brasileira a partir de 1968. Esta predominância foi o reflexo, no nível de educação escolarizada, das alterações sofridas pela sociedade brasileira no esforço de articular-se com a fase monopolista do capital. As mudanças políticas, econômicas e administrativas ocorridas no país após o Golpe de 1964, levaram à reformulação do ensino brasileiro em todos os seus níveis, dotando-o de uma nova orientação articulada com o modelo de desenvolvimento econômico adotado pela ditadura militar. Tal orientação, porém, já se iniciara na década de 40 com Getúlio Vargas e assumira características mais arrojadas com o Programa de Metas de Juscelino Kubitschek, que deu início à gestão do Modelo econômico submetido ao capital e ao mercado internacionais<sup>16</sup>. Segundo Ianni (1986: 182), “... esse programa implicou na adoção de uma política econômica de associação e interdependência, em âmbito internacional”.

A lógica do novo modelo econômico impunha ao Estado a tarefa de criar um Executivo forte para centralizar as decisões e inserir mais “profundamente” o país na ordem do mercado capitalista mundial. Para que isso ocorresse, fazia-se necessário promover uma reforma do setor administrativo público e privado, tendo em vista que as novas relações de

---

<sup>16</sup> Para maiores informações, consultar IANNI, Octavio, estado e Planejamento econômico no Brasil, civilização brasileira, 4 ed., 1986; principalmente os capítulos IV e V que tratam do desenvolvimento e capitalismo nacional e industrialização e interdependência, respectivamente.



produção careciam de novas qualificações e ocupações correspondentes às suas necessidades.

Esta nova fase do capitalismo trouxe investimentos maciços do capital estrangeiro ao país e levou a burocracia estatal - composta pelos militares e tecnocratas - a reformular a ideologia burguesa de modo a adaptá-la às novas exigências de modernização. Por isso foi implantado um conjunto de princípios que atribuía ao saber técnico um caráter de isenção e competência para determinar o planejamento, a organização e a racionalização do processo histórico. A crença básica era a de que a ciência e a tecnologia podiam criar uma sociedade desenvolvida, na qual todos poderiam compartilhar os frutos do saber. Esta “filosofia” foi eleita como base da direção cultural do país em todos os níveis e, para torná-la de domínio comum, o governo procurou fazer da escola o espaço privilegiado de divulgação e promoção desses fundamentos. Para tanto, foram firmados vários acordos entre o governo brasileiro e o governo dos Estados Unidos.

O início da interferência norte-americana na educação brasileira remonta ao Programa Brasileiro Americano de Assistência ao Ensino Elementar (PABAAEE), “... organizado em 1956 em Minas Gerais depois de um acordo entre a Missão de Operações dos Estados Unidos (antepassado da USAID), o Ministério da Educação e o Governo do Estado” (Garcia dos Santos, 1981:57). Este programa consistia na prestação de assistência técnica por parte dos Estados Unidos ao Brasil, visando ao aperfeiçoamento do ensino primário.

Os objetivos do PABAAEE, definidos em 1957, eram:

- 1) introduzir e demonstrar, para educadores brasileiros, métodos e técnicas utilizados na educação primária (...);
- 2) criar e adaptar material didático e equipamento, com base na análise de recursos disponíveis no Brasil e em outros países, no campo da educação primária;
- 3) selecionar professores de competência profissional, eficácia no trabalho e conhecimento da língua inglesa, a fim de serem enviados aos Estados Unidos para cursos avançados, no campo da educação primária (Tavares, 1987:44).

Segundo Tavares (op. cit.: 47), “O PABAAEE constituiu-se em programa ambicioso e foi uma experiência pioneira de infiltração imperialista na América Latina através da formação de professores primários”. Este programa cumpriu com tanta eficiência os objetivos imperialistas dos Estados Unidos no Brasil, “... que é citado como exemplo para justificar os acordos MEC-USAID, que provocaram tanto rebuliço nas universidades brasileiras em 1968” (Garcia dos Santos, 1981:58).

Os acordos firmados entre Brasil e Estados Unidos, através do Ministério da Educação e Cultura (MEC) e a Agency for International Development (AID), conhecidos como acordos MEC-USAID, tiveram vigência entre 1964 e 1968. Neste período foram assinados 12 acordos amplos, que abrangiam desde o aperfeiçoamento de professores primários, desenvolvimento do ensino médio e modernização da administração universitária, até a cooperação para publicações técnicas, científicas e educacionais. Para Romanelli (1988:212): “... o aspecto que ressalta (...) dos

*acordos é a sua abrangência. Através deles, a USAID atingiu de alto a baixo o sistema de ensino brasileiro”.*

Mas a interferência norte-americana não ficou restrita à educação.

*“A partir de 1964 os americanos conquistaram posições sólidas em toda administração pública federal, principalmente através do Ministério do Planejamento, irradiando daí a sua influência por todo o país” (Tavares, op. cit.: 14).*

As idéias que orientaram as reformas do sistema de ensino brasileiro resultantes dos acordos MEC-USAID, em sua grande maioria foram definidas por Rudolph Atcon<sup>17</sup>, sobretudo aquelas que tendiam a adequar o sistema educacional ao modelo econômico. Para este assessor

*“... o desenvolvimento sócio-econômico de uma comunidade é função direta de seu desenvolvimento educativo, e que para o desenvolvimento da América Latina, a educação superior constitui o verdadeiro ponto de partida” (Fávero, 1991:20).*

Partindo-se deste princípio,

*“O papel da educação se desdobra em vários níveis: diretamente na produção, como fator de aumento da produtividade; na organização da produção, preparando recursos humanos necessários ao seu planejamento e controle; na ordem social, agindo a nível das consciências dos membros da sociedade e difundindo a ideologia da sociedade do bem-estar, como possibilidade do progresso econômico difundido pelo capital; e, ainda, na formação*

<sup>17</sup> Rudolph Atcon esteve no Brasil entre junho e setembro de 1965, a convite da Diretoria de Ensino Superior do MEC para realizar estudos visando a reformulação estrutural das universidades brasileiras.

*dos recursos humanos futuros para o processo de produção” (Rodrigues, 1982:113).*

A partir dos acordos MEC-USAID, o ensino deveria visar a preparação do aluno para a obtenção de um emprego melhor para os novos padrões de ascensão social e de consumo; tratava-se, portanto, de oferecer ao estudante um treinamento básico que o capacitasse a atender às exigências do mercado de trabalho, carente de pessoal qualificado.

A educação, no entender dos teóricos idealizadores desta reformas do ensino, passou a ser

*“... encarada como fator primordial de desenvolvimento econômico e de integração nacional; atribui-lhe o papel de modeladora do futuro social, beneficiando a longo prazo a todos. Ela racionalizaria e unificaria a vida social e modernizaria a nação gerando progresso” (Fávero, 1991:17).*

Afirmava-se que, deste modo, ela favoreceria tanto ao indivíduo quanto ao desenvolvimento do país, pois seria a responsável pela mobilidade, pela ascensão social e pela promoção do crescimento econômico, em benefício de todos. Assim,

*“... a educação, segundo o pensamento tecnocrático, enquanto investimento, (...) favorece ao homem, ao cidadão, propicia maior desenvolvimento, que é meta necessária para se sobrepôr ao círculo da pobreza” (Covre, 1983:198).*

A pobreza, o subdesenvolvimento e outros problemas eram considerados conseqüências da falta de escolarização. A educação era tida como responsável pelo desenvolvimento do modo capitalista de produção e, diante disso, tornou-se um investimento. O objetivo da escola deixou de ser a criação da cultura, o ensino do homem; este tornou-se a formação de alunos eficientes e produtivos, nos termos das necessidades da indústria. Os burocratas do governo enfatizavam o preparo técnico como instrumento de facilitação da apreensão da tecnologia já criada e como fator indispensável ao desenvolvimento e à produtividade, alvo principal do modelo econômico implantado.

*“O caráter ‘economicista’ da educação (...) permite-se e proclama objetivos como o de não formar profissionais marginalizados ao sistema de produção, mas criá-los integrados ao processo de desenvolvimento. Trata-se do preparo e melhoria de mão-de-obra, atendendo ao processo tecnológico” (op. cit.: 212).*

Esta autora afirma, ainda, que

*“O caráter economicista/tecnicista do processo educacional passa a se revelar, também, na transformação do cientista em técnico social, na transformação do educador em técnico educador” (op. cit.: 199).*

Esta mudança na concepção de educação e ensino, visando estabelecer coerência entre o modelo econômico adotado pelo Governo Militar e o sistema educacional, impedia que a educação contradissesse os objetivos econômicos, políticos e sociais colocados para o país. Com isso a escola

passou a seguir as normas do gerenciamento empresarial, considerado cientificamente neutro e racionalmente planejado. Desta forma “... *buscou-se planejar a educação de modo a dotá-la de uma organização racional capaz de minimizar as interferências subjetivas que pudessem pôr em risco sua eficiência*” (Saviani, 1989:24).

Os técnicos do Estado assumiram o papel de planejadores tal como os gerentes das fábricas, buscando a todo custo a organização racional dos meios e relegando o professor e o aluno “... *à condição de executores de um processo cuja concepção, planejamento, coordenação e controle ficam a cargo de especialistas supostamente habilitados, neutros, objetivos, imparciais*” (op. cit.: 24).

Todos estes qualificativos faziam parte do

*“... projeto de se desvencilhar da escola e, precipuamente, da universidade, como locus em que se ‘faz política’. De um lado, cuida-se para que o conhecimento seja ‘apolítico’, que a discussão do saber se realize ‘acima das classes’, inserida na ciência ‘isenta’ com raiz na razão técnica”* (Covre, 1983: 200).

O tecnicismo defendia que o conhecimento técnico e a ciência estavam acima dos interesses políticos e de classe. Desta maneira, mantinha-se oculto que o progresso científico e tecnológico é uma decorrência das necessidades de produção, relegando a um segundo plano o fato de que

*“... as visões de mundo das classes sociais condicionam (...) não somente a última etapa da pesquisa científica social, a interpretação dos fatos, a formulação das teorias, mas a escolha mesma do objeto de estudo, a definição do que é*

*essencial e do que é acessório, as questões que colocamos à realidade, numa palavra, a problemática da pesquisa” (Lowy, 1978:15).*

A suposta neutralidade da ciência e da técnica justificaram a ausência da discussão política como meio para solucionar os problemas referentes ao funcionamento e destino da sociedade, pois os tecnocratas entendiam que os problemas eram de ordem técnica e que as decisões deveriam obedecer aos critérios da racionalidade técnica, não da política ou ideológica.

## CAPÍTULO IV

### A CRIAÇÃO DA UFAC

#### 4.1 - Os acordos MEC-USAID e a proposta de criação da Universidade do Acre

A ajuda técnica e financeira prestada pelos Estados Unidos ao ensino brasileiro iniciou-se conjuntamente com a assistência e ajuda ao país em geral, a partir de 1945 (Tavares, op. cit.: 13-14). No entanto os denominados acordos MEC-USAID, segundo Romanelli (op. cit.: 212), tiveram início em 1964, quando foi assinado o primeiro deles. Para coordenar e executar tais acordos foram incumbidos pelo Governo Federal os principais órgãos de decisão e administração educacionais: o Ministério da Educação e Cultura (MEC), o Conselho Federal de Educação (CFE) e a Diretoria do Ensino Secundário (DES).

Dentre estes, o órgão que mais se destacou nesses acordos foi o CFE que, para justificar sua atuação nos acordos e conquistar mais poder junto aos Estados, responsáveis pelo ensino primário e médio, alegava que as dificuldades encontradas no desenvolvimento educacional do país eram provocados pela falta de experiência das autoridades estaduais. A comprovação desta afirmação está no item I do acordo firmado em março de 1965, que diz:

*“A maior parte dessas dificuldades (...), sobreveio em razão do fato de os Conselhos Estaduais de Educação, as secretarias e outras autoridades estaduais de educação, carecerem de experiência quanto à formulação de planos concretos de ensino...” (Romanelli, 1988:214).*

A ausência de experiência do corpo administrativo estadual quanto à formulação de planos de ensino levou o CFE a concluir que *“um dos requisitos essenciais da reforma do ensino é o treinamento de autoridades estaduais de educação no preparo e execução de planos estaduais de ensino”* (op. cit.: 214). Diante deste objetivo a Diretoria do Ensino Secundário (DES) assinou convênio com a USAID em março de 1965<sup>18</sup>

*“...visando assistir os Conselhos e Secretarias de Educação no preparo de seus planos para o ensino secundário e no treinamento de uma equipe de técnicos brasileiros em planejamento de ensino, que prestassem serviços consultivos em caráter permanente” (Tavares, 1987:43).*

O acordo previa, entre outros resultados a serem atingidos, a

*“...formação de uma equipe integrada por funcionários do Ministério e da DES, devidamente treinados, para orientar e assessorar, em caráter permanente, os Estados no setor de planejamento do ensino secundário;(...)” (op. cit.: 43).*

Além dos acordos referentes ao ensino secundário, houve também acordos direcionados ao ensino primário, sobretudo no que se refere ao *“...planejamento do ensino elementar, que teve por objetivo principal*

---

<sup>18</sup> Segundo Tavares (1987:43), este primeiro convênio, de Serviços de Consultoria para Planejamento do Ensino Médio, teve o seu prazo de duração encerrado a 30 de julho de 1967, tendo sido renovado por mais três anos.

*assessorar o governo na elaboração do plano nacional de educação no ensino primário...;*” (op. cit.:47).

Com o objetivo de evitar desperdício no financiamento destinado a expansão do ensino e aumentar a eficiência das ações, em novembro de 1968, foi criado o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE). Sua tarefa era captar recursos e financiar projetos destinados à expansão e melhoria da qualidade do ensino nos três níveis. No entanto, o FNDE

*“...concede financiamento, preferentemente, àqueles programas e projetos que melhor correspondam à necessidade de formação de recursos humanos para o desenvolvimento nacional...”* (Romanelli, 1978:227).

Todos os acordos e órgãos criados visavam, em suma, maior racionalização e eficiência dos sistemas estaduais de ensino.

No Acre, as medidas visando a racionalidade e produtividade do sistema de ensino emanadas dos acordos MEC-USAID foram sentidas a partir de 1967, quando *“...membros do Conselho Estadual de Educação estagiaram no (...) MEC e participaram do Curso de Planejamento para a Educação, promovido pela UNESCO...”* (Marques de Oliveira, 1988:82).

Outro acontecimento significativo a marcar a adoção dos princípios racionais no planejamento educacional do Estado, foi a participação da Secretária de Educação do Acre, a professora Florentina Esteves, junto com seus assessores em cursos oferecidos pelo MEC.

*“...Florentina Esteves e sua equipe de técnicos egressos dos cursos intensivos proporcionados pelo MEC prepararam, (...)”*

*o Plano de Metas de Educação Estadual para o quadriênio 1968-1971, ...” (op. cit.:81).*

Segundo Marques de Oliveira (1988), a elaboração do Plano Quadrienal de Educação do Acre, do ponto de vista financeiro, foi de grande importância para o Estado, pois

*“... após esse trabalho, os recursos que o FNDE repassava ao estado e que andavam em torno de Cr\$ 200.000,00, no ano seguinte, se elevaram ao montante de dois milhões e meio de cruzeiros” (op. cit.: 82).*

Um outro evento marcante, na época, visando implantar definitivamente no Acre a prática do planejamento, foi a realização, em Rio Branco, em março de 1969, de um curso de Especialização em Administração Profissional, financiado pelo Ministério dos Transportes. Dois outros cursos foram realizados em 1970: um de Administração Municipal e o outro de Administração Pública<sup>19</sup>.

Com o treinamento oferecido aos membros do Conselho Estadual de Educação e à equipe de planejamento da Secretaria de Educação, as autoridades educacionais do Acre estavam equipadas para assumir a racionalidade administrativa imposta pelo MEC, na busca do aumento da eficiência do sistema educacional para satisfazer as exigências do modelo econômico.

---

<sup>19</sup> Ver Marques de Oliveira (opus cit.:83).

Dentro deste espírito, o CEE elaborou o anteprojeto de lei do Plano de Metas da Educação Estadual (base para elaboração do Plano Quadrienal), que trazia em sua primeira linha de ação:

*“Dar ênfase à preparação de recursos humanos para atender aos programas de desenvolvimento dos diversos setores das atividades estaduais, adaptando o sistema educacional às necessidades do Estado”* (Plano Quadrienal de Educação, 1968-1971:3).

Obviamente este plano se encaixava exatamente dentro das exigências do FNDE para liberação de recursos.

O mesmo documento propunha, dentre as principais metas a serem atingidas no quadriênio, a expansão e melhoria do ensino na faixa etária de 11 a 14 anos e a extensão da escolarização para os jovens da faixa etária de 15 a 18 anos. Para atingir tais metas, sugeria-se a “racionalização e expansão da rede educacional “bem como o “aperfeiçoamento do magistério”. Neste ponto específico, o anteprojeto propunha:

*“Formação em nível superior de supervisores, orientadores, administradores escolares, técnicos de planejamento educacional, professores de disciplinas específicas de ensino técnico, professores especialistas de nível médio e especialistas de ensino normal e orientadores educacionais”* (op. cit.: 07).

Estas idéias do anteprojeto estavam presentes no Plano Quadrienal, juntamente com a proposta de criação de uma Faculdade de

Filosofia para viabilizar a sua concretização. O documento previa ainda a implantação de uma Faculdade de Agronomia e outra de Enfermagem.

É preciso ter claro que, por ocasião da elaboração do Plano Qudrienal de Educação para o Estado do Acre, a Reforma Universitária ainda não havia sido realizada. Por isso, o referido documento trata da Faculdade de Filosofia como instância responsável pela formação de professores para o antigo ensino secundário e para o normal.

Quando a Lei nº 5.540, promulgada em 28 de novembro de 1968, acabou com a antiga estrutura das Universidades, a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras desapareceu na nova estrutura universitária. No entanto, o interesse pela formação do professor e do especialista foram contemplados. A esse respeito, o Art. 30 diz:

*“A formação dos professores para o ensino de segundo grau, de disciplinas gerais ou técnicas, bem como o preparo de especialistas destinados ao trabalho de planejamento, supervisão, administração, inspeção e orientação no âmbito de escolas e sistemas escolares, far-se-á em nível superior”.*

Como a nova legislação não concebia a Faculdade de Filosofia com as mesmas funções de antes, a formação do professor passou a realizar-se, a partir daquele momento, nas faculdades específicas.

As autoridades acreanas, convictas de que a Faculdade de Filosofia já não atendia aos interesses do governo, optaram pela implantação de um Centro Universitário e, posteriormente, da Universidade do Acre, praticamente com os mesmos cursos que integravam a antiga Faculdade de Filosofia, inclusive o curso de Matemática.

Portanto, a proposta inicial manteve-se inalterada, com exceção dos cursos de Agronomia e Enfermagem, que parecem não ter sido implementados porque o Estado não dispunha de recursos financeiros suficientes. Isto porque além destes exigirem dedicação praticamente exclusiva de alunos e de docentes (o que os encarecia), Agronomia e Enfermagem não eram cursos considerados “fáceis”, pois necessitavam não só de aulas convencionais mas, também, de laboratórios para realização de experiências e a prática de estágios. Estes cursos só foram implantados quando a Universidade foi federalizada: o de Enfermagem em 1976 e o de Agronomia em 1982.

Desta forma explica-se porque o Centro Universitário, e posteriormente a Universidade do Acre, surgiram com os cursos de Letras, Pedagogia, Matemática e Estudos Sociais, tendo incorporado os cursos de Direito e Ciências Econômicas existentes anteriormente. De acordo com o convencionado pela burocracia, o curso de Pedagogia deveria formar professores para atender às necessidades do ensino normal, responsável pela formação de professores para as quatro primeiras séries do primeiro grau. Ao mesmo tempo, ele prepararia quadros de nível superior para as funções burocratas de administração e planejamento, atendendo assim às exigências das agências financiadoras para liberação de recursos para o Estado.

Um fato que veio colaborar, juntamente com os anseios da elite acreana para a implantação da Universidade no Acre, foi a realidade precária da educação no estado. Em 1969, a realidade educacional para o antigo ensino primário tinha o seguinte quadro: das 49.608 crianças na faixa etária de 7 a 14

anos, 21.028 estavam sem escolas. Dos 1.159 professores que atuavam neste nível de ensino, 121 tinham formação correspondente ao normal segundo ciclo, 232 tinham apenas o primeiro ciclo, 758 tinham o primário completo e 48 professores não tinham sequer o primário completo.

No ensino médio a precariedade era maior do que no primário, sobretudo se levada em consideração a qualificação dos docentes.

*“...o número de professores habilitados é de 05 para 348 não habilitados, vale dizer, apenas 1,5% possui o registro legal, em outras palavras, possui os conhecimentos técnicos necessários para o exercício da profissão, o que representa, sem dúvida, um índice muito baixo” (Catálogo Geral da Universidade do Acre, 1972:9,10).*

Dentre os professores qualificados, alguns deles eram profissionais liberais, como médicos e advogados, que exerciam suas profissões nos municípios e também lecionavam. Mas a grande maioria era oriunda desse mesmo grau de ensino, sobretudo nos municípios do interior do Estado: quem dava aula no antigo ginásio, eram os seus ex-alunos, geralmente formados nas primeiras turmas.

Sobre a competência técnica do professorado do ensino médio, a própria Secretaria de Educação admitia a precária situação do estado, ao afirmar:

*“...procurou-se solucionar a crise de condições para o aperfeiçoamento técnico do professorado, crise de que há muito se vinha ressentindo o nosso magistério deste nível (médio) de ensino, bem como aumentar o seu quadro para*

*compensar a hipertrofia de demanda de matrícula e a extensão dos currículos” (op. cit.: 02).*

Quanto à demanda no ensino médio, a citação a seguir é bastante esclarecedora.

*“De informações colhidas do DGE (Acre), sabemos que em 1967 a população estimada de 12 a 18 anos é de 34.103 habitantes. Sabendo-se que a população escolarizada, nesse mesmo grupo etário é de 10.832 alunos, temos 23.721 pessoas entre 12 e 18 anos que não freqüentam a escola, isso é, cerca de 70% da população escolarizável” (Plano Quadriental de Educação, 1968-1971:36).*

O segundo ciclo do ensino médio (o correspondente hoje ao 2º grau) existia apenas na Capital, com as opções de científico, técnico em contabilidade e normal - este último existia também no município de Cruzeiro do Sul, em uma instituição particular. Somente a partir de setembro de 1968 Xapuri também passou a contar com sua escola normal de 2º ciclo.

No Acre tendo em vista a inexistência de professores e técnicos formados em cursos superiores para as atividades de docência, de planejamento e de administração do ensino, o mercado de trabalho para os licenciados, de um modo geral, estava praticamente intacto. Dados dão conta de que para atender à demanda de professores graduados e demais profissionais que atuavam no âmbito das escolas e da burocracia, no ano de 1972 seriam necessários aproximadamente 600 profissionais<sup>20</sup>. Se nestes anos os dados indicavam tal demanda, em 1968 a necessidade destes profissionais

---

<sup>20</sup> Ver: Universidade do Acre. “Catálogo Geral, 1972”, p. 11.

também era grande, justificando os pedidos de autorização para funcionamento de cursos superiores.

A realidade do mercado de trabalho do Acre proporcionou à elite de Rio Branco, interessada na implantação da Universidade, eliminar possíveis objeções do CFE, tendo por base o Art. 2 do Decreto-Lei nº 464, de 11 de fevereiro de 1969, que afirma:

*Será negada autorização para funcionamento de universidade instituída diretamente ou estabelecimento isolado de ensino superior quando, embora satisfeitos os mínimos requisitos prefixados à sua criação, não corresponda à exigência do mercado de trabalho, em confronto com as necessidades do desenvolvimento nacional ou regional”.*

Diante do quadro geral do ensino no Estado, o Conselho Estadual de Educação definiu como objetivo para a Universidade do Acre:

*“...a formação de profissionais do magistério, em nível Superior, propiciará o progresso do Magistério, única possibilidade de elevar o nível das escolas de ensino médio e, conseqüentemente, o elementar”*<sup>21</sup>.

Convém destacar que, àquela época, o governo que parecia tão preocupado com a formação do professor em nível superior, sequer dava condições para que esse mesmo profissional, do interior, fosse formado pelo normal colegial. Conforme já foi dito, na ocasião da criação do Centro Universitário do Acre (03/03/70), dos sete municípios do Estado apenas Rio

---

<sup>21</sup> Parecer nº 1/71 do CEE, aprovado em 04 de fevereiro e publicado no Diário Oficial do Estado no dia 10 do referido mês e ano.

Branco (a Capital) e Xapuri (terra do então governador Jorge Kalume) tinham normal colegial público; em Cruzeiro do Sul havia outra escola normal, só que particular. Os demais municípios possuíam apenas o chamado normal regional ou o curso ginásial.

Para que a Universidade pudesse justificar o objetivo para o qual fora criada, segundo o CEE e perante o MEC, o governador Kalume viu-se compelido entre abril de 1970 e março de 1971, a criar três escolas normais. Estas, foram instaladas na seguinte ordem: em Brasília, a 17 de abril de 1970; em Sena Madureira, a 27 de abril de 1970 e em Tarauacá, a 14 de março de 1971. A importância destas escolas era evidente; sem elas como a Universidade iria formar professores para atuar no ensino primário e secundário?

Toda movimentação no sentido da implantação do Ensino Superior no Acre aconteceu - criação do Centro Universitário (em 03/03/70), transformação do Centro em Universidade (em 22/01/71) e criação das escolas normais (entre 70 e 71) - praticamente às vésperas do término do governo Kalume, que se encerrou a 15 de março de 1971.

Um outro fator que muito contribuiu para a implantação da Universidade, e que se tornou um dos elementos importante de que as autoridades locais lançaram mão para pedir a sua federalização, foi o tema, bastante em voga na época, de que a educação promove o progresso. Este mote, na verdade não era novo; já vinha sendo divulgado desde a década de vinte <sup>22</sup>, mas foi assumido de forma radical pelos governos militares. Esta

---

<sup>22</sup> Conferir, RODRIGUES, Neidson. *Estado, Educação e Desenvolvimento Econômico*. 2ª edição. São Paulo, Cortez & Autores Associados. 1982, páginas 109-110.

atitude pode ser considerada um reflexo da assessoria educacional dos técnicos norte-americanos, especialmente de Rudolph Atcon, assessor dos acordos MEC-USAID.

Por isso, entre os motivos alegados para a criação da Universidade do Acre estava o de promoção do desenvolvimento do Estado. O estatuto da Universidade propunha como um dos fins da instituição

*“...a proposição de problemas e planejamento de programas relacionados com o desenvolvimento econômico, social e cultural do país e, especialmente, da região e do Estado”* (Estatuto da Universidade do Acre, art. 2º).

A “desqualificação técnica” do acreano era entendida como a causa do atraso econômico em que se encontrava a região.

*“Ninguém desconhece que as grandes deficiências responsáveis pelo retardamento do progresso da região residem, em, primeiro plano, na desqualificação do homem para realização de tarefas tidas como prioritárias no processo de desenvolvimento”* (II Colóquio Regional de Educação e Ensino de Nível Superior, 1971:20).

A necessidade de cursos de nível superior tornava-se evidente.

*“...foi profundamente preocupado em buscar soluções consentâneas para todos esses problemas, focalizados na qualificação da mão-de-obra regional para a execução das complexas e inúmeras tarefas de desenvolvimento global integrado do Estado e atender às necessidades do mercado de trabalho local, que se vem ampliando progressivamente,*

*que o Governo estadual criou a Universidade do Acre...”*  
(Condições Sócio-Econômicos e Culturais, 1974:21-2).

Na compreensão das autoridades do Estado, de acordo com os documentos supracitados, à educação escolar, no caso ao ensino superior, cabia a responsabilidade pela redenção da sociedade acreana do atraso sócio-econômico em que se encontrava. A escola deveria acabar com as injustiças sociais, promover o progresso e a democracia, pois a pobreza, o subdesenvolvimento e outros problemas eram vistos como conseqüências da falta de escolarização. Deste modo, a educação passou a ser considerada como a responsável por todos os problemas do modo capitalista de produção.

Tanta responsabilidade só pode ser atribuída à educação por quem desconhece que *“Cada comunidade tem os quadros técnicos que pode absorver sua estrutura social, econômica e conseqüentemente ocupacional”* (Mendes, 1968:29).

A visão de “educação-redentora” revela-se, portanto, ingênua e tendo por base as teorias não-críticas de educação. Estas concebem

*“...a educação com uma ampla margem de autonomia em face da sociedade. Tanto que lhe cabe um papel decisivo na conformação da sociedade, evitando sua desagregação e, mais que isso, garantindo a construção de uma sociedade igualitária”* (Saviani, 1989:16).

## 4.2 - Os primeiros cursos

### 4.2.1 - Faculdade de Direito

Quando o governador do Acre foi deposto, em 09 de maio de 1964 pela ditadura militar e tendo posteriormente seus direitos políticos cassados, novamente assumiu o poder no estado um elemento “estranho” aos acreanos, o capitão do Exército Edgar Pedreira de Cerqueira Filho, comandante da então 4ª Companhia de Fronteira, que comandou a deposição do governador. A possibilidade do Acre ser governado pelos acreanos só se concretizaria quando o Estado dispusesse de mecanismos para formar lá mesmo pessoal qualificado. O caminho para tal seria a criação de uma Universidade ou, pelo menos, de uma Faculdade.

A condição de Estado tornava possível à elite acreana executar o seu projeto de curso superior no Acre, independente do Governo Federal e da iniciativa privada. Isto devido à criação de um Conselho Estadual de Educação (CEE), responsável pela autorização de funcionamento dos estabelecimentos estaduais isolados de ensino superior, desde que fossem satisfeitas algumas exigências:

*“... que a criação do curso represente real necessidade para a região, quer do ponto de vista de suas deficiências em profissionais de nível superior, quer do ponto de vista cultural” (Horta, 1975: 32).*

Com o Acre transformado em Estado e com a criação do seu CEE, todos os motivos alegados até então para a não existência de cursos superiores foram afastados.

Baseado na constituição do Estado, datada de 1962, que previa a criação e instalação de uma Universidade para atender aos interesses da elite local, “... em junho de 1.963 apresentou o deputado Omar Sabino de Paula à mesa da Assembléia Legislativa o projeto de criação da Faculdade de Direito do Acre” (História da Faculdade de Direito)<sup>23</sup>.

Mas por que foi criado o curso de Direito se, no Plano Estadual de Educação, constava a solicitação para a criação de uma Faculdade de Filosofia?

Tudo indica que o curso de Direito foi implantado, em primeiro lugar, para assegurar a uma parte da elite a formação necessária para viabilizar o slogan “O Acre para os acreanos”. O diploma deste curso possibilitaria a muitos ocupar cargos e funções públicas, principalmente no Poder Judiciário local e na burocracia estatal, que começava a se desenvolver.

Esta afirmação prende-se ao fato de que para a implantação do curso não foram considerados os interesses sociais.

*“Na criação dos primeiros cursos superiores no Acre, não funcionou o planejamento em razão dos interesses sociais, que indicavam o curso de Filosofia, Ciências e Letras como o desencadeador da expansão da escola pública elementar e secundária, rompendo o círculo vicioso da ignorância das massas. Também não funcionou o planejamento do ensino superior do Acre de acordo com os interesses econômicos*

<sup>23</sup> Trata-se de uma fotocópia de um documento impresso com o título: “Histórico da Faculdade de Direito”, sem nenhuma referência à fonte.

*do estado que, por questão de coerência, estava a exigir um curso de Agronomia. Prevaleceram os interesses da elite que desejava, de qualquer modo, um curso superior no Estado. E o curso de Direito se apresentava como o mais próximo da realidade, considerando-se as facilidades para sua concretização” (Marques de Oliveira, 1988:77).*

Na escolha de um curso para implantação, não esteve em pauta uma proposta de educação que possibilitasse uma melhor compreensão da realidade social e econômica, nem uma intervenção técnica que melhorasse a produção da borracha e de outros produtos agrícolas do Estado. Optou-se por um curso que, a rigor, melhor serviria aos interesses dominantes locais pois, pela tradição do bacharelismo, o curso de Direito era o instrumento por excelência para a formação dos futuros dirigentes do país.

Esta é, também, uma posição de classe, pois

*“... a elaboração das camadas intelectuais na realidade concreta não ocorre num terreno democrático abstrato, mas de acordo com processos históricos tradicionais muito concretos (...) a burguesia rural produz notadamente funcionários estatais e profissionais liberais, ao passo que a burguesia urbana produz técnicos para a indústria” (Gramsci, 1978:10).*

Na tradição brasileira,

*“... os grandes senhores de terra costumavam mandar seus filhos estudarem nas escolas de Direito a fim de adquirirem um diploma e competência intelectual, que os qualificassem para uma posição política na cidade” (Oliven, 1977:55).*

No Acre daquela época, como já vimos, a economia era tipicamente extrativista e estava em decadência. Os interesses em jogo no momento não eram os da sociedade acreana pobre e analfabeta, mas os dos seringalistas arruinados economicamente e de alguns comerciantes e políticos. Estes, organizados em torno de partidos, visavam ocupar cargos públicos para, através deles, tirar proveito econômico e prestígio político. Como o conhecimento das leis sempre foi o caminho por excelência para se chegar aos cargos públicos, a implantação do curso de Direito foi escolhida por satisfazer as exigências e interesses da burocracia local.

Este fato manifesta o descaso e desprezo da elite acreana pela educação da classe oprimida do Estado; caso contrário, ela teria se preocupado em criar cursos que formassem educadores para atuar nos diversos níveis de ensino da rede pública e, conseqüentemente, contribuir para a diminuição do elevado número de analfabetos e para a elevação do nível cultural da população. Ele torna evidente que não havia, por parte dos dirigentes do Estado, nenhum compromisso com uma educação capaz de elevar o nível cultural das massas, pois este compromisso implica em

*“... admitir que a defesa de privilégios (essência mesma da postura elitista) é uma atitude insustentável. Isto porque a educação é uma atividade que supõe a heterogeneidade (diferença) no ponto de partida e a homogeneidade (igualdade) no ponto de chegada. Diante disso, a forma pela qual a classe dominante, através de suas elites, impede a elevação do nível de consciência das massas é manifestando uma despreocupação, um descaso e até mesmo um desprezo pela educação” (Saviani, 1987:13-4).*

Um dado que corrobora a idéia de que a instalação do curso de Direito buscava apenas beneficiar a uma elite, é o número de inscritos no concurso vestibular realizado para o preenchimento das vagas da primeira turma: o número de candidatos foi inferior ao número de vagas. Um fato interessante é que do total de alunos que compunha a primeira turma de calouros, quase metade estava em pleno exercício profissional na burocracia estatal e tinha idade superior a quarenta anos. Eram, portanto, profissionais que já possuíam cargo na administração pública e necessitavam de um diploma de curso superior para justificar a função que ocupavam.

A escolha do curso de Direito fez-se, segundo seus idealizadores, por este ser pouco dispendioso e fácil de ser ministrado. A respeito da implantação de cursos considerados “fáceis” da área das Ciências Humanas, Mendes diz que este qualificativo decorre de uma compreensão equivocada desta área, mas que se difundiu. Ele classifica como

*“... desperdícios de nossa política de ensino (...) a criação de cursos ‘fáceis’ de Economia, Direito, Administração, Serviço Social etc., que são autorizados como bonomia, sob a alegação de que ‘não precisam de muita coisa’ e, por mais fraco que seja, só podem trazer proveito. Essa tese é falsa sob o prisma sociológico, educacional e econômico. Não se dá conta do que significam as Ciências Humanas hoje, de sua tecnicidade e de sua eficácia; não compreende o quadro social e cultural brasileiro, onde não cabe mais esse tipo de ilustração informe e verbalista que dissolve em palavras todos os problemas técnicos (e, em todas as ciências, todos os problemas são de alguma forma técnicos) e onde esses diplomados não cabem senão numa função parasitária que o país não pode suportar. A não ser que se troque as*

*necessidades nacionais pelos interesses de uma clientela em busca de privilégios” (Mendes, 1968:35).*

Havia ainda o argumento de que o Estado necessitava de profissionais formados para o exercício de múltiplas tarefas administrativas, a medida que os profissionais contratados em outras regiões (com vantagens financeiras) em sua maioria regressavam aos seus Estados de origem em menos de um ano de estadia no Acre. Outro argumento baseava-se na emigração de jovens acreanos para outros centros em busca de curso superior, que estes raramente retornavam a sua terra natal para trabalhar, depauperando ainda mais o estado de recursos humanos, já demasiado escassos.

A este respeito é possível afirmar que “... *o fluxo de talento, como qualquer outro no plano social e econômico, se processa segundo atrações naturais e inevitáveis numa sociedade liberal*” (op. cit.: 29).

Parece evidente que em um Estado pobre, onde tudo era dificuldade, somente necessitava de curso superior “um grupo seletivo de filhos da classe dominante para efeito de auto-reprodução desta classe” (Pinto, 1986:37). Desta forma, a implantação do curso de Direito no Acre serviu à ampliação do segmento de privilegiados que crescia com a burocracia. A eles as oportunidades eram concedidas sob a alegação de que iriam servir ao povo quando, na verdade, elas visavam conferir à elite status profissional e econômico. Somente indiretamente o curso de Direito vinculou-se às necessidades sociais, visto que possibilitou o surgimento

*“... de um grupo profissional privilegiado, a serviço de camadas muito tênues da população local, sem condições*

*de irradiar seus serviços além desses limites”* (Mendes, 1968:29).

Depois de mais de um ano de tramitação pelas comissões do Poder Legislativo acreano, foi sancionada a Lei nº 15, datada de 08 de setembro de 1964, que criava o curso de Direito no Acre. Pela resolução nº 02, de 30 de dezembro de 1964, o Conselho Estadual de Educação autorizou o seu funcionamento a partir do exercício de 1965. Para dirigir a Faculdade, foi designado pelo Poder Executivo Estadual o Dr. Jersey de Brito Nunes. As aulas tiveram início em 15 de março de 1965.

Desta forma foi iniciado o Ensino Superior no Acre que, nas palavras de seus idealizadores, significava

*“... um marco de civilização plantado em terras do Acre, concretizando aspirações da juventude, a qual não mais precisará emigrar de sua terra em busca de maiores conhecimentos”.*<sup>24</sup>

Infelizmente, dadas as características econômicas e geográficas do Estado e devido à localização do curso, apenas parte da juventude da capital realizou o sonho do diploma superior.

---

<sup>24</sup> Ata da sessão de instalação da Faculdade de Direito, realizada em 01.01.65.

#### 4.2.2 - Faculdade de Ciências Econômicas

O modelo econômico brasileiro submetido ao capital e ao mercado internacionais teve sua gestão durante o governo Juscelino Kubitschek, mas, segundo Singer (1985:99), foi resultado do “... *processo de industrialização, que vinha decorrendo sem muita solução de continuidade, desde 1935 aproximadamente...*”.

O período de generalização deste modelo econômico deu-se entre 1964 e 1968, e sua consolidação entre este último ano e 1974. Tal período ficou conhecido como o do “milagre econômico” brasileiro. Como se tratava de um modelo de desenvolvimento dependente, gerenciado pelo Estado, ele teve no Planejamento uma de suas armas mais eficientes, visto que “... *O planejamento, enquanto forma de intervenção do Estado, deve ser visto como um processo global que incorpora também o social*” (Horta, 1991: 214).

Não só a economia, mas tudo o que dissesse respeito à sociedade brasileira deveria ser controlado, pois o Planejamento era considerado o instrumento que possibilitaria colocar o desenrolar histórico sob o controle do Estado.

A lógica deste novo modelo impunha ao Estado a tarefa de criar um Executivo forte para centralizar as decisões e inserir mais “profundamente” o país na ordem do capitalismo mundial. Para tanto, fazia-se necessário reorganizar os

*“... aparelhos de Estado com o conseqüente deslocamento da dominância do Legislativo para o Executivo, no qual se instalam os técnicos, ideologicamente concebidos como agentes de macrodecisões não-políticas, ou neutros, voltados (...) para o atendimento ou promoção do bem-estar coletivo, guiados que são pelos critérios universalistas da ciência de que são portadores, e não pelos interesses partidários da política”* (op. cit.: 210).

Desta forma, instalaram-se no poder também os tecnocratas, que exigiam *“... a garantia de um aparelho de Estado forte, que mantenha sob estrito controle os grupos que possam vir a contestar a sua autoridade técnica...”* (op. cit.: 227-8).

A nova fase do capitalismo, fundamentada também nos princípios acima referidos, levou a burocracia estatal - composta pelos militares e tecnocratas - a reformular a ideologia burguesa de modo a adaptá-la às novas exigências de modernização. Foi implantado no país um conjunto de princípios que tinham a máxima de atribuir ao saber técnico o caráter de saber isento e competente para determinar o planejamento, a organização e a racionalização do processo histórico. A crença básica era a de que a ciência e a tecnologia, aliadas ao capital, criariam uma sociedade desenvolvida na qual todos poderiam compartilhar os frutos do desenvolvimento.

Para atender às exigências da nova ordem era necessário promover reformas no setor administrativo público, de modo que o desenvolvimento com segurança não sofresse entraves para alcançar seus objetivos. A racionalização do processo produtivo foi institucionalizada de

modo a assegurar a compatibilidade entre o que fora planejado e o que seria executado.

Desta forma, o controle pelo Estado das ações a serem desenvolvidas impediria que as contradições surgidas em função do modelo econômico pusessem em risco o seu desenvolvimento. O instrumento legal que instituiu a racionalização foi

*“... Decreto-Lei nº 200/67 e legislação complementar, que mais do que um conjunto de normas, representa a política administrativa do estado autoritário; através desta legislação, reduzem-se as disfunções da burocracia que, dotada de maior racionalidade, possibilita (...) a execução dos planos de desenvolvimento” (Kuenzer e Machado, 1984, p. 33).*

O Decreto-Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967, estabelecia no capítulo I, art. 7, referente ao planejamento,

*“A ação governamental obedecerá a planejamento que vise a promover o desenvolvimento econômico do país e a segurança nacional, norteando-se segundo planos e programas elaborados, na forma do Título III, e compreenderá a elaboração e atualização dos seguintes instrumentos básicos:*

- a) plano geral de governo;*
- b) programas gerais, setoriais e regionais, de duração plurianual;*
- c) orçamento programa anual;*
- d) programação financeira de desembolso.”*

Quanto ao Título III, o art. 15 estabelecia:

*“A ação administrativa do Poder Executivo obedecerá a programas gerais e setoriais de duração plurianual, elaborados através dos órgãos de planejamento, sob a orientação e coordenação superiores do Presidente da República”.*

Estes dois artigos determinaram, ao menos em tese, como deveria dar-se e quais eram as exigências necessárias para que as unidades federadas, as empresas públicas e privadas, os empresários etc. pudessem ser contemplados com recursos públicos ou financiamentos dos bancos estatais.

Esse contexto criou a necessidade da planificação econômica e fez crescer em importância os profissionais ligados à elaboração, controle e acompanhamento de projetos. A idéia de planejamento econômico adquiriu importância tal, que vários órgãos federais

*“... desenvolveram programas especiais de esclarecimento, orientação e assistência ao empresariado privado interessado em capital, tecnologia, favores fiscais (...). Também universidades e fundações entraram nesses programas. Criaram-se ou reformularam-se instituições de ensino com esse fim” (Ianni, 1986:314).*

Desta forma, *“... a idéia de planejamento econômico passou a fazer parte da realidade política e cultural do Brasil”* (op. cit.: 312).

No Acre não existia a prática do planejamento. Durante o período em que era Território, estava subordinado ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores; mas como os Territórios eram considerados espaço militar, o comando do Acre cabia ao Exército. Logo, quem indicava os seus governantes era o Exército.

Pelo que se sabe, o Governo Federal nunca investiu no Território de modo a promover o desenvolvimento econômico, social e cultural. Os poucos recursos liberados não obedeciam a nenhum planejamento prévio ou cronogramas regulares de desembolso; pelo contrário, dependiam da boa-vontade do ministro da Justiça e demais ministros, além do prestígio político do governador, que dispunha dos mesmos a seu bel prazer. Sendo seus recursos adquiridos desta forma tornava-se difícil e até mesmo inviável ao Acre qualquer forma de planejamento, principalmente se levado em conta que os governantes não tinham com a população local nenhum compromisso político-moral, uma vez que eram nomeados pelo Presidente da República e somente a ele prestavam contas.

Após a promoção de Território a Estado, surgiu a necessidade de estruturar o Acre política e administrativamente. Mas como fazê-lo se, na região, não havia profissionais qualificados para tal?<sup>25</sup> A solução era importar técnicos. Foi o que fez o primeiro Governador constitucional, contrariando os interesses de seus correligionários que viam perdidas as chances de tirar vantagens políticas e econômicas na ocupação de cargos públicos. Essa prática, em escala menor, foi seguida por outros governadores.

Diante da introdução do planejamento econômico como exigência para a obtenção de recursos, os profissionais mais requisitados no Acre foram os economistas. No entanto, a contratação de técnicos em outros Estados,

---

<sup>25</sup> A ausência de profissionais qualificados devia-se à falta de estrutura administrativa no antigo Território. Os governadores o administravam como a um seringal devido ao isolamento econômico, político e cultural, à precariedade dos meios de comunicação, às grandes distâncias que dificultavam o acesso aos centros mais evoluídos do País e, finalmente, à escassez de recursos financeiros. Estes fatores provavelmente impediram a migração em grande escala de profissionais com formação universitária para o Acre.

além de onerar os cofres públicos, não se constituía numa alternativa viável para as necessidades dos governos, visto que era inútil o esforço para

*“... atraindo-os de outras regiões brasileiras, inclusive mediante o pagamento de salários superiores aos ali vigentes. Os que migravam, mesmo gozando dessa vantagem financeira, em sua maioria regressavam às localidades de origem em pouco mais de um ano...”*  
(Condições Sócio-Econômicas e Culturais, 1972:19).

Nessas circunstâncias um dos economistas contratados para integrar a administração estadual, Sr. João Batista Moreira, tomou as primeiras providências, já em 1966, para a criação de um curso de Ciências Econômicas no Acre. Tudo leva a crer que a falta de recursos financeiros e humanos impediram a criação do referido curso naquele ano. O curso de Ciências Econômicas só foi concretizado em 1968, provalvemente pressionado pela legislação que impunha a modernização administrativa aos Estados e municípios para obtenção de recursos federais.

O documento intitulado “Condições Sócio-Econômicas e Culturais”, elaborado em outubro de 1972, parte integrante do processo de reconhecimento da Faculdade de Ciências Econômicas, considera sobre a criação do novo curso que este iria

*“... possibilitar a formação de economistas extremamente carentes no Estado e indispensáveis à execução de suas atividades específicas de planejamento técnico e programação, requisitos básicos à eficiência do desempenho da gestão pública. Além de serem os seus serviços profissionais também reclamados pelas atividades produtivas - em franco crescimento e dinamização - para o*

*exercício das complexas tarefas de orientação e organização, bem como para a formulação de projetos necessários à obtenção de recursos junto a entidades de financiamento” (op. cit.: 20).*

O trecho citado mostra quanto foram decisivas as exigências do ministério do Planejamento para que o governo estadual investisse na formação de profissionais considerados necessários ao desenvolvimento do Estado.

Outro fator importante a contribuir para a implantação do curso foi o colapso da economia extrativista e a nova política econômica da União, que desarticulou toda a economia acreana fundamentada no trabalho dos seringalistas e nas casas aviadoras. Arruinados economicamente, os seringalistas e a classe média acreana viram retirarem de si a possibilidade da formação acadêmica de seus filhos realizar-se em outros centros, especialmente Rio de Janeiro, Fortaleza e Belém. Desta forma:

*“... as chances de ascensão social reduziram-se à progressão nas burocracias públicas e privadas, para o que a educação de nível superior passava a ser um requisito essencial” (Cunha, 1977:150).*

Para completar, o novo Estado precisava atingir sua consolidação político-administrativa através de um quadro burocrático de nível superior. O curso de Direito atendia às necessidades de ordenamento jurídico, mas a nova ordem econômica também exigia profissionais com formação em outras áreas. Como a obtenção de recursos federais era o que mais interessava, tornava-se necessário a criação do curso de Ciências Econômicas, fosse para legitimar

institucionalmente os ocupantes de cargos, fosse para formar, dentro das exigências burocráticas, quadros para assumir funções dentro da máquina administrativa.

Finalizando, é possível perceber a criação do curso de Ciências Econômicas como fruto de pressões da área econômica do governo federal exercidas sobre o governo estadual. Tanto que no Plano Quadriental de Educação (1968-1971), no item referente ao ensino superior, não constava a implantação do referido curso, mas sim de uma faculdade de Filosofia, uma de Agronomia, e uma escola de Enfermagem.

A Faculdade de Ciências Econômicas foi criada pela Lei Estadual nº 195 de 13.09.68 e começou a funcionar em 1969.<sup>26</sup>

#### 4.3 - A Universidade e sua Federalização

O quadro econômico implementado no país a partir de 64, e que se consolidou a partir de 68, inviabilizou os mecanismos tradicionais de ascensão social da classe média via poupança, investimento, montagem do próprio negócio etc. Diante da impossibilidade de viabilização dos mecanismos acima referidos, a classe média passou a procurar cargos mais elevados nas hierarquias administrativas. Para tanto, tornava-se

---

<sup>26</sup> Ata em anexo.

*“... cada vez mais necessário conquistar graus escolares mais elevados a fim de obter promoção dentro das hierarquias ocupacionais; houve uma crescente demanda de escolarização em todos os níveis, já a partir da década de cinqüenta” (Cunha, 1975:44).*

Premidas por esta necessidade,

*“As camadas médias passam, então, a disputar a promoção nas hierarquias ocupacionais através de gastos pessoais maciços em escolarização e/ou reivindicação de subvenção pública para o mesmo fim, através do ensino gratuito” (op. cit.: 43).*

Esta realidade foi atingir o Acre a partir do final da década de 60 e início da década de 70, quando estudantes secundaristas e professores passaram a reivindicar ao governador a criação de cursos universitários nas áreas ligadas à educação, mais especificamente à formação de professores. No entanto, quando criado o primeiro curso superior do Estado foi instalada uma Faculdade de Direito. Devido à baixa demanda de candidatos, para preencher todas as vagas oferecidas o Diretor da Faculdade convidou a freqüentar o curso pessoas ilustres da cidade já portadoras de diploma de nível superior, tais como o bispo de Rio Branco, D. Giocondo Maria Grotti, secretários do governo do Estado, entre outros. Alguns destes alunos ilustres da primeira turma eram também professores do curso, como o bispo D. Giocondo M. Grotti e o Prof. Áulio G. A. de Souza, posteriormente reitor da Universidade por mais de dez anos.

O processo de substituição dos canais de ascensão social para a classe média induz vários outros processos; entre estes, o autor destaca:

*“... os burocratas já empregados nos diversos níveis passam a sofrer, real ou potencialmente, a competição dos contingentes recém-egressos do sistema educacional, com escolaridade relativamente mais elevada. A busca de ensino superior por parte desses burocratas, constitui uma resposta àquela ameaça de deslocamento dos cargos ocupados ou pretendidos pelos postulantes mais e mais educados”* (op. cit.: 45).

No Acre a competição deu-se entre professores com a mesma titulação. O Programa de Aperfeiçoamento do Magistério Primário (PAMP), desenvolvido no Acre entre os anos de 1965 e 1972, embora não tenha sido uma solução para o problema dos professores não qualificados constituiu-se, para uma parcela significativa desses professores, *“... a única oportunidade de acesso cultural, alcançando, após os Exames de Madureza, a Escola Normal e, posteriormente, até a Universidade”* (Marques de Oliveira, 1988:76).

Isso significa que um número razoável de professores leigos, sobretudo na capital, estava qualificando-se e titulando-se e, desta forma, igualando-se aos técnicos da Secretaria de Educação e aos professores do próprio PAMP que, embora tivessem recebido treinamento fora do Estado, continuavam professores com apenas o 2º grau. Tal realidade os colocava numa situação desconfortável perante aqueles que antes eram desqualificados e, agora, eram iguais. Essa igualdade os ameaçava, pois não havendo curso superior de Licenciatura, apenas o curso Normal era requisito para se ocupar o cargo de técnico da Secretaria de Educação e professor da própria Escola Normal

Naquela época, no Acre a Secretaria que mais empregava (e ainda continua empregando) era a da Educação e, por conseguinte, era a que mais cargos técnicos oferecia para serem preenchidos aos portadores de diploma de curso superior. Estes cargos, além dos de confiança, eram vinculados ao Planejamento, Supervisão, Administração etc.

Os profissionais ligados à Educação, diante da realidade que se apresentava, passaram a reivindicar juntamente com os estudantes alguns cursos na área. Segundo o Prof. Áulio Gélio, depois da criação do curso de Economia (em 1968) houve manifestações de alunos reivindicando a criação de cursos voltados à formação de professores. Tais alunos não pretendiam cursar Direito nem Economia, mas áreas voltadas à Licenciatura porque vários deles já estavam engajados no magistério como professores<sup>27</sup>.

Vários professores da rede estadual de ensino que visavam ocupar cargos importantes na administração pública do Estado, pois faziam parte do Conselho Estadual de Educação, fizeram parte das primeiras turmas, sobretudo, dos novos cursos de Letras e de Pedagogia. Parte destes professores, depois de formados, passou a fazer parte do quadro docente da Universidade Federal do Acre.

A busca de graus escolares cada vez mais elevados, além de afastar as ameaças de competidores alheios à educação e dos concorrentes internos, constituía-se em requisito, dentro da nova realidade do Estado, indispensável à ascensão social.

---

<sup>27</sup> Declaração feita em entrevista concedida às professoras Eloisa Winter Nascimento e Maria Correa da Silva, em 1994 (Universidade Federal do Acre).

O quadro econômico nacional e a realidade acreana fizeram com que em plena vigência do AI-5 e do Decreto-Lei nº 477, um grupo de estudantes criasse um movimento denominado “Comitê Pró criação da Faculdade de Filosofia”. Este movimento, visto pelas autoridades estaduais como subversivo, fez com que seus líderes procurassem pelo Comandante da então 4ª Companhia de Fronteira (Exército) e explicassem o que pretendiam. Segundo declarações prestadas pelo professor da Universidade Federal do Acre, Manoel Ferreira Lima, na ocasião um dos líderes do movimento, o comandante do Exército não só achou a idéia válida como prestou ajuda aos estudantes, dizendo-lhes que podiam utilizar o seu nome como um dos apoiadores do movimento. Com o auxílio do Exército o grupo passou a editar um jornal, através do qual buscavam apoio de outros estudantes, das autoridades e do povo em geral para instalação de uma

*“... Faculdade de Filosofia, (...) com objetivo único de servir a uma classe ansiosa por melhores dias no campo da educação do nosso Estado...”* (Albuquerque, 1969:01).

Na verdade, os estudantes não queriam cursos de Filosofia. Eles solicitavam o que, antes da Reforma Universitária efetivada com a Lei nº 5.540/68, correspondia aos cursos contidos na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, cursos que os tornassem aptos a pleitear cargos nas novas hierarquias ocupacionais que estavam surgindo no Estado e, especialmente, na Secretaria de Educação. Expressam essa compreensão quando dizem

*“Sabemos que é nela (Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras) que se formam técnicos especializados em educar, e*

*é dela que o Acre precisa para uma reforma no campo administrativo educacional...*” (op. cit.: 01).

Esse clima de ansiedade e procura por níveis de escolarização mais elevados, também tinha por base “... a prevalência de antigos valores (...) que apontavam o homem mais sábio, como o capaz de mandar legitimamente, o merecedor de rendas e deferências especiais” (Cunha, 1989:74).

A posse de um diploma de nível superior, porém, não era garantia de melhor posição na hierarquia ocupacional. “A conquista de graus escolares cada vez mais elevados não garante, mas permite que se postule a ascensão social nessa nova fase” (op. cit.: 44). Tal ocorre sobretudo quando se trata de uma sociedade marcada por favores e clientelismo político.

Conforme se conseguiu apurar por intermédio de entrevistas com alunos e professores da época, não havia por parte do governador do Estado ou da Secretaria de Educação nenhuma manifestação no sentido de criar cursos superiores no Estado. Mesmo porque, a situação financeira deste não era das melhores. Desde os tempos de Território o Acre não tinha de onde arrecadar impostos, o que o colocava na dependência de recursos repassados pelo Governo Federal.

O jornal Correio do Oeste editado em Rio Branco, na sua edição de 08 de agosto de 1968, por ocasião da visita do Presidente Costa e Silva ao Acre, destacou como meta número um do governo do Acre a construção de estradas. Na relação dos ministérios aos quais o governo fez solicitações, sequer aparecia o Ministério da Educação. O único pedido referente ao ensino

foi feito ao Ministério da Indústria e Comércio, solicitando a criação de uma escola SENAI em Rio Branco.

A educação, portanto, não foi prioridade para o governo estadual até que os políticos percebessem que acolher as reivindicações de criação de cursos superiores era uma oportunidade ímpar para conseguir prestígio e conseqüentemente satisfazer às suas ambições políticas. Isto porque além de atender às reivindicações de parcela significativa da população, estudantes e funcionários públicos seriam certamente mercedores do reconhecimento político não só daqueles a quem as necessidades haviam sido atendidas mas também do conjunto da população. Além do mais, tal “... *prática rendia dividendos políticos adicionais, pois a ampliação do aparelho escolar exigia o crescimento da burocracia, cujos cargos passavam a ser preenchidos por correligionários e seus clientes*” (Cunha, 1989:74).

Político profissional<sup>28</sup>, o então governador do Acre, Sr. Jorge Kalume, soube tirar proveito da situação referente ao ensino superior no Acre - o único Estado da Federação a não possuir uma Universidade - para fortalecer sua trajetória política e a de seu grupo. Ao criar a tão solicitada Universidade, Kalume cooptou estudantes secundaristas, funcionários públicos, a classe média e parte significativa da população urbana. Desta forma aumentou o nível de popularidade de seu governo e ampliou as bases de legitimação e sustentação do regime militar do qual estava a serviço.

Para criar o Centro Universitário do Acre<sup>29</sup>, o governador alegou

---

<sup>28</sup> Ele havia sido prefeito de Xapuri em 1956, fora eleito Deputado Federal em 1963 e em 1966 recebeu indicação para ser governador do Estado do Acre pelo presidente Castelo Branco.

<sup>29</sup> O Centro Universitário do Acre era composto pelos seguintes cursos de licenciatura plena: Letras, Pedagogia e Matemática; Estudos Sociais, de curta duração.

*“... a impossibilidade de consolidar o sistema político do Acre - Estado elevado em 1962 e implantado em 1963 - se o seu povo, destacadamente a sua mocidade estudiosa, ficasse privado de uma formação superior...” (Kalume, 1980:11).*

O ato de criação do Centro Universitário foi realizado em praça pública com missa, foguete, banda de música e

*“... sob festas e hosanas, sancionamos a Lei nº 318, na Esplanada do Palácio, numa bela tarde do dia 3 de março de 1970, com Missa Campal oficiada por Sua Excelência o Bispo Giocondo Maria Grotti e entre espocar de foguetes, os acordes dos hinos nacional e acreano....” (op. cit.:13).*

Apesar da pompa da solenidade, o governador reclamou da falta de entusiasmo, afirmando que

*“Conquanto o ato, pela sua magnitude, tivesse representado a verdadeira ‘Carta de Alforria’ cultural, presentes estudantes e o povo, faltou, contudo, o estrondoso entusiasmo, justificado pela falta de preparo como decorrência do incipiente meio de comunicação da época. Todavia, valeu o esforço desenvolvido - verdadeiro bálsamo vivificador do espírito - por nós e nossa equipe de governo, fruto do nosso próprio impulso, conduta por nós adotada, quando dirigida para o bem, porque somente assim se poderia governar o Acre naqueles dias” (op. cit.:13).*

Na verdade, o governador esperava que uma grande multidão o aclamasse como benfeitor do Estado, aplaudindo-o e futuramente reconhecendo-o nas urnas como criador da Universidade - o que, de fato, ocorreu por várias vezes em situações posteriores.

Porém, não satisfeito com o Centro Universitário e buscando contentar seu próprio ego, como ele mesmo afirmou “... *o nosso ego achava que deveríamos alterar a denominação de Centro Universitário para Universidade...*” (op. cit.:15), faltando dois meses para terminar seu governo, Kalume transformou, através da Lei Estadual nº 421 de 22 de janeiro de 1971, o Centro Universitário do Acre em Universidade do Acre. As Faculdades de Direito e Ciências Econômicas foram, nessa data, incorporadas à nova Universidade.

O documento intitulado “Justificativa para o Pedido de Federalização da Universidade do Acre”, datado de 1973, no item 8.6 afirma que o Estado vem fazendo grande sacrifício para manter a Universidade, mas sabe também que não lhe será mais viável continuar a provê-la dos recursos de que necessita.

A criação de uma Universidade Estadual quando notadamente o estado não possuía sequer condições de atender as necessidades do ensino primário<sup>30</sup>, parece ter sido resultado das ambições políticas e da fé que o governador Kalume tinha na federalização da Universidade, em função de sua amizade com o Ministro da Educação e Cultura do país na época, Sr. Jarbas Passarinho<sup>31</sup>. Em 1971 esteve no Acre, a convite do governador Kalume, o ministro Passarinho. Nesta visita, pediu-se ao ministro que ajudasse ao Acre com o reconhecimento e a federalização de sua Universidade. Kalume gozava, ainda, de prestígio junto aos governos militares, pois recebeu visita dos três

<sup>30</sup> Em 1969, das 49.608 crianças na faixa etária entre 7 e 14 anos, apenas 28.580 estavam matriculados; as demais 21.028 estavam fora da escola.

<sup>31</sup> Jarbas Passarinho nasceu no Acre, no município de Xapuri, sendo conterrâneo de Jorge Kalume.

presidentes com os quais governou. Ele sabia que a federalização era uma questão de tempo e, por isso, não perdeu a oportunidade de passar para a história do Acre como o criador da sua Universidade, auferindo para si os dividendos políticos decorrentes deste gesto. Ele próprio deu indícios disto quando afirmou:

*“Estamos felizes por haver oferecido à comunidade acreana a Universidade, resultado do nosso labor, da nossa obstinação e de uma equipe que soube nos compreender e aplaudir nosso tentamen”.*<sup>32</sup>

O reconhecimento da Universidade pelo MEC foi feito em 29 de abril de 1971 e sua federalização ocorreu em 28 de outubro de 1974, pelo Decreto-Lei nº 74.706.

Há ainda um elemento significativo a ser considerado na criação da Universidade do Acre: o da Segurança Nacional. Este conceito foi bastante explorado pelos dirigentes locais como forma de sensibilizar as autoridades federais a atenderem suas reivindicações.

É sabido que as idéias de ocupação e integração da Amazônia estão fundamentadas no livro do general Golbery do Couto e Silva, Geopolítica do Brasil. Neste livro o autor abordou entre outras, a necessidade de inundar a Amazônia de civilização e de dispor sua imensa área vazia de

*“... postos avançados de nossa civilização, convenientemente equipada para que possa testemunhar a posse indiscutível da terra, à espera de melhores dias de uma integração e valorização contínuas e totais...”* (Couto e Silva, 1981:43).

---

<sup>32</sup> Discurso pronunciado no Senado Federal em 12 de março de 1980.

Tendo essa base, as autoridades acreanas exploraram o tema da Segurança nacional para pedir e justificar a federalização da Universidade do Acre nos seguintes termos:

*“O Acre é um Estado que ocupa uma posição estratégica na Política de Segurança Nacional. Marcando limites com a Bolívia e Peru, possui compromissos maiores com a integridade do território, mas, acima dos aspectos físicos territoriais, os compromissos são de ordem espiritual. É a língua do povo, fator de unidade; são as idéias, e o modo de encontrar soluções para os problemas, a psicologia do povo. Todos esses fatores são considerados quando se refere a problemas da Segurança Nacional. Então, fundamentalmente, a Educação interessa à Segurança”* (Justificativa para o pedido de Federalização, s/d:11).

Couto e Silva abordou ainda a necessidade de “... incorporação efetiva e vitalização de todo o amplo domínio, em grande parte ainda vazio de homem e da civilização fecundadora” (op. cit.:92).

A respeito da ocupação da região, a visão das autoridades acreanas (expressa no II Colóquio Regional de Educação de Ensino de Nível Superior (1971:6)) sobre a autorização para o funcionamento da Universidade diz que a atitude do Governo Federal foi

*“... uma demonstração cabal de que, a qualquer título, pretende impulsionar o progresso da Região, preparando-a para hospedar todos aqueles que estão sendo convocados para ocuparem as margens da Transamazônica, em sua marcha rumo ao Pacífico.*

*A eles, a seus filhos, nada faltará, inclusive escolas superiores, não havendo, portanto, argumento para recusa*

*de servirem à Pátria, que os convoca ao sacrifício em região distante (...).*

*O Acre, ponto mais ocidental do País, poderá oferecer aos filhos de militares ou de técnicos oportunidades de estudo, durante o tempo em que durar o movimento de ocupação de seus espaços vazios, ...” (II Col. Reg. de Ed. de Ens. de N. Superior, 1971:6).*

Mas não apenas as autoridades acreanas consideraram a Universidade do Acre indispensável à Segurança Nacional. O senhor Lynaldo C. Albuquerque, assessor do Ministro da Educação na época, em um modelo de “Exposição de Motivos”<sup>33</sup> para a criação da Fundação Universidade Federal do Acre, refere-se à Segurança Nacional. O item 3 do documento diz que

*“Isolado das demais unidades da federação, por sua configuração geográfica, enfrenta complexos problemas, além de constituir a região um ponto estratégico da segurança nacional, pois serve de fronteira para diversas nações vizinhas” (Minuta Exposição de Motivos, 1973:1).*

Já o item 5, referindo-se à necessidade de federalização da Universidade, Acre afirma que tal medida irá consolidá-la

*“... como instituição de ensino, medida de alta significação para a expansão do ensino superior no país, assim como de relevante interesse para o desenvolvimento e a segurança nacional” (op. cit.:2).*

Percebe-se, portanto, que a Universidade do Acre não foi fruto apenas da vontade do governador Kalume. Sua criação refletiu os interesses

---

<sup>33</sup> O documento será incluído em anexo.

de grupos políticos locais que viam no ensino superior uma forma de ascender na burocracia estadual e federal, as quais estavam se implantando e ampliando no Estado. Ao ocuparem cargos públicos de destaque, seus ocupantes mantinham prestígio político. Ela refletiu, ainda, o contexto político e econômico nacional, sobretudo no que se refere à ocupação da Amazônia, bem como o processo de transformações sócio-econômicas que ocorriam no Estado em consequência da expansão do capitalismo.

## CAPÍTULO V

### AS CONCEPÇÕES DE UNIVERSIDADE

A UFAC foi criada quando a concepção de Universidade que estrutural e ideologicamente predominava no país era tecnocrática. Por isso nada mais lógico que o tecnicismo tenha dado o tom inicial às suas atividades acadêmicas e administrativas durante vários anos. Aliás, tudo indica que a concepção de Universidade tecnocrática ainda está estruturalmente funcionando nesta instituição.

A concepção tecnicista de educação, que foi implantada no país em 1968 com a reforma universitária, passou a ser questionada na década de 70 juntamente com as críticas feitas ao regime militar. Inicialmente, as críticas à proposta educacional deste regime militar eram feitas pelos adeptos das teorias crítico-reprodutivistas; para estas a educação, ao invés de democratizar a sociedade, reproduz as diferenças sociais.

As críticas à pedagogia oficial e à abertura política iniciada em 1974 pelo presidente Geisel, provocadas por vários fatores, entre os quais o abalo do milagre econômico, possibilitaram o surgimento de várias concepções de educação, bem como o surgimento de novas propostas para o Ensino Superior no país. Duas concepções de Universidade, a Comunitária e a Produtora e Difusora de Conhecimento, polarizaram as discussões no meio acadêmico.

## 5.1 - Comunitária

A concepção de Universidade Comunitária entende que a função da Universidade deve ser a construção da cidadania e a transformação da sociedade. Para tanto, ela propõe

*“... redimensionar a função da Universidade, entendendo que é sua tarefa interferir nas transformações da sociedade, no sentido de propiciar uma estrutura social mais justa e que corresponda aos anseios majoritários da população”* (ANDES, 1986:8-9).

Para efetuar as transformações necessitadas pela sociedade, à Universidade é atribuída outra função não menos ambiciosa: a de “... criar e desenvolver as oportunidades facilitadoras da formação da consciência social crítica” (ANDES, 1986:19).

O espaço escolar é entendido como local de experiências sociais, onde a aprendizagem mais significativa não se dá no processo de transmissão/assimilação de conteúdos, mas nas relações sociais que se estabelecem dentro do âmbito escolar. Sendo assim, *“Por que colocar a transmissão de conteúdos como a grande função social da escola?”* (Arroyo, 1987:20). Críticas como esta apontavam para *“... a ilusão de que a universidade se faça nas cátedras através de um processo de comunicação de conteúdos”* (op. cit.:20).

De acordo com a concepção comunitária, a produção e socialização de conhecimento não se constituem uma função essencial da

Universidade. Ora, se o compromisso com o saber não encontra espaço para emergir para o plano superior, a prática pedagógica necessita ocupar-se com outra atividade que não seja a transmissão/assimilação do conhecimento. Diante disso,

*“O exercício da cidadania no interior da comunidade universitária constitui um dos pilares da prática pedagógica que viabiliza o debate crítico, assentado no pluralismo e na diversidade, que é razão de ser mesmo da instituição universitária” (ANDES, 1985:15).*

Assim sendo, os conteúdos são considerados um instrumento a mais a ajudar na análise crítica da situação problema para viabilizar o debate, visto que o mais importante é o conhecimento que resulta da experiência vivida. Este, incorporado pelos alunos, vai dar maior consistência à sua militância política rumo à superação da sociedade capitalista.

Se um dos objetivos principais da Universidade é a transformação da sociedade, primeiramente ela precisa passar por este processo, pois *“Somente uma reformulação profunda dos atuais estatutos e regimentos poderá garantir uma participação plena nas decisões pelos diversos segmentos da vida acadêmica” (op. cit.:15).*

Entende-se que a forma mais democrática de gerir a Universidade é a consulta a todos nas tomadas de decisões. Portanto, a preocupação principal é com a democratização interna da instituição, uma vez que *“Só faz sentido falar em autonomia universitária se a autonomia estiver aliada de forma indissolúvel ao processo de democratização interna das IES” (op. cit.:5).*

A prática da consulta a todos como critério para tomada de decisões, supõe que nas Universidade reine igualdade entre professores e alunos; caso contrário, o processo democrático nas IES que tem por base este princípio fica inviabilizado, pois a democracia “... *se sustenta essencialmente na garantia da igualdade de condições e oportunidades e supõe compromissos coletivos que devem ser cumpridos*” (op. cit.:9).

A participação de todos ficaria garantida pelos colegiados,

*“... constituídos por representantes de todos os segmentos da comunidade universitária, eleitos direta e secretamente, preferencialmente de forma paritária, e neles não haverá membros natos”* (op. cit.: 25).

Quanto à administração da Universidade, os cargos de direção em todos os níveis “... *serão preenchidos através de eleições diretas e secretas, que assegurem a participação dos três segmentos da comunidade universitária...*” (ANDES, 1986:25).

Dal Rosso (1994) vai mais longe e propõe que na escolha de reitor haja participação da comunidade externa. Segundo este autor, o voto da comunidade universitária se constitui numa democracia restrita. Para que a Universidade não se feche em si e a sociedade que a mantém possa interferir nos seus destinos, é necessário que a comunidade participe do processo eleitoral para escolha do reitor. O autor propõe dois exemplos de comunidade externa: o que ele chama de Conselho Comunitário e o conjunto dos formandos em cursos regulares de graduação, mestrado e doutorado da instituição.

A luta do movimento docente em torno das questões que envolvem melhores condições de trabalho, democratização e autonomia “... *significa construir, concretamente, as bases de um sistema nacional de educação superior que viabilize a disseminação de uma educação crítico-emancipadora*” (Moraes, 1991:205).

Tal viabilização só será possível se a Universidade dispuser também de

*“... autonomia pedagógica e científica, o que implica em que a comunidade universitária tenha condições de discutir e elaborar democraticamente políticas de ensino, pesquisa e extensão. A subordinação da Universidade às normas do CFE tem se constituído numa camisa de força e num entrave à autonomia universitária”* (ANDES, 1986:6).

De acordo com a concepção Comunitária, a democratização da Universidade seria total e sua autonomia praticamente não teria limites. Ao Estado competiria fornecer as condições ideais para o funcionamento das mesmas, ficando a cargo do Colegiado Superior de Educação formado por membros de cada IES definir normas básicas de funcionamento das Universidades e decidir quais as atividades seriam de interesse e relevantes para o desenvolvimento da consciência social crítica, visto que a função básica da instituição deixaria de ser definida pela produção e socialização do conhecimento.

## 5.2 - Produtora e Difusora de Conhecimentos

A concepção de Universidade Produtora e Difusora de Conhecimento, diferentemente da concepção anterior, valoriza a produção e transmissão/assimilação de conhecimento através do ensino e da extensão. A finalidade da Universidade seria definida como “... o lugar que a sociedade reservou como espaço por excelência da criação e transmissão sistemática do saber universal” (Vieira, 1986:696).

Isto significa que a Universidade deveria ser uma instituição onde a pesquisa não é uma exceção, fruto da vontade e abnegação de alguns pesquisadores, mas uma norma institucional, onde toda a coletividade busca a produção do conhecimento nas diversas áreas do saber. Assim sendo, é possível afirmar que o compromisso da Universidade é com o saber, mas não com o saber alienado e alienante, “*um saber que é ilusório, frágil. Saber que não sabe, saber fragmentado e desatualizado na perspectiva teórica e sem qualquer ligação com a realidade concreta*” (Fávero, 1986:700).

A Universidade, para viabilizar o surgimento de uma consciência crítica sobre a sociedade e propor alternativas concretas que levem em conta as necessidades nacionais e regionais, teria obrigatoriamente que renunciar ao seu caráter cartorial, cuja função principal é a outorga de títulos e cuja posse é mais valorizada que o saber. Ela deveria investir na formação de profissionais de modo a poder

*“... desenvolver nos alunos uma aguda consciência da realidade em que vão atuar; proporcionar-lhes uma adequada fundamentação teórica que lhes permita uma ação coerente; (e) proporcionar-lhes uma satisfatória instrumentalização técnica que lhes possibilite uma ação eficaz”* (Saviani, 1987:60).

Caso contrário, quando a Universidade

*“...produz a ilusão do saber acadêmico, ela não só prepara especialistas e assessores com uma formação deficitária, mas também contribui para a perpetuação dos interesses vigentes e/ou de grupos que, a rigor, não precisam da Universidade para os seus quadros”* (Fávero, 1986:699).

A instituição universitária precisaria capacitar os alunos técnica e cientificamente para que estes pudessem ser instrumento de progresso cultural e intelectual dos setores majoritários da população.

Quando se fala em produção de conhecimento, é preciso ter claro que o conhecimento é produzido socialmente, e na sociedade capitalista a lógica é a sua apropriação privada por quem detém o poder econômico e político. Daí o empenho em fazer com que o saber sistematizado seja apropriado também por quem não detém os meios de produção, o que pode ser feito através do ensino e da extensão. Mas quando se pretende que os conteúdos sejam instrumentos que contribuam para o desenvolvimento cultural, científico e tecnológico da sociedade, não basta produzir o saber, é preciso que ele seja socializado.

*“... da mesma forma que a Universidade deve voltar-se para a criação, a produção de conhecimentos, a busca de*

*saber, necessita também pensar como disseminar, de forma competente, esses conhecimentos. Tem que assumir que a socialização do conhecimento por ela produzido não é só um dever, mas um determinante (...)*” (Fávero, 1986:706).

Somente pela ação pedagógica o conhecimento produzido auxilia o homem a intervir de modo crítico e transformador na natureza e na sociedade. Por isso, não se justifica no seio da Universidade a dicotomia produção/transmissão. Assim sendo, ao ato pedagógico determinado pela produção e apropriação da ciência está reservado um espaço de grande importância na prática global da Universidade, pois

*“... em seu interior, o saber e o pedagógico ocupam uma posição central e, mesmo sendo verdadeiro que o problema da Universidade é eminentemente político, negar a sua dimensão pedagógica significaria desconhecer a essência de sua constitucionalidade, ignorando que a importância política da educação reside na sua função de socialização do conhecimento (...)*” (Vieira, 1986:696).

Partindo desta compreensão, nega-se a mentalidade tecnicista de fazer da Universidade uma simples formadora de mão de obra destinada a suprir às necessidades da produção, bem como a redução do trabalho pedagógico, sobretudo o ensino, a uma mera transmissão mecânica de conteúdos sem a possibilidade de sua reelaboração crítica. Nega-se também a proposta da concepção Comunitária, que tem no desenvolvimento da capacidade crítica, na ação política etc os fundamentos da ação educativa na Universidade, cuja tarefa seria interferir nas transformações que operam na sociedade.

Esta instituição, enquanto parte do todo social, constitui-se num espaço de atuação que contribui para as transformações sociais, pois agir dentro da mesma é também agir na sociedade. Para que isso aconteça é necessário que a Universidade trabalhe no sentido de promover o homem e torná-lo capaz “... cada vez mais de conhecer os elementos de sua situação para intervir nela, transformando-a no sentido de uma ampliação da liberdade, da comunicação e colaboração entre os homens” (Saviani, 1987:41).

Só produzindo e oferecendo conteúdos indispensáveis à compreensão do movimento da história a Universidade poderá contribuir com a emancipação social. Portanto, ao oferecer elementos indispensáveis para se pensar o real em que a ação humana irá incidir, o seu trabalho torna-se um instrumento de relevante importância na transformação social. Cabe destacar que não se trata de quaisquer conteúdos, mas de conteúdos filosóficos e científicos que dêem conta de expressar as leis que regem a natureza e a sociedade, já que a democratização da Universidade passa, necessariamente, pela socialização do conhecimento.

Privilegiar a produção e a socialização do saber é a condição indispensável para que a instituição universitária seja democrática. Rejeita-se, assim, o igualitarismo e a democracia plebiscitária proposta pela concepção Comunitária, pois entende-se que

*“A instituição universitária é e deve ser o lugar das desigualdade fundadas nas diferenças e desigualdades de competência. Pelo menos em princípio, o professor tem mais a ensinar ao estudante do que este àquele; e nesta*

*desigualdade de competência reside a autoridade do professor (mas não seu autoritarismo ou dogmatismo)”* (Coelho, 1988:109).

Sobre o igualitarismo no processo educativo, Saviani indaga:

*“... se (...) a educação supõe a desigualdade no ponto de partida e a igualdade no ponto de chegada, agir como se as condições de igualdade estivessem instauradas desde o início não significa, então, assumir uma atitude de fato pseudodemocrática? Não resulta, em suma, num engodo?”* (Saviani, 1989:86).

A proposta de Universidade produtora e difusora de conhecimento privilegia o pedagógico, o acadêmico, e proceder assim é afirmar a dimensão política da educação, uma vez que é

*“... realizando-se na especificidade que lhe é própria que a educação cumpre sua função política. Daí ter eu afirmado que a se dissolver a especificidade da contribuição pedagógica anula-se, em consequência, a sua importância política”* (op. cit.: 98).

Considerando-se que a Universidade estará cumprindo sua função política ao socializar o saber, é preciso admitir que nela a desigualdade de competência é essencial. O que não se pode admitir é que a desigualdade inicial, de que fala Saviani, seja também o ponto de chegada.

### 5.3 - Articulação na UFAC das concepções de Universidade

No Acre os movimentos docente, discente e dos técnicos administrativos datam do início e final da década de 70. O movimento estudantil elegeu sua primeira diretoria para o Diretório Central do Estudantes em 1972. O movimento sindical dos professores e servidores teve início em 1979, quando foram criadas duas associações: a associação dos servidores da Universidade Federal do Acre (ASSUFAC), hoje Sindicato dos Trabalhadores em Educação do 3º Grau (SINTEST), e a Associação dos Docentes da Universidade Federal do Acre, hoje ADUFAC-SSIND.

Embora os movimentos estudantil e sindical tenham surgido na década de 70, somente a partir de 1988, por ocasião da eleição do 2º reitor, questões relativas à concepção de Universidade foram postas de forma mais clara pelo movimento docente e discente da UFAC.

Por ocasião da eleição do primeiro reitor, em 1983, as questões postas versaram principalmente sobre a forma de condução da UFAC. Afinal de contas, esta passava pelo fim da administração do reitor que a conduziu desde sua fundação, em 1970.

O candidato escolhido pela comunidade universitária já havia exercido vários cargos de direção na instituição, inclusive o de vice-reitor. Conhecia praticamente todos os docentes, funcionários e parte significativa dos alunos, sendo merecedor da aceitação e respeito de todos os segmentos

que compunham a instituição. Prova disso é o fato que ele tornou-se candidato de consenso de professores, funcionários e alunos.

Por se tratar da primeira eleição, várias chapas compostas pelas principais lideranças, visando retirar um caráter plebiscitário, concorreram apenas como figurantes; tanto que praticamente todos os que concorreram participaram da administração da Universidade, seja como pró-reitor, chefe de setor etc. O 1º reitor eleito administrou a Universidade praticamente sem oposição, pois contava na sua equipe com os melhores e mais progressistas quadros da instituição.

Como na 1ª eleição, realizada em outubro de 1984, a preocupação maior era remover o entulho autoritário que determinava a escolha de reitor e alterar a forma de conduzir a Universidade, as questões referentes à concepção de universidade, sua função etc. não se fizeram presentes nos debates. Até outubro de 1984, a Universidade Federal do Acre foi administrada como patrimônio individual de seus dirigentes, que dela faziam o que bem entendiam, tanto na destinação de recursos quanto na contratação e demissão de professores e técnicos administrativos. Em ambos os casos contratava-se sem concurso, apenas por indicação de políticos ligados ao partido do governo ou por indicação de amigos.

Tal fato criou na UFAC - entre o dirigente e o dirigido - a relação de favor e de gratidão, impedindo que fossem estabelecidas relações profissionais. Esse comportamento tem implicações diretas na escolha de reitor. Vota-se não na melhor proposta, mas na pessoa que lhe conseguiu

emprego. Também entre os professores, sobretudo com os mais antigos, existe essa retribuição de favores.

Algumas pessoas permanecem na direção da Universidade desde sua fundação. Os que foram dirigentes, mas que por algum motivo estão fora da administração, por ocasião das eleições manifestam seu prestígio pedindo votos a favor de seu candidato. Geralmente, por ocasião das eleições, os candidatos que se afinam com os ex-reitores pedem seu apoio.

No período compreendido entre 1984 e 1988, as discussões em nível nacional em torno das concepções de Universidade tornaram-se mais férteis. Nesse período surgiram várias publicações que contribuíram para a formação da concepção de Universidade. No Acre, uma das obras que mais contribuiu para o debate e mexeu com os bríos de docentes e discentes, merecendo elogios de uns e contestação de outros foi o texto do professor José Arthur Gianotti: **A universidade em ritmo de barbárie** publicado em 1986.

Importante também para a divulgação do livro e das idéias contidas nele foi a visita feita à UFAC pelo professor Gianotti. Depois de Gianotti, o livro de Edmundo Campos Coelho, **Sinecura Acadêmica: a ética universitária em questão** também despertou elogios e censura. Estas obras e outras passaram a circular no âmbito da UFAC, colocando em confronto os defensores das duas concepções de Universidade.

Também neste período iniciou-se o que o professor Gianotti (1986:46-7) chama de “o fazer de conta” que, na prática, significa o professor fazer de conta que ensina e o aluno faz de conta que aprende.

Na eleição para escolha do 2º reitor, ocorrida em 1988, as discussões em torno de quais seriam as funções da Universidade em algumas chapas já estavam bem definidas, em outras, nota-se claramente a ausência de proposta, revelando o lado oportunista do processo eleitoral. No nível das propostas escritas, as diferenças eram muito poucas. Elas só ficaram claras nos debates, onde os candidatos expuseram livremente o que pensavam sobre educação e Universidade e nas manifestações de apoio que se referiam ou às propostas ou à promessa de cargo. Em ambos os casos a identificação da causa do apoio, por se tratar de uma Universidade pequena, era evidente.

Era possível notar traços representativos de duas concepções de Universidade. No documento intitulado “Termo de Compromisso”<sup>34</sup>, de uma das chapas concorrentes, as reivindicações de número 6 e 8 afirmam:

*“6 - Consulta à comunidade quando do preenchimento dos cargos em comissão e pró-reitorias; (...)*

*8 - Compromisso com a construção de uma UFAC democrática, de qualidade, pública, crítica, gratuita e autônoma”.*

Esta chapa identificava-se com as propostas do movimento docente denominado “Universidade Comunitária”.

Em documento de outra chapa da mesma eleição afirmava-se que a conjuntura nacional e regional requeriam da Universidade “... respostas que se situam no campo da produção do conhecimento novo e a disseminação

---

<sup>34</sup> Documento assinado por Sasão Ribeiro de Sousa e Lauro Julião candidatos a reitor e vice-reitor, respectivamente, no qual se comprometiam, para receber apoio dos candidatos derrotados no primeiro turno - Pedro Martinelo e Antonio Tavares Monteiro -, em defender posições expressas no documento. Cópia do documento em anexo.

*desse conhecimento, através do ensino e da extensão, como objetivo central da instituição Universitária... ”<sup>35</sup>.*

O movimento estudantil, por sua vez, participava do processo eleitoral

*“... apoiando candidaturas, levantando questionamentos buscando o compromisso dos candidatos com determinadas propostas e bandeiras de luta de caráter mais amplo. No entanto, após o processo eleitoral, a cobrança dos compromissos firmados não se efetiva de forma sistemática, voltando a predominar as reivindicações de caráter mais imediato”. (Estácio da Silva,1994:16)*

Nesta eleição, o corpo administrativo conhece o seu peso político. Os votos dos técnicos administrativos foram decisivos para a eleição do reitor. O movimento sindical local dos técnicos administrativos não possuía uma concepção de Universidade que lhe desse direção. O que norteou este movimento foram as questões salariais, jornadas de trabalho, questões judiciais e outras que diziam respeito aos interesses da categoria, não aos da Universidade. Nas eleições, suas lideranças fizeram alianças com candidatos que lhes prometeram, para si, seus familiares e amigos, nomeações para cargos comissionados e gratificados.

Cabe lembrar que até a eleição de 1992, foram eleitos para reitor somente os vice-reitores. Todos tinham apoio de pessoas influentes e faziam alianças com líderes sindicais.

---

<sup>35</sup> Do documento intitulado “Diretrizes para um programa de trabalho”, da chapa do professor Mário José de Lima e da professora Afra Maria da Silva de Souza, candidatos a reitor e vice-reitor respectivamente.

Em 1992 foi eleito o 3º reitor. Nesta ocasião, o que marcou as discussões não foram as diferentes concepções de Universidade, mas sim a oposição esquerda X direita nas chapas que concorreram no segundo turno. A esquerda estaria representada pelo movimento docente e estudantil; a direita pelo então vice-reitor, candidato da situação.

Nos documentos que seriam as bases para elaboração do Plano de Ação dos candidatos concorrentes, entregues ao Conselho Universitário a oposição entre eles não ficava clara. A chapa cujo candidato era considerado de direita expressava em suas diretrizes, em alguns momentos, mais afinidade com as propostas do movimento docente do que a do candidato dito de esquerda. O primeiro buscou seu suporte teórico no ex-reitor da UNB, Cristovam Buarque, especificamente no que se refere ao papel social da Universidade. No decorrer do seu Plano de Ação, eram encontradas expressões típicas do movimento docente, como: *“Entende-se que o momento atual exige da Universidade chamar a si a consciência crítica da sociedade...”* (Sobrinho & Filho, 1992:5). Tal citação atribui à Universidade uma competência que, a rigor, é dos partidos políticos e dos sindicatos.

Uma outra frase do referido documento, ao abordar o ensino, afirma a necessidade de se construir uma nova relação professor e aluno onde estes “serão personagens de um mesmo ato na construção do conhecimento” (op.cit.:06). Esta afirmação supõe que no processo de ensino não há desigualdade de competência, e portanto está de acordo com o igualitarismo do movimento docente.

Por outro lado, havia no Plano de Ação conteúdos que expressavam uma compreensão dialética da relação educação e sociedade, senão vejamos:

*“... a Universidade, em geral, vive hoje mais do que nunca uma situação de ambigüidade: de um lado reproduz a estratificação e a ideologia dominante e de outro, através de grupos mais conscientes, exerce um papel crítico frente à sociedade”* (Sobrinho & Filho, 1992:5).

Como se explica tal posicionamento em um documento escrito por um candidato de direita? Nenhum candidato quer ser apresentado à comunidade acadêmica, pelo menos no nível da escrita, como sendo de direita, mesmo que o seja. Na UFAC os candidatos de direita, fosse por amizade, falta de opção ou cooptação, tiveram pessoas de esquerda na equipe responsável pela elaboração das diretrizes dos seus Planos de Ação, colaborando com o delineamento dos mesmos. Isto explica, portanto, o conteúdo ideológico das propostas, mesmo que os candidatos não tenham afinidade com as mesmas; para ganhar eleição esta estratégia é válida, porque pode ser um escudo contra os ataques vindos da esquerda.

A chapa encabeçada pelo movimento docente e apoiada pelo DCE, considerada de esquerda, trazia nas diretrizes do seu Plano de Ação uma concepção de Universidade muito diferente da sua proposta original, mais compatível com a concepção de Universidade produtora e difusora de conhecimentos. É o que se pode notar no seguinte trecho: *“A produção do saber original e a transmissão do saber acumulado são funções básicas socialmente atribuídas à universidade”* (Campos & Filho, 1992:01).

Ao abordar a inserção da UFAC na região, o Plano de Ação assegura:

*“A universidade se caracteriza pelo seu compromisso primordial com a geração de conhecimento universal e sua difusão. A geração desse conhecimento não pode, de modo algum, estar condicionada a determinantes regionais. No entanto, cabe a essa instituição, sem descaracterizar a sua função universal, cumprir papel importante no estudo da realidade da região em que se encontra” (op. cit.:02).*

A chapa de direita estava muito mais de acordo com as propostas do movimento docente do que a chapa do próprio movimento docente. A explicação para tal desacordo pode estar no fato de que as diretrizes do candidato de esquerda foram escritas por um grupo que não defendia a concepção de Universidade do movimento docente.

Na UFAC, por ocasião do estabelecimento da escolha dos dirigentes universitários através de eleições, tinha-se a impressão de que os grandes problemas da Universidade estariam resolvidos. No entanto, o que se viu foi a Universidade dividida em grupos e tendências que apenas dificultavam o trabalho acadêmico. Após a 2ª eleição e, mais intensamente, após a 3ª, solidificou-se

*“...um negativismo de grupo, com a partidarização do processo (não no sentido político, mas na explicitação de posicionamentos antagônicos e ásperos entre os grupos digladiantes). O que se constata hoje em diversas universidades, são grupos derrotados torcendo por uma má gestão dos vencedores, como se as Instituições fossem propriedades de inimigos e não tivesse compromissos que*

*devem ser colocados muito acima de eventuais disputas temporais e paroquiais”* (Garrafa, 1994:94).

Na maioria das vezes as pessoas que pertencem a esses grupos, mesmo quando eleitas para dirigirem departamentos acadêmicos e coordenações de cursos, não se sentem co-responsáveis pelos destinos da instituição, numa demonstração cabal de que nem sempre direitos, deveres e responsabilidade caminham juntos na mesma direção. Tais pessoas, na condição de dirigentes, estão muito mais preocupadas com o seu projeto de vida do que com o projeto da Universidade.

De qualquer modo, o processo de escolha de dirigentes na UFAC pelo processo de votação, implantado em 1984, assegurou a ampla participação de todos na escolha do reitor, diretores de departamentos e coordenadores de curso. Ele foi importante porque, de certa forma, derrotou o autoritarismo instalado na Universidade, já que a escolha do reitor e outros dirigentes passou a ser referendada pelo voto de todos os segmentos da comunidade universitária.

Por outro lado, tal processo implantou na instituição a prática política clientelística, trazendo conseqüências graves à vida acadêmica. Na esfera da sala de aula parte dos alunos, sobretudo as lideranças, entendem que pelo fato de terem passado no vestibular, estarem matriculados e estarem militando em favor de seus partidos ou correntes, já têm a promoção garantida e não precisam cumprir com seus deveres de estudantes. Com isso, os professores que exigem suas obrigações de estudantes são denunciados como anti-democráticos, ditadores, carrascos etc. O comportamento dos alunos tem

levado parte significativa dos professores a agir visando angariar a simpatia dos alunos e não serem denunciados. As atitudes vão desde o não controle da frequência, a não realização de atividades de avaliação do rendimento escolar até promessas absurdas como, por exemplo, fazer monografia em lugar do aluno.

Na instância máxima do poder acadêmico, o Conselho Universitário, são poucos os professores que votam contra as propostas corporativistas dos estudantes que podem trazer prejuízos à atividade acadêmica. Tal comportamento se explica porque o Conselho Universitário é talvez a vitrine mais importante que os docentes, virtuais candidatos, têm para expor suas qualidades de “democratas” e “progressistas” à liderança dos alunos e, quem sabe, contar com o voto dos mesmos em futuras eleições. Os professores que se manifestam contrários aos interesses dos alunos são vaiados e delatados nas assembléias e reuniões dos mesmos.

Com a democracia reinando na instituição, as assembléias e as eleições são uma constante. Todas as assembléias, tanto de professores quanto de alunos e funcionários, são realizadas nos horários de expediente. As marcadas pelos professores geralmente têm início entre 9 e 10 horas; a dos funcionários administrativos também seguem o mesmo horário. Já as assembléias estudantis são realizadas nos dois últimos horários de cada período com exceção do noturno, quando geralmente não há assembléia pois as iniciadas a tarde ocupam freqüentemente os dois primeiros horários da noite. Portanto, participar de reuniões e assembléias significa deixar de lecionar, de estudar e de trabalhar.

*“Tanto tempo se passa votando, fazendo campanha e discutindo propostas que a vida acadêmica propriamente passa a um plano secundário”* (Vieira, 1986:694).

Tais práticas têm levado a UFAC ao populismo pedagógico, ou seja, “... a renúncia do papel diretivo do docente, esperando que os educandos sejam a fonte, os dirigentes e os juizes do processo educacional”. (Cunha, 1980:45)

Isto significa que o democratismo instalou-se na Universidade e, para este, a democracia não passa de espaço para votação. Tal compreensão cria no ambiente acadêmico uma situação de

*“... ineficácia no processo de tomada de decisões; redução da eficácia de trabalho por ausência de resultados práticos (...) improvisação de iniciativas (...) tendência a maximizar os objetivos em relação aos meios, as palavras, à ação”* (Libâneo, 1995:50).

As obrigações e responsabilidades ficam dissolvidas pela deliberação numérica caracterizada pelo ato de votar. Assim, eliminadas as diferenças, os agentes universitários são padronizados numa única categoria: a de eleitor potencial.

Há que se destacar ainda que a escolha de dirigentes feita por meio de eleições estabeleceu na instituição a administração do compromisso, isto é, os cargos comissionados e gratificações são preenchidos mediante acordos prévios, onde critérios técnicos e acadêmicos não são levados em consideração. Além dos acordos, há a preocupação tácita dos administradores em não tomar qualquer atitude contrária aos interesses dos estudantes e dos

funcionários, já que estes podem anular qualquer pretensão política visto que tais segmentos, no processo eleitoral, são os que menos dispersam votos.

Mas, apesar do democratismo, existe perdido entre as assembleias, eleições e burocracia um compromisso com o saber, fruto do esforço e competência de vários professores, alunos e funcionários que também buscam viabilizar uma proposta de Universidade verdadeiramente democrática, que respeite a razão de ser da Instituição chamada Universidade que é produzir e difundir conhecimentos.

## CONCLUSÃO

Reconheço não ter conseguido, neste trabalho, chegar ao ponto em que me propus. Contribuiu para isso a dificuldade em conseguir informações, tanto de fontes primárias quanto secundárias. Quase nada foi escrito sobre a UFAC e, além disso, parte significativa dos seus arquivos - sobretudo os que continham cópias dos processos de criação dos cursos, reconhecimentos e federalização - foi extraviada. No entanto, acredito que nosso estudo tenha possibilitado esclarecer os motivos que levaram ao surgimento do ensino superior no Acre, bem como o contexto da sua criação.

Busquei, através do contexto nacional e regional, entender as determinações mais gerais que explicassem a relação entre educação e sociedade para, depois, chegar ao surgimento do ensino superior. Com este estudo foi possível provar que na criação dos primeiros cursos superiores e do Centro Universitário do Acre não prevaleceu um planejamento prévio da Secretaria de Educação ou uma deliberação do Poder Executivo, mas iniciativas vindas de pessoas ou grupos que sentiam a necessidade de tal investimento. A elite local viu-se impulsionada pela necessidade de qualificação de recursos humanos para ocupar a burocracia na administração e planejamento do Estado, uma vez que estava, devido à crise do extrativismo, impossibilitada de viabilizar a formação acadêmica de seus membros fora do Estado. Com isso pressionou o governo para a criação de cursos que tanto serviriam ao governo quanto a ela mesma. Assim ocorreu com o curso de

Direito que, embora constando do Plano Estadual de 1963, foi resultado do empenho e influência de advogados e juizes, portanto, de parte da elite acreana, que entendia que este curso serviria aos seus interesses, satisfazia às exigências dos cargos e burocracia estatal e ofereceria melhor status social pela tradição do bacharelismo.

O curso de Ciências Econômicas, cuja implantação não constava de nenhum plano, também teve sua indicação feita por economistas, mas, determinante para a sua criação, foram as diretrizes de racionalização da administração pública contida no decreto-lei nº 200 de 1967. A racionalização, trazida pelo decreto acima referido, introduziu na administração pública a prática do planejamento como exigência do Governo Federal para liberação de recursos aos Estados. Tal exigência obrigou o governo do Estado a implantar o sistema estadual como forma de obter recursos federais, além de abrir, a nível local, mais um campo de trabalho.

Para a criação do centro universitário houve, até certo ponto, manifestação popular, visto que alunos do colegial liderados por normalistas encabeçaram um movimento de reivindicação para a instalação de uma Faculdade de Filosofia. Paralelamente às manifestações dos alunos, os professores que trabalhavam na burocracia da Secretaria de Educação e os que atuavam nas Escolas Normais, todos sem curso universitário, passaram também a reivindicar cursos superiores. Eles almejavam a criação do curso de Pedagogia, cujas habilitações preenchiam os requisitos indispensáveis à ocupação de cargos na burocracia da Secretaria de Educação como Planejamento, Supervisão e Administração Escolar. Deste modo o curso de

Pedagogia supriria a carência de profissionais no nível das escolas, além de legitimar nos cargos da Secretaria de Educação os seus ocupantes.

Se de um lado havia o que se poderia chamar de movimento popular, representado pelos alunos, do outro havia a elite dirigente da educação reivindicando a criação de cursos superiores.

O movimento reivindicatório, sobretudo o dos alunos, a princípio não agradou ao governador “revolucionário”, convicto de que nas manifestações dos alunos estava embutida uma atitude subversiva. O governador só apoiou o movimento quando soube que o comandante da 4ª Companhia de Fronteira estava de acordo com os estudantes e quando percebeu quantas vantagens políticas poderia auferir em se tornando o “pai” - como ele próprio se denomina - da Universidade Federal do Acre.

Dá para frente o governador não só se interessou pelo ensino superior, como também procurou envolver emocional e economicamente o Ministro da Educação, convidado a visitar e inaugurar obras em Rio Branco.

Esta estratégia deu certo; em 1969 foram organizados os cursos, em 1970 começou a funcionar o Centro Universitário do Acre que em 1971 foi transformado na Universidade do Acre e em 1974 esta foi federalizada. O empenho do Ministro Passarinho pode ser constatado numa solicitação escrita do próprio punho ao diretor adjunto do Ministério, Linaldo C. Albuquerque, pedindo que o mesmo elaborasse a exposição de motivos da federalização da Universidade do Acre<sup>36</sup>. Somente o empenho do Ministro podia tornar a federalização tão rápida.

---

<sup>36</sup> Documento em anexo.

Embora constasse nos planos estaduais de educação, o ensino superior do Acre não fez parte de nenhuma proposta de desenvolvimento científico, tecnológico e cultural para o Estado. Sua criação ficou sempre à mercê de iniciativas de determinados segmentos sociais, movidos por razões ditadas por circunstâncias econômicas, políticas e culturais, sendo assumida pelos governantes somente após a constatação de sua importância política eleitoral.

O estabelecimento de eleições para escolha de reitor em 1982, em tese, deveria escolher o melhor projeto para a Universidade. No entanto, isto não aconteceu. Foram eleitos apenas os candidatos que contaram com o apoio da administração, portanto, que detinham poder de barganhar votos em troca de favores recebidos, e acordos em troca de cargos comissionados e com gratificação.

Não houve avanço no sentido de se criar, no conjunto da Universidade, uma consciência coletiva de que a tarefa de construção da democracia na instituição passa necessariamente pela viabilização da competência acadêmica no que se refere à produção e socialização do saber, razão de existir da própria instituição universitária.

A ausência de reflexão sobre as funções da Universidade e o papel que ela deve desempenhar frente à realidade regional fez com que algumas de suas ações vitais fossem relegadas a segundo plano.

Durante a realização desta pesquisa, foi possível constatar que uma das razões de ser da Instituição Universitária é o ensino

*“... enquanto transmissão, enquanto difusão de conhecimentos. E, assim entendido o ensino, defendê-lo, por mais estranho que isso possa parecer, como constituinte da função primordial da universidade, caso se queira, decididamente (...), colocar a universidade a serviço do desenvolvimento nacional e regional” (Saviani, 1986:34).*

Portanto, o desempenho no ensino das Instituições de Ensino Superior, especialmente no que se refere à formação de educadores, deve ser considerado de grande relevância social.

Apesar da importância do ensino e de este ser praticamente a única atividade acadêmica desenvolvida de forma organizada e sistemática pela UFAC, sua importância não tem sido considerada relevante, principalmente quando se trata de formação do educador.

Embora, por ocasião de campanhas para eleição de reitor, de diretores de departamentos, coordenadores de cursos, Diretório Central dos Estudantes e por ocasião de greves, o discurso da melhoria da qualidade do ensino seja uma constante; a prática tem revelado que o discurso da qualidade transformou-se, na UFAC, em um mero objeto de consumo.

A prova de que a formação do educador não se constitui em prioridade na UFAC foi verificada por ocasião da reformulação dos cursos de Licenciatura, feita de forma isolada por cada Coordenação de Curso sem que a Universidade, através de seus órgãos competentes, assumisse tais reformas como tarefa sua. Não havia, portanto, preocupação em formular uma política de formação do educador que viesse contribuir com a melhoria da qualidade do ensino de 1º e 2º graus.

Outra mostra de descaso para com o ensino foi verificada (e continua sendo possível verificar hoje) quando se resolveu instalar em vários municípios do interior cursos de licenciatura, a partir de 1990. Para interiorização de tais cursos não houve preocupação em se preparar técnica e cientificamente os novos professores, visto que era impossível atuar na sede e no interior com os mesmos profissionais. Não que todos os professores atuantes no campus de Rio Branco fossem competentes, mas como não havia professores adequadamente qualificados disponíveis para atender às exigências dos cursos e não se possuía recursos para buscá-los em outros centros, resolveu-se a questão de forma bastante cômoda: contratação dos graduados e recém-graduados que se dispusessem a dar aulas no interior. Ministraram cursos nos municípios: funcionários da Secretaria de Educação, técnicos administrativos com nível superior da Universidade e até um coronel da PM. Com isso não buscamos desmerecer ninguém, apenas denunciar a forma como foram recrutados os profissionais para realizar um trabalho tão importante.

Todavia, se a Universidade se dispusesse a enfrentar os problemas referentes à qualificação do educador, teria condições para tal, visto que os cursos de Licenciatura que ela oferece cobrem as matérias básicas dos currículos de 1º e 2º graus. Mas isso não acontece, posto que se ignora a crise pela qual passa o ensino de 1º e 2º graus. Além de merecer uma política educacional digna por parte dos governos Federal, Estadual e Municipal, exige-se da UFAC respostas urgentes, pois na

*“... verdade, podemos dizer que ela é uma conseqüência da triste realidade das universidades brasileiras, que subestimam a formação básica científica, o ensino e,*

*naturalmente, desprezam a licenciatura” (Lima & Matos, 1988:93).*

Como a Universidade não está se relacionando de forma adequada com a realidade da escola pública de 1º e 2º graus, conseqüentemente, não está aprendendo nem apreendendo a sua realidade.

É por essa razão que de nada adianta ficar reclamando, dentro desta Instituição, do péssimo nível de egressos do 2º grau que se iniciam na vida acadêmica, se ela própria não encarar a formação do educador com seriedade. São estes futuros professores que irão preparar os também futuros acadêmicos para a Universidade e serão eles, ainda, que atuarão nos cursos de formação de professores para as quatro primeiras séries.

Por isso a Universidade, enquanto instituição de relevância científica, cultural e social e responsável pela formação de recursos humanos, há que se preocupar com o desempenho adequado dos profissionais que forma, tendo em vista uma determinada realidade social, bem como o compromisso de contribuir para mudanças na mesma que só poderão ocorrer se ela desempenhar a contento as funções que lhe são atribuídas.

Face ao problema levantado, parece-nos importante a realização de uma pesquisa que verifique qual importância que a UFAC tem atribuído à formação do educador. Tal pesquisa possibilitaria identificar possíveis desvios nos objetivos da instituição, com vistas à sua correção e/ou reorientação, bem como a possibilidade de identificar os acertos de suas ações objetivando seu aperfeiçoamento,

## BIBLIOGRAFIA

### A) Livros e Teses

- ABREU, Marcelo de Paiva (org.). *A ordem do progresso - cem anos de Política Econômica Republicana. 1988-1989.*
- ALBUQUERQUE, Edmar. *Até Breve. O Normalista.* Rio Branco, 26 de junho de 1969.
- ALENCAR, Francisco e outros. *História da Sociedade Brasileira.* 2ª Edição, Rio de Janeiro, *Ao Livro Técnico*, 1981.
- ALVES, Maria H. Moreira. *Estado e Oposição no Brasil (1964-1984).* Petrópolis, Vozes, 1984.
- ANDES. *Proposta das Associações de Docentes e da ANDES para a Universidade Brasileira.* In: *Cadernos da ANDES*, nº 2, Juiz de Fora, julho de 1986.
- \_\_\_\_\_. *Plataforma dos Docentes do Ensino Superior para a Constituinte.* In: *Cadernos da ANDES*, nº 4, Brasília, maio de 1987.
- ANUTE, Mauricélia da Silva e outros. *A criação e a evolução do curso de história da Universidade Federal do Acre.* Rio Branco, 1991.
- ARAPICARA, José Oliveira. *A USAID e a Educação Brasileira.* São Paulo, Cortez, 1982.
- ARROYO, Miguel Gonzales. *A escola e o movimento Social: relativizando a escola.* In: *Revista ANDE*, nº 12, São Paulo, 1987.
- BRAVERMMAN, Harry. *Trabalho e Capital Monopolista.* 13ª Edição, Rio de Janeiro, Guanabara, 1987.
- CALAÇA, Manoel. *Violência e resistência: o movimento dos seringueiros de Xapuri e a proposta de reservas extrativista.* Rio Claro, 1993. Tese de Doutorado.
- CALIXTO, Valdir de Oliveira e outros. *Acre - uma história em construção.* Rio Branco, *Fundação de D. de R. Humanos da Ciência e do Desporto*, 1985.
- CAMPOS, Aroldo Cardos & FILHO, J. P. de Souza. *Diretrizes para elaboração do plano de ação.* Rio Branco, 1992.

- COELHO, Edmundo Campos. **A sinecura acadêmica: a ética universitária em questão.** Rio de Janeiro, Vértice, 1988.
- COSTA SOBRINHO, Pedro Vicente. **Capital e trabalho na Amazônia ocidental.** São Paulo, Cortez, 1992.
- COMBLIN, Joseph. **A Ideologia da Segurança Nacional - O poder Militar na América Latina.** 2ª Edição, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1978.
- COUTO E SILVA, Golbery do. **Conjuntura Política Nacional, o poder executivo & Geopolítica do Brasil.** Rio de Janeiro, José Olympio, 1981.
- COVRE, Maria de L. Manzini. **A fala dos homens - Análise do pensamento tecnocrático 1964-1981.** São Paulo, Brasiliense, 1983.
- CROUZET, M. "A Época contemporânea." In **História geral das civilizações.** Tomo VII, vol 1. São Paulo, Difel, 1963.
- CUNHA, Luís Antônio. Quem educa os educadores. *Educação & Sociedade*, nº 5, p. 41-46, janeiro, 1980.
- \_\_\_\_\_. **Política educacional no Brasil: a profissionalização do Ensino Médio.** Rio de Janeiro, Eldorado, 1977.
- \_\_\_\_\_. **A Universidade Reformada.** Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1988.
- \_\_\_\_\_. **A Universidade Crítica.** 2ª Ed.. Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1989.
- \_\_\_\_\_. "A expansão do ensino superior: causa e conseqüências." In **Debate & Crítica**, nº 5, março de 1975.
- DAL ROSSO, Sadi. O processo de escolha de dirigentes e seus fundamentos. In: **Eleições de dirigentes universitários: processo, experiência, questões.** Brasília, Associação dos Docentes da Universidade de Brasília, 1994.
- DIB, C. Zaki. **Tecnologia da Educação.** São Paulo, Pioneira, 1974.
- DUARTE, Élio Garcia. **Conflitos pela terra no Acre.** Rio Branco, Casa da Amazônia, 1987.

- ESTÁCIO DA SILVA, Edneuz. O movimento estudantil na UFAC. In: *Universidade em questão: um estudo de caso*. Rio Branco, 1994.
- FÁVERO, Maria de L. de Albuquerque. **Da universidade modernizada à universidade disciplinada: Atcon e Meira Mattos**. São Paulo, Cortez, 1991.
- \_\_\_\_\_. **Universidade e Poder**. Rio de Janeiro, Achiamé, 1980.
- \_\_\_\_\_. "A universidade em questão. Como resgatar suas relações fundamentais?" In: **Anais da IV CBE**, Tomo 2, São Paulo, Cortez, 1986.
- FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. São Paulo, Edusp, 1994.
- FERREIRA DA SILVA, Adalberto. **Ocupação recente das terras do Acre**. Rio Branco, Secretaria de Planejamento e Coordenação, 1982.
- FRANCO, Afonso Arino de Melo. **História e Teoria dos Partidos Políticos no Brasil**. 2ª Edição, São Paulo, Alfa-Omega, s/d.
- GARCIA DOS SANTOS, Laymert Garcia dos. **Desregulagens - educação, planejamento e tecnologia como ferramenta social**. São Paulo, Brasiliense, 1981.
- GARRAFA, Volnei. A ética da responsabilidade, o Princípio da Igualdade complexa e as eleições nas Universidades. In: *Eleições de dirigentes universitários: processo, experiência, questões*. Brasília, Associação dos Docentes da Universidade de Brasília, 1994.
- GERMANO, José Willington. **Estado Militar e Educação no Brasil (1964-1985)**. São Paulo, Cortez, 1993.
- GIANOTTI, José Arthur. *Universidade em ritmo de barbarie*. 2ª Edição. São Paulo, Brasiliense, 1986.
- GOTAY, Samuel Silva. "Teologia contemporânea". In **História da Teologia na América Latina**. 2ª Edição, São Paulo, Paulinas, 1985.
- GRAMSCI. **Os intelectuais e a organização da Cultura**. 2ª Edição, Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 1978.
- GRAZIANO DA SILVA, José. **Progresso técnico e relações de trabalho na agricultura**. São Paulo, Hucitec, 1981.

- HORTA, José S. Baia. Planejamento Educacional. In MENDES, Demerval Trigueiro (org.). *Filosofia da Educação Brasileira*. 4ª Edição. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1991.
- HORTA, José Silvério Baia. "Expansão do ensino superior no Brasil: mecanismos e tendências". In revista *Vozes de Cultura*, 69(6):29-48, 1975.
- IANNI, Octavio. *Imperialismo e Cultura*. Petrópolis, Vozes, 1976.
- \_\_\_\_\_. *Ditadura e Agricultura (o desenvolvimento do capitalismo na Amazônia: 1964-1978)*. 2ª Edição, Rio de Janeiro, Civilização, 1986.
- \_\_\_\_\_. *A ditadura do Grande Capital*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1981.
- \_\_\_\_\_. *Estado e Planejamento Econômico no Brasil*. 4ª Edição, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1986a.
- \_\_\_\_\_. *A luta pela Terra*. 2ª Edição, Petrópolis, Vozes, 1979.
- IBGE - VIII Recenseamento Geral, 1970 - Censo demográfico Acre - Série Regional, Volume I, Tomo II, Rio de Janeiro, 1970.
- KUENZER, Acácia Zeneida e MACHADO, Lucília R. de Souza. "Pedagogia tecnicista." In MELLO, G. Namó (org.). *Escola nova, Tecnicismo e educação compensatória*. São Paulo, Loyola, 1984.
- KALUME, Jorge. *Universidade e pioneirismo*. Brasília, 1980.
- LIBANEO, J. Carlos. *Democratização, Escola Pública - A Pedagogia Crítico-Social dos Conteúdos*. 13ª Edição. São Paulo, Loyola, 1995.
- LIMA, Mariná B. S. & MATTOS, Therezinha J. S.. Reflexões sobre o ensino de física no 1º e 2º graus e a interação CEN-IFGW/UNICAMP. In: *A Universidade e o ensino de 1º e 2º graus*. Campinas, Papyrus, 1988.
- LIMA, M. José de & SOUZA, Afra M. da Silva. *Diretrizes para um programa de trabalho*, Rio Branco, 1988.
- LIMA, Mário José de. *Tempos & temas do Acre*. Rio Branco, Edição do autor, 1994.
- LOWY, Michael. *Método Dialético e Teoria Política*. 2. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1978.

- MAGALHÃES, Juraci Perez. **A ocupação desordenada da Amazônia**. Brasília, Edição do autor, 1990.
- MARQUES DE OLIVEIRA, Edir Figueira. **Educação básica: imposição política ou pressão social? (análise histórica da educação no estado do Acre - 1962-1983)**. Niterói, UFF, 1988 (dissertação de Mestrado).
- MARTINS, José de Souza. **Expropriação e violência - a questão política no campo**. 3ª Edição, São Paulo, Hucitec, 1991.
- MENDES, Durmeval Trigueiro. "Expansão do ensino superior no Brasil." In revista **Documenta** (91):27-62, 1968.
- MÉSZÁROS, Istivan. **Filosofia, Ideologia e Ciências Sociais**. São Paulo, Ensaio, 1993.
- MORAES, Ignez Navarro de. **O tema em sua contextualidade: Estado e classes sociais no Brasil**. In: Sociedade Civil e Educação, coletânea CBE, Campinas, Papyrus, 1991.
- OLIVEN, Arabela Campos. "Expansão do ensino superior: democratização ou cooptação?" In revista do **Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras**. II(4):51-75, 1980.
- OLIVEIRA, Eliezer Rizzo de. "A Doutrina de Segurança nacional: pensamento político e projeto estratégico." In OLIVEIRA, Eliezer Rizzo de (org.). **Militares: pensamento e ação política**. Campinas, Papyrus, 1986.
- PINTO, Álvaro Vieira. **A questão da Universidade**. São Paulo, Cortez, 1986.
- PINTO DE OLIVEIRA, Luís Antônio. **O sertanejo, Brabo e o posseiro**. Rio Branco, Secretaria de Planejamento e Coordenação, 1985.
- PRADO JÚNIOR, Caio. **História Econômica do Brasil**. 29ª Edição, São Paulo, Brasiliense, 1983.
- RODRIGUES, Neidson. **Estado, Educação e Desenvolvimento Econômico**. São Paulo, Cortez, 2. ed. 1982.
- ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. **História da Educação no Brasil**. 10ª Edição, Petrópolis, Vozes, 1988.
- ROSSETTI, Fernando. DF tem os chefes com mais anos de estudo. Folha de São Paulo, São Paulo, 25 de dezembro de 1995. Caderno I, p. 07.

- SANTOS, Luciola de Castro. **O mito da eficiência no ensino - Estudo crítico da tecnologia Educacional.** (Dissertação de Mestrado). São Carlos, 1980.
- SAVIANI, Dermeval. **Educação: do senso comum à consciência filosófica.** 8ª Edição, São Paulo, Cortez, 1987.
- \_\_\_\_\_. **Escola e democracia.** São Paulo, Cortez, 22. ed., 1989.
- \_\_\_\_\_. **Ensino Público e algumas falas sobre universidade.** São Paulo, Cortez, 3ª ed., 1986.
- \_\_\_\_\_. A pedagogia histórico-crítica no quadro das tendências críticas da educação brasileira. In: revista da ANDE, nº 11, São Paulo, 1986.
- \_\_\_\_\_. **Política e Educação no Brasil.** 2ª edição, São Paulo, Cortez, 1988.
- SKIDMORE, Thomas. **Brasil: de Castelo a Tancredo.** Rio de Janeiro, Paz e Terra, (5. reimp.), 1994.
- SINGER, Paul. **A crise do Milagre (interpretação crítica da economia brasileira).** 7ª Edição, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1985.
- SOBRINHO, L. J. de Souza & FILHO, J. L. da Cruz. **Diretrizes básicas.** Rio Branco, 1992.
- TAVARES, José Nilo. "Educação e imperialismo no Brasil." In **Educação & Sociedade**, nº 07, 2ª reimp., setembro de 1987.
- TAVARES, Ma. da Conceição, ASSIS, J. Carlos de. **O grande salto para o caos.** 2ª edição. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 1986.
- TOCANTINS, Leandro. **Estado do Acre: geografia, história e sociedade.** Rio de Janeiro, Philobiblion Livros de Arte, 1984.
- UMBELINO DE OLIVEIRA, Ariovaldo. **Integrar para não entegrar (políticas públicas e Amazônia).** 2ª Edição, Campinas, Papirus, 1991.
- VIEIRA, Evaldo. **A República Brasileira (1964-1984).** 12ª Edição, São Paulo, Moderna, 1994.
- VIEIRA, Sofia Lerche. "A democratização da universidade e socialização do conhecimento." In: **Anais da IV CBE**, Tomo 2, São Paulo, Cortez, 1986.

---

. A Universidade Federal em tempos sombrios. In: Coletânea CBE: Universidade e Educação. Campinas, Papirus, 1992.

## **B) Documentos**

### 1 - Legislação Federal

Lei nº 5.173 de 27 de outubro de 1966.  
Lei nº 5.540, de 28 de novembro de 1968.  
Lei nº 464, de 11 de fevereiro de 1969.  
Decreto-Lei nº 200 de 25 de fevereiro de 1967.

### 2 - Governo Estadual

“Conselho Estadual de Educação - Câmara de Ensino Superior, Parecer nº 1/71. Rio Branco, 3 de fevereiro de 1971.  
“Plano Estadual de Educação”, Rio Branco, 1963.  
“Plano Quadrienal de Educação 1968-1971”, Rio Branco, 1968.

### 3 - Universidade do Acre

“Condições Sócio-Econômicas e Culturais”, Rio Branco, 1974.  
“Estatuto da Fundação da Universidade do Acre”. Rio Branco, janeiro de 1971.  
“Estatuto da Universidade do Acre”. Rio Branco, janeiro de 1971.  
“Justificativa para o pedido de federalização”, Rio Branco, s/d.  
“II Colóquio Regional de Educação de Ensino de Nível Superior”, Rio Branco, 1971.  
“UFAC - Catálogo Geral - 1972”.

### 4 - Jornais

Correio Estudantil, nº 2, Rio Branco, 10/10/64.  
O Normalista, nº 3 e 4, Rio Branco, 26/06 e 04/08 de 1969.

# ANEXO

Ata da primeira reunião  
Estrordinária do Conselho  
Estadual de Educação.

Os dezesseis horas do dia vinte de setembro do ano de mil novecentos e sessenta e quatro, nesta cidade de Rio Branco, Capital do Estado do Acre, na sala em que funciona o Conselho Estadual de Educação, dependência do Prédio da Secretaria de Educação e Cultura, situada à Praça Presidente Vargas, sem número, presente o professor Omar Sabino Leite de Paula, Presidente do Conselho e os membros, professora Maria José dos Reis, professora Joaquina Bedniewics da Veiga Simão, Padre Antônio Anelli, Madu Josefina Cardoso Furtado, professor Rodrigues da Silva e os Doutores Jersey Casarero e Vitor Nunes e Juandir Rodrigues da Silva, foram pelo Senhor Presidente, iniciados os trabalhos da primeira sessão estrordinária do Conselho, no presente exercício, convocada na forma regimental. Pelo Senhor Presidente, foi declarado que convocara a referida reunião, para que o Conselho tomasse conhecimento do requerimento bem como da documentação que instruem o pedido de autorização para fins de funcionamento e fiscalização da Faculdade de Direito do Acre, criada pela Lei número quinze, de oito de setembro corrente, e para cumprimento das disposições do parágrafo segundo, do artigo nono, da Lei quatro mil e vinte quatro, de vinte de dezembro de mil novecentos e sessenta e um, e, do parágrafo primeiro da portaria número quatro, de abril de

mil novecentos e sessenta e três, do Conselho Federal de Educação. Antes de submeter à apreciação dos senhores Conselheiros, o senhor Presidente congratulou-se com os Senhores representantes do povo na Assembleia Legislativa e com o Governo do Estado pela criação da nova Entidade de Ensino, declarando que, desde mil novecentos e cinquenta e cinco, passou a constituir a criação de uma Faculdade de Direito no Que um dos maiores anseios da juventude e principalmente dos que terminavam os cursos de grau médio e não dispunham de meios econômicos para continuar os seus estudos em outras unidades da Federação. E, que ao ser eleito deputado, ainda em junho de mil novecentos e sessenta e três, apresentou à Assembleia Legislativa o projeto de criação da Faculdade de Direito do Que; que, ao assumir o cargo de Secretário de Educação e Cultura, tratou, junto ao governo, da criação do Conselho Estadual de Educação, uma vez que, de acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, cabe aos Conselhos Estaduais de Educação autorizar o funcionamento dos Estabelecimentos Estaduais isolados de Ensino Superior; e, ainda, que se parabenizava, por ter sido o autor do aludido projeto, hoje transformado em lei. Obedecendo ao que dispõe o Regimento do Conselho, determinou que fosse encaminhado o pedido e a documentação que o instruiu ao Presidente da Câmara de Ensino Superior, para que esta, no prazo de dez dias, apresente parecer circunstanciado sobre a legalidade e a oportunidade do mesmo. Facultando a palavra, lembrou o conselheiro Doutor Jersey Rozaleno de Brito Ramos que, no corrente exercício letivo, vem sendo mantido, pela Secretaria de Educação do Estado, um

Curso Pré-Vestibular de Direito, o qual funciona regularmente, tendo obtido matrícula de noventa e quatro candidatos ao Concurso de Habilitação para a Faculdade de Direito, o que comprova o índice de interesse da juventude de uma região superior, lacuna ora preenchida com a criação da Faculdade de Direito do Acre. Continuando a firmar o mesmo conselho que a seu vez, somente através do funcionamento da Faculdade de Direito terá a Justiça os seus quadros providos, pois, como é sabido, os bachareis dos grandes centros não se aventuram ao Acre, e a maior parte, dos que para aqui vêm, retornam por não se adaptarem às condições locais. É tanto a verdade que, no momento, contam os quadros da Justiça e do Ministério Público, reunidos com quinze a trinta e seis necessários ao seu funcionamento, incluindo nesse número os que se encontram afastados das Comarcas. Ainda com a palavra declarou que contara a Faculdade com o apoio e a colaboração de todos os bachareis residentes no Estado, pois, a respeito, teve oportunidade de tratar de assuntos no que se refere ao magistério com quase a totalidade dos mesmos. Não havendo mais desejasse fazer uso da palavra, o senhor Presidente encerrou a presente Reunião extraordinária, convocando uma outra para o dia dois de outubro, do que para constar, eu, Joaquim Federriget da Cunha Simão, lavrei a presente ata na qualidade de secretário, a qual será devidamente assinada por todos os membros do Conselho.

Joaquim Federriget da Cunha Simão

José de Góes Alves

Joaquim Simão

Juanday Romão por do Ilho  
Lima Maria Josefina S. Cardoso.  
Mária José Baserrados Reis.  
Francisco Rodrigues de Brito

Ata da segunda reunião Extra-ordinária do Conselho Estadual de Educação.

Os dezesseis horas do dia dois de outubro de mil novecentos e sessenta e quatro, nesta cidade de Rio Branco, Capital do Estado do Acre, na sala em que funciona o Conselho Estadual de Educação, dependência do Prédio da Secretaria de Educação e Cultura, situado à Praça Presidente Vargas, sem número, presente o professor Omar Salino Leite de Paula, Presidente do Conselho, e os membros, professora Maria José dos Reis, professora Jaquima Rodrigues da Veiga Simões, Padre Antônio Anelli, Lima Maria Josefina Furtado Cardoso, professor Francisco Rodrigues da Silva e os Doutores Jersey Vazquez de Brito Nunes e Juanday Rodrigues da Silva, foram, pelo senhor Presidente, iniciados os trabalhos da segunda reunião extraordinária do Conselho do presente exercício, convocada na forma de seu Regimento. Procedida a leitura da ata anterior, foi esta aprovada por unanimidade. Em seguida, o senhor Presidente que a referida reunião tinha por objetivo apreciar o parecer da Câmara de Ensino Superior do Conselho, emitiu o pedido de autorização para funcionamento da Faculdade de Direito do Acre, mandando que a Secretaria procedesse à leitura do mesmo

Ata da Sessão de Instalação da Faculdade de Direito do Acre, realizada em 2.1.65.

As dezesseis horas do dia dois de Janeiro de mil novecentos e sessenta e cinco, nesta cidade de Rio Branco, capital do Estado do Acre, na Oretoria do Curso Pré-Vestibular de Direito, instalada numa das dependências do Instituto "Getúlio Vargas", situado à rua Benjamin Constant s/n, presentes o Doutor Jeremias de Brito Nunes, Diretor em exercício da Faculdade de Direito do Acre, comigo Secretária, e os Doutores: 1º Dourival Marques de Oliveira, 2º Elmar Nascimento Galvão, 3º Fernando de Oliveira Conde, 4º Adolpho Massimiano <sup>Castanho</sup> Correia, 5º Manoel Francisco Nunes, 6º Adauto Brito da Frotas, os estudantes: 1º Alberto Barbosa da Costa, 2º Antônio Costa Gadelha, 3º Eduardo Assaf, 4º João Brencino de Santana, 5º João Brenith de Souza, 6º João de Oliveira Paiva, 7º Manoel Alves Caccia, 8º Manoel de Souza Brito, 9º Manoel Ribeiro do Nascimento, 10º Mariz Camelo Borges, 11º Maria Martins Ferrira de Araújo, 12º Raimundo Alves Dias, 13º Raimundo Pinto Martins, 14º Raimundo Gomes de Oliveira, e o Professor Omar Dalino de Paula, De-

Secretário de Educação e Cultura e, Presidente do Conselho Estadual de Educação, por esse foi declarado que tendo sido designado por ato do Excelentíssimo Senhor Capitão Edgar Pedreira de Albuquerque Filho, Governador do Estado do Acre, para responder pelo expediente da Faculdade de Direito do Acre, criada pela lei numero quinze, de oito de setembro de mil novecentos e sessenta e quatro, com funcionamento autorizado e Regimento aprovada pela Resolução numero dois, de trinta de dezembro ultimo, do Conselho Estadual de Educação, instalava administrativamente, a Faculdade de Direito do Acre. Em seguida, <sup>seguiu</sup> de acordo com o que estabelece o Regimento da Faculdade, a Congregação de Professores constituída pelo corpo docente e um representante do corpo discente, exercer as atribuições de órgão legislativo, <sup>mas</sup> que, enquanto estes não se organizarem, ditas atribuições seriam acumuladas pela Diretoria do estabelecimento; que, ~~prevendo~~ <sup>prevendo</sup> o artigo cinquenta e um do Regimento que as inscrições para o Concurso de Habilitação seriam feitas entre primeiro e vinte de janeiro e suas provas entre pri-

X  
 numero e vinte e cinco de fevereiro, de-  
 terminava que a Secretaria provi-  
 denciasse a publicação dos editais  
 de inscrição e solicitasse dos profes-  
 sores Doutor Arnival Marques de  
 Oliveira, Dom Giocondo Maria  
 Grotti e <sup>Doutor</sup> Adauto Brito da Fosta,  
 das cadeiras de Português, História,  
 da Filosofia e Sociologia, do  
 Curso Pré-Vestibular de Direito,  
 respectivamente, a organização  
 dos pontos para as provas e a  
 entrega destes à Virtoria, que na  
 manhã de hoje o Conselho Estadu-  
 al de Educação, por seu Presiden-  
 te, através de ofícios, comunicou, ao  
 Excmo. Sr. Ministro da Educação  
 e ao Sr. Diretor do Departamen-  
 to do Ensino Superior do Minis-  
 tério da Educação e Cultura, ter  
 autorizado o funcionamento da Fa-  
 culdade de Direito do Acre, pela  
 Resolução numero dois de trinta  
 de dezembro ultimo, e aprovado o  
 seu Regimento, para fim de regis-  
 tro e publicação, segundo escige o  
 Conselho Federal de Educação e  
 na conformidade das disposições  
 da Lei de Diretrizes e Bases da  
 Educação Nacional. Continuando,  
 pediu o apoio de todos a Faculdade  
 de Direito, dizendo ser esta mais  
 um marco de civilização plantado.

em terras do Acre, concretizando as  
 aspirações da juventude, a qual não  
 mais precisará migrar de sua terra,  
 em busca de maiores conhecimentos.  
 Nada mais havendo a tratar, deu  
 por encerrada a sessão, do que pa-  
 ra constar, eu, Wilma Mascó Dias, Se-  
 cretária da Faculdade de Direito  
 do Acre, lavrei a presente ata,  
 a qual será por todos assinada.

Yerem de Brito Alves

Geny Nunes, (eu)

Onor Sabino S. Santos

João da Pa. Costa

Camel Gypso e Divina

Doq. do Acre

Manoel de Brito

João de Brito

João de Brito

Julio Sabino S. Santos

Antonio Costa Gomes

Francisco de Jesus de Oliveira

João de Brito Costa

Manoel de Brito

Geny Nunes e Divina

Maria Camelo Moraes

Maria Ferreira Martins de Araújo

Luiza Fernandes Leite

Francisco Maciel de Sousa

Julio de Brito

Geny Nunes e Divina

Manoel de Brito

Adalberto Maximiano de Brito

a presente ata, que será por todos as-  
sinada.

Com a presença de  
Jersey de Brito Nunes  
Diretor de Ensino  
Alunos  
Alunos

Ata da 2ª Sessão Ordinária da Congregação de Professores da Faculdade de Direito do Acre, realizada em 3.3.65.

Aos três dias do mês de março do ano de mil novecentos e sessenta e cinco, nesta cidade de Rio Branco, Capital do Estado do Acre, às mesmas horas, na Diretoria da Faculdade de Direito do Acre, com a presença do doutor Jersey de Brito Nunes, Diretor do mesmo estabelecimento, dos professores congregados que esta assinam, com a Secretaria, foi pelo primeiro aliter a 2ª Sessão da Congregação de Professores. Com a palavra, declarou o senhor Diretor que a mesma tinha por objetivo dar, aos membros da Congregação, conhecimento dos resultados das provas aplicadas pelas comissões examinadoras do

Concurso de Habilitação à primeira série do Curso de Bacharelado da Faculdade de Direito, na forma do que ficou estabelecido na sessão anterior, os quais foram os seguintes: Alberto Barbosa da Costa: Português: seis (6) pontos; Sociologia: seis (6) pontos; História da Filosofia: cinco pontos e setenta e cinco centésimos (5,75); Média geral: cinco pontos e noventa centésimos (5,90); António Costa Gadelha: Português: seis pontos e setenta e cinco centésimos (6,75); Sociologia: seis pontos e vinte cinco centésimos (6,25); História da Filosofia: seis pontos e vinte cinco centésimos (6,25); Média geral: seis pontos e quarenta centésimos (6,40); Almetrio Câmara Arruda: Português: seis pontos e cinco décimos (6,5); Sociologia: seis pontos e cinco décimos (6,5); História da Filosofia: seis pontos e sessenta e dois centésimos (6,62); Média geral: seis pontos e cinquenta centésimos (6,50); Ach<sup>o</sup> Jardim: Português: seis pontos e setenta e cinco centésimos (6,75); Sociologia: nove pontos e vinte cinco centésimos (9,25); História da Filosofia: sete pontos e vinte cinco centésimos (7,25); Média geral: sete pontos e setenta centésimos (7,75); João Crescencio de Santana: Português:

111

cinco pontos e cinco décimos (5,5); Psicologia; cinco pontos e vinte cinco centésimos (5,25); História da Filosofia; cinco pontos (5); Média geral; cinco pontos e vinte cinco centésimos (5,25). João Brenith de Sousa; Português; cinco pontos (5). Sociologia; seis pontos (6); História da Filosofia; cinco pontos (5); Média geral; cinco pontos e trinta centésimos (5,30); Manuel Alves Caele; Português; cinco pontos e cinco décimos (5,5); Sociologia; seis pontos e setenta e cinco centésimos (6,75); História da Filosofia; seis pontos e vinte cinco centésimos (6,25); Média geral; seis pontos e vinte centésimos (6,20); Manuel Ribeiro do Nascimento; Português; seis pontos e vinte cinco centésimos (6,25); Sociologia; sete pontos (7); História da Filosofia; sete pontos e trinta e sete centésimos (7,37). Média geral; seis pontos e noventa centésimos (6,90); Manuel de Sousa Brito; Português; cinco pontos (5); Sociologia; seis pontos (6); História da Filosofia; cinco pontos (5); Média geral; cinco pontos e trinta centésimos (5,30); Manuel Camelo Borges; Português; cinco pontos e setenta e cinco centésimos (5,75). Sociologia; cinco pontos e setenta e cinco centésimos (5,75); História

da Filosofia: seis pontos e cinco de-  
cimos (6,5); Média geral; cinco pon-  
tos e cinquenta centésimos (5,50); Ma-  
ria<sup>(11)</sup> Martins de Araújo; Português;  
cinco pontos e cinco décimos (5,5);  
Sociologia; cinco pontos e cinco dé-  
cimos (5,5); História da Filosofia;  
seis pontos e setenta e cinco centé-  
simos (6,75); Média geral; cinco  
pontos e noventa centésimos (5,90);  
Omar<sup>(12)</sup> Dalmo de Paula; Português;  
sete pontos e cinco décimos (7,5); So-  
ciologia; nove pontos (9); História  
da Filosofia; sete pontos e vinte cinco  
centésimos (7,25); Média geral; sete  
pontos e noventa centésimos (7,90);  
Eduardo<sup>(13)</sup> Assaf; Português; seis pon-  
tos (6); Sociologia; sete pontos e cinco  
décimos (7,5); História da Filosofia;  
seis pontos e setenta e cinco centési-  
mos (6,75); Média geral; seis pon-  
tos e setenta e cinco centésimos (6,75);  
Gaudêncio<sup>(14)</sup> Pedro Campos dos Santos;  
Português; cinco pontos (5); Sociolo-  
gia; sete pontos (7); História da  
Filosofia; seis pontos e cinco déci-  
mos (6,5); Média geral; seis pon-  
tos e dez centésimos (6,10); João de  
Oliveira<sup>(15)</sup> Paiva; Português; cinco /  
pontos e cinco décimos (5,5); Soci-  
ologia; seis pontos trinta e três cen-  
tésimos (6,33); História da Filo-  
sofia; seis pontos (6); Média geral;

X

cinco pontos e noventa centésimos (5,90); Osvaldo Freury Pinheiro de Lima; Português: cinco pontos e cinco décimos (5,5); Sociologia: cinco pontos e trinta e três centésimos (5,33); História da Filosofia; cinco pontos e cinco décimos (5,5); Média Geral; cinco pontos e quarenta centésimos (5,40); Raimundo Alves; Dias; Português: seis pontos (6); Sociologia: cinco pontos e cinco décimos (5,5); História da Filosofia: cinco pontos e cinco décimos (5,5); Média geral; cinco pontos e noventa centésimos (5,90). Raimundo Freire do Rosário; Português: seis pontos (6); Sociologia; cinco pontos e cinco décimos (5,5); História da Filosofia; seis pontos e vinte cinco centésimos (6,25); Média geral; cinco pontos e noventa centésimos (5,90); Raimundo Gomes de Oliveira; Português: cinco pontos e setenta e cinco centésimos (5,75); Sociologia; seis pontos e vinte e cinco centésimos (6,25); História da Filosofia: seis pontos e vinte cinco centésimos (6,25); Média geral; seis pontos e dez centésimos (6,10); Raimundo Pinto Martins; Português: seis pontos e vinte cinco centésimos (6,25); Sociologia; seis pontos e cinco décimos (6,5); História da Filosofia; seis pontos /

(6,); Média geral; cinco pontos e noventa centésimos (5,90); Adauto Noqueira da Cruz; Português; cinco pontos e vinte cinco centésimos (5,25); Sociologia; cinco pontos e vinte cinco centésimos (5,25); História da Filosofia; quatro pontos e cinco décimos (4,5); Média geral; cinco pontos e noventa centésimos (5,90); Cláudio Messias do Nascimento; Português; cinco (5) pontos; Sociologia; seis (6) pontos; História da Filosofia; quatro pontos e vinte cinco centésimos (4,25); Média geral; cinco pontos e trinta centésimos (5,30); Mário Alves Dalomá; Português; cinco (5) pontos; Sociologia; quatro pontos e cinco décimos (4,5); História da Filosofia; quatro pontos e cinco décimos (4,5); Média geral; cinco pontos (5). Os candidatos Adauto Noqueira da Cruz e Cláudio Messias do Nascimento foram considerados inabilitados por não terem atingido, na apuração, média cinco (5) por matéria, em História da Filosofia e o de nome Mário Alves Dalomá, a mesma, em História da Filosofia e Sociologia. Homologado o curso, por não existir contra este qualquer recurso, determinou o Senhor Diretor que fosse publicado o seu resultado final e que

X

sejam publicados os editais de matrícula à primeira série. Continuando, comunicou o mesmo, que dia quinze do mês corrente, solenemente, terão início as atividades escolares da Faculdade, e que a sua aula inaugural, será ministrada pelo doutor Abdul Sayol de Azeiteiro, Diretor da Faculdade de Direito do Amazonas, para tanto, convidado pela direção do estabelecimento e pelo governo do Estado. Nada mais havendo à tratar, eu Wilma Botasso Dias, lavrei a presente ata, que será por todos assinada

Amim Afonso de Almeida  
 Wilma Botasso Dias  
 Wilma Botasso Dias  
 Wilma Botasso Dias

X

Ata da 1ª Sessão Extraordinária da Congregação de Professores da Faculdade de Direito do Acre, realizada em 12.3.65.

Aos done dias do mês de maio do ano de mil novecentos e sessenta e cinco, nesta cidade de Rio Branco, capital do Estado do Acre, compareceram, às dezesseis horas, na diretoria da Faculdade de Direito do Acre, atendendo solicitação que lhes

PPB

Ata da Sessão de Instalação da Faculdade de Ciências Econômicas do Acre, realizada em 9 de Janeiro de 1969.

As dezessete horas e trinta minutos do dia nove de Janeiro do ano de mil novecentos e sessenta e nove, nesta cidade de Rio Branco, Capital do Estado do Acre, no auditório da Escola Normal "Leônidas Filho", situada à Avenida Getúlio Vargas s/n, presentes a Doutora Leila de Aguiar de Gonçalves, Doutora em exercício da Faculdade de Ciências Econômicas do Acre, comigo Secretário e Senhores Jorge Kulum, governador do Estado do Acre, Professor Omar Solim de Paula, Vice-governador do Estado do Acre, Alfredo Sanches Kubiac, Secretário de Finanças; Deputado Federal Givaldo Jurgel de Mesquita; Agnaldo Flávio da Silva, Secretário de Agricultura, Indústria e Comércio; Tenente Celso Rodrigues, Assistente Militar do Gabinete do Governador; Raimundo Pinto, Prefeito em exercício do Município de Rio Branco; Francisco Justo Leite, foi instalada a Faculdade de Ciências Econômicas do Acre, criada pelo Decreto Governamental número cento e noventa e cinco, de trise de Setembro de mil novecentos e sessenta e oito, tendo na ocasião, feito uso da palavra além da Doutora Leila de Aguiar de Gonçalves, Doutora da Faculdade de, o Senhor governador Jorge Kulum, Vice-governador Omar Solim

do Paulo e Secretário de Finanças, Alfredo Sanches Mikaroc, todos manifestando involuntariamente muito pelo instauração da Faculdade de Ciências Econômicas que abrirá para a juventude açoriana, novos horizontes, no campo educacional. No dia mais havendo o tratado, foi encerrada a sessão, do que para constar, eu, Pedro Figueira Braga, Secretário da Faculdade e de sessão, lavrei a presente ata que depois de lida e achada conforme, vai assinada do pelos presentes.

~~Agostinho~~ - Formador

Alto Rodrigues - Adjunto Militar

Agostinho - Formador

Impedido - Ausente

Doutora de Medida Juncal - Diretora em exercício da FACEACRE

Agostinho - Formador

Agostinho - Formador

Agostinho - Formador

Pedro Figueira Braga

14-69

Publicada no D. O. nº 563 às folhas 15 e 16 de 30 mar 69.

Pisquini - F. Braga

10/3/69

"Ata de Homologação dos resultados do Concurso Público de Seleção à 1ª série do curso de Bacharelado em Ciências Econômicas, realizado em 1969"

- Dos três dias do mês de março, do ano de mil novecentos e sessenta e nove, nesta cidade de Rio Branco, capital do Estado do Acre, no salão Nobre do Colégio Acreano, situado à Rua Benjamin Constant, sem número, na presença de autoridades civis, militares e eclesásticas, foi solenemente assinada pelo Bacharel João Baptista Nogueira, Diretor da Faculdade de Ciências Econômicas do Acre, a Portaria nº 17, de três de março de 1969, homologando os resultados do Concurso Público de Seleção à 1ª série do curso de Bacharelado em Ciências Econômicas, realizado no mesmo ano, nomeadamente: candidatos aprovados seguindo-se, respectivamente, as notas alcançadas nas provas de Português, Matemática e a média alcançada: Adauto Nogueira da Cruz, sete e meio, cinco (5,0) e seis e meio (6,5); Alberto Ferchede de Oliveira, sete (7,0), nove e meio (9,5) e oito e setenta e cinco centésimos (8,75); Alenda Coelho de Fontoura, sete (7,0), cinco (5,0) e seis (6,0); Antônio Carlos Ribeiro Santos, cinco e meio (5,5), seis (6,0) e cinco e setenta e cinco centésimos (5,75); Antônio Costa Santos, seis (6,0), seis e meio (6,5) e seis e vinte e cinco centésimos (6,25); Antônio José de Oliveira, sete (7,0), cinco (5,0) e seis (6,0); Astrogildo dos Santos Duarte, sete (7,0), cinco e meio (5,5) e seis e vinte e cinco centésimos (6,25); Carlos

Alberto de Souza Filho, sete (7,0), cinco (5,0) e seis (6,0); Carlos Alberto Rebelo de Souza, cinco (5,0), cinco (5,0) e cinco (5,0); Carlos Fernandes Pires, quatro (4,0), seis (6,0) e cinco (5,0); Dalva Fernandes da Silva, oito (8,0), sete (7,0) e sete e meio (7,5); Dirca da Silva Ferreira, seis e meio (6,5), oito e meio (8,5) e sete e meio (7,5); Eci Araújo de Oliveira, seis e meio (6,5), sete (7,0) e seis e setenta e cinco centésimos (6,75); Edmilson Ferreira Jansen, oito (8,0), sete e meio (7,5) e sete e setenta e cinco centésimos (7,75); Eugênio Pinheiro Moura, sete (7,0), oito (8,0) e sete e meio (7,5); Francisca das Chagas Mourão, cinco e meio (5,5), quatro e meio (4,5) e cinco (5,0); Francisca de Medeiros Moura, oito (8,0), cinco (5,0) e seis e meio (6,5); Francisco das Chagas Sobrinho, cinco (5,0), cinco (5,0) e cinco (5,0); Ottilio Figueira de Carvalho, seis e meio (6,5), quatro (4) e cinco e vinte e cinco centésimos (5,25); Qui Pheme Joif Chalub, sete (7,0), seis (6,0) e seis e meio (6,5); Helio Ferreira do Amaral, sete e meio (7,5), dez (10) e oito e setenta e cinco centésimos (8,75); Isaura Saade Cunha Filho, seis (6,0), seis e meio (6,5) e seis e vinte e cinco centésimos (6,25); Ivoinaldo Portela da Costa, sete (7,0), cinco e meio (5,5) e seis e meio (6,5); João Baptista Fernandes, sete e meio (7,5), nove e meio (9,5) e oito e meio (8,5); Jorkebed Rodrigues de Alencar, sete e meio (7,5), sete e meio (7,5) e sete e meio (7,5); José da Figueira Araújo, cinco (5,0), cinco (5,0) e cinco (5,0); José Guedes Labral Filho, sete e meio (7,5), seis e meio (6,5) e sete (7,0); José Nery de Araújo, seis (6,0), quatro (4,0) e cinco (5,0); José Pires e Albuquerque, nove (9,0), sete (7,0) e oito (8,0); José Pessoa de Moura Filho, quatro (4,0), seis (6,0) e cinco (5,0);

102

José Pinheiro Nemetala, sete e meio (7,5), seis e meio (6,5) e sete (7,0); Batuf Maria de Araújo Lima, nove (9,0), cinco (5,0) e sete (7,0); Maria do Perpétuo Socorro Lopes de Freitas, seis e meio (6,5), cinco e meio (5,5) e seis (6,0); Maria do Socorro Costa, sete (7,0), cinco (5,0) e seis (6,0); Mauro VÁquila Alodesta, oito (8,0), oito (8,0) e oito (8,0); Ulysses Cabral de Moura, seis e meio (6,5), cinco (5,0) e cinco e setenta e cinco (5,75); Mustafa Ribeiro de Almeida, oito (8,0), quatro (4,0) e seis (6,0); Aylton Apurungá de Castro, oito (8,0), quatro (4,0) e seis (6,0); Osvaldo Carnevalho Coelho, cinco e meio (5,5), seis (6,0) e cinco e setenta e cinco sessimos (5,75); Leir Feury Pinheiro de Lima, cinco e meio (5,5), quatro e meio (4,5) e cinco (5,0); Osvaldo Feury Pinheiro de Lima, oito (8,0), quatro (4,0) e seis (6,0); Peregrino Apolinário de Souza, oito (8,0), nove e meio (9,5) e oito e setenta e cinco sessimos (8,75); Raimunda Oliveira do Santos, cinco e meio (5,5), cinco (5,0) e cinco e vinte e cinco sessimos (5,25); Raimundo Sianna Ferreira, sete (7,0), quatro (4,0) e cinco e meio (5,5); Rui Alves Ferreira, cinco e meio (5,5), cinco (5,0) e cinco e vinte e cinco sessimos (5,25); Sebastião Moraes de Carnevalho, quatro (4,0), seis (6,0) e cinco (5,0); Severino Pereira de Araújo, oito (8,0), quatro (4,0) e seis (6,0); Terzinha de Jesus Alessias, sete (7,0), sete (7,0) e sete (7,0); Waldi Cândido Ferreira, seis e meio (6,5), sete e meio (7,5) e sete (7,0); Francisco Ferreira Bruno, nove e meio (9,5), cinco (5,0) e sete e vinte e cinco sessimos (7,25); Marcos Roberto Ferreira, sete e meio (7,5), sete (7,0) e sete e vinte e cinco sessimos (7,25); João do Carmo Cavares, oito (8,0), cinco (5,0) e seis e meio (6,5); somando cinquenta e quatro (54) aprovados; candidatos reprovados;

por não terem alcançado a média mínima, de cinco (5,0), seguindo-se, respectivamente, os notas alcançadas nos exames de Português, Matemática e média alcançada: Ovídio da Luz, cinco (5,0), dois e meio (2,5), e três e setenta e cinco centésimos (3,75); Carlos Alberto Soares da Silva, quatro (4,0), quatro e meio (4,5) e quatro e vinte e cinco centésimos (4,25); Cleudo da Rocha Mendonça, quatro e meio (4,5), dois (2,0) e três e vinte e cinco centésimos (3,25); Hamilton Melo de Araújo, quatro e meio (4,5), dois (2,0) e três e vinte e cinco centésimos (3,25); Hermelindo Guimarães Brasileiro, sete (7,0), zero (0,0) - por não ter realizado a prova de matemática - e três e meio (3,5); José Bernardo Filho, três (3,0), dois (2,0) e dois e meio (2,5); Paulo Felipe Barbosa, oito e meio (8,5), um (1,0) e quatro e setenta e cinco centésimos (4,75); Raimundo Escócio de Farias Júnior, quatro (4,0), dois (2,0) e três (3,0); Zilma Barbosa Levas, cinco (5,0), três (3,0) e quatro (4,0) e Mário Fontes Dias, quatro (4,0), um (1,0) e dois e meio (2,5), somando dez (10) aprovados; isentos desclassificados por não terem apresentado a documentação pertinente até o dia do encerramento de inscrições todos considerados desistentes e inabilitados: Alfredo Sauchas Alubarac, Alvaro Abreu da Silva, Antônio Augusto de Albuquerque Filho, Arnaldo Azevedo Filho, Elizariola Mendes, George Lima Martins, Francisco das Chagas Oliveira, Jorge Benedito José Filho, Mário José de Lima, Messias Ribeiro Santos e, serena Maria Silva Albuquerque, somando onze (11) desistentes ou inabilitados, tudo num total de setenta e cinco (75) inscritos. Havia cinquenta e seis (56) vagas; foram aprovados cinquenta e quatro (54) candidatos, sobrando duas

as (2) vagas. Em uma das vagas restantes, foi matriculada, condicionadamente, com prazo de sessenta (60) dias, para apresentação da documentação exigida no ato de matrícula, o Sr. José Raimundo Duailibe de Mendonça, que alegou e provou condição de capitão de Infantaria do Exército Brasileiro, com curso Superior da Academia Militar das Agulhas Negras. Expirado o prazo da matrícula, às 18,00 horas do dia dois (2) de março de mil novecentos e sessenta e nove (1969), o Excmo. Sr. Diretor informou que se parasse a presente ata, declarando inexistente a vaga restante, e, em Pedro Ferreira Braga, executou o mandado, mandando parar a presente ata para que depois de lida e achada conforme, vai assinada pelo Excmo. Sr. Governador do Estado do Acre, pelo Excmo. Sr. Diretor da Faculdade de Ciências Econômicas do Acre, pelo Excmo. Sr. Diretor de ensino, e por mim subscrita Rio Branco, três (3) de março de mil novecentos e sessenta e nove (1969).

\* João Lacerda Juliano  
 Dir. Supl. de Ensino

Pedro Ferreira Braga

Publicada no D. O. nº 585 a folha 13 de 11 Jun 69.

Risquini  
 P. F. Braga

cação física. Prosseguido, convocou a Senhora Presidente os senhores Conselheiros para uma reunião extraordinária, a realizar-se no dia seguinte, às 19,30 horas, quando seria apreciado o parecer da Câmara do Ensino Superior, sobre a autorização para funcionamento do Centro Universitário do Rio, a partir do corrente ano. Nada mais havendo a tratar, a Senhora Presidente agradeceu a presença de todos e encerrou a reunião. E eu, Júlio César dos Reis, lavrei a presente ata, que depois de lida e achada conforme, vai datada e assinada por mim e pelos presentes.

Rio Branco, 15 de abril de 1970

Júlio César dos Reis

x Jacut Ayache

x Luciana Polony

Franco dos de Oliveira

Paula dos Santos

Adenor dos Santos

Antônio Costa Jordão

Effrada Brito

Luiz de Souza Fontenelle

Maria Tereza Martins

Ata da vigésima segunda reunião extraordinária do Conselho Estadual de Educação.

Por quinze dias do mês de abril do ano de mil novecentos e setenta, às 19 (dezenove) horas e trinta minutos, na sede do Conselho Estadual de Educação, situada numa das salas do Edifício "Professor José Rodrigues Leite" sob a presidência de Exma. Dra. Jacut Ayache, reuniu-se o Conselho Estadual de Educação, contando com a

presença dos seguintes membros. Prof. Lucio de Souza, Rai-  
 mundo Gomes de Oliveira, Juiz de Direito, Dr. Carlos Alves Cia-  
 vo, Prof. Anderson Ortiz Chaves, Prof. Antônio de Costa Gadelha,  
 Prof. Eduardo Almeida Brito, Prof. Luiz de Carvalho Sou-  
 tenelle e Prof. Maria Lenzi B. Baptista. Após a abertura  
 dos trabalhos foi feita a leitura da ata de reunião, a  
 qual foi aprovada e assinada pelos presentes. A seguir  
 a senhora Presidente determinou a leitura do Expediente  
 do Dia que constou dos seguintes assuntos: a) Apro-  
 vação do parecer emitido pela Câmara do Ensino Su-  
 perior, quanto à autorização de funcionamento do Centro  
 Universitário do Acre, a partir do corrente ano. b) Dis-  
 cussão do aumento dos jetons dos Conselheiros. Seguindo  
 a Sra. Presidente mandou que o Secretário procedesse  
 à leitura do parecer emitido pela Câmara do Ensino  
 Superior, quanto à autorização para funcionamento do  
 Centro Universitário do Acre, a partir do corrente ano,  
 que constou do seguinte: "Câmara de Ensino Superior"  
 Parecer N.º 01-70 - Assunto: Autorização para funciona-  
 mento do Centro Universitário do Acre, englobando a Fa-  
 culdade de Educação e os Institutos de Ciências Exatas,  
 Ciências Humanas e Letras. Aprovado em 15/04/70, que  
 foi o seguinte: "A Fundação Centro Universitário do Acre  
 vem à Câmara de Ensino Superior pelo Conselho Estadual  
 de Educação fazer o pedido de autorização para funcio-  
 namento do Centro Universitário do Acre, englobando  
 a Faculdade de Educação e Institutos de Ciências Exa-  
 tas, Ciências Humanas e Letras, previstos no Es-  
 ta-tuto de Fundação, art. 20, aprovados em 10 de  
 abril de mil novecentos e setenta e publicado no  
 Diário Oficial de quinze de abril de mil novecentos  
 e setenta. Como relator da matéria apresenta  
 parecer, o qual será submetido a julgamento  
 deste egregio Conselho. O processo encerra-se  
 instruído da seguinte documentação: 1 - Ofício

nº 01 de 14/4/70 assinado pelo Dr. Adauto Brito da Frota, Presidente do Conselho Diretor da Fundação Centro Universitário do Acre, 2 - Diário Oficial nº: setecentos e quarenta e sete, de treze de março de mil novecentos e setenta, com a Lei Nº: 318 (trezentos e dez e oito), de três de março de mil novecentos e setenta, que autoriza o Executivo a instituir a Fundação Centro Universitário do Acre e dá outras providências; 3 - Diário Oficial nº: setecentos e sessenta e três, de dez de abril de mil novecentos e setenta com os Decretos: a) Decreto nº: 95 (noventa e cinco), de nove de abril de mil novecentos e setenta, que torna sem efeito os Decretos anteriores; b) Decreto nº: noventa e seis, de nove de abril de mil novecentos e setenta, nomeando o Conselho Diretor da Fundação Centro Universitário do Acre; e) Decreto nº: noventa e sete, de nove de abril de mil novecentos e setenta, aprovando os Estatutos de Fundação Centro Universitário do Acre. 4 - Diário Oficial nº: setecentos e sessenta e seis, de dez e quinze de abril de mil novecentos e setenta, publicando os Estatutos de Fundação Centro Universitário do Acre. 5 - Instituto de Ciências Exatas - três folhas. 6 - Faculdade de Educação do Centro Universitário do Acre - quatro folhas. 7 - Instituto de Ciências Humanas - uma folha e mais a Portaria nº: cento e dez e sete - com duas folhas. 8 - Instituto de Letras - uma folha. 9 - Indicação de Diretor Geral do Centro Universitário do Acre e dos Professores para o ciclo básico. Anexo o processo documentário de cada professor: a) - Jurandir Rodrigues da Silva; b) - Zaira Secury Pinheiro de Lima; c) - Yuriko Tanaka Kawakawa; d) - Maria de Nazare Prestene; e) - Joaquim Hedwiges de Veiga Simão. f) - Rubis Félis Alves de Souza; g) - Carlos Alberto

Jimião Antônio. 10 - Documentação de Ensino Primário -  
 quatro folhas. 11 - Documentação de Ensino Médio - du-  
 duas folhas. 12 - Documentação de Ensino Superior -  
 uma folha. 13 - Quadro Geral de Estatísticas do En-  
 sino no Acre - duas folhas. 14 - levantamento Est-  
 tísticas sobre Saúde e Serviços Sociais - 4 folhas. 15 -  
 Entidades Culturais - seis folhas. 16 - Original do  
 Centro Universitário do Acre. Procede o exame das condi-  
 ções apresentadas pelo requerente na forma da legis-  
 lação em vigor. 1 - Natureza do pedido - A entidade  
 mantenedora será a Fundação Centro Universitário do  
 Acre entidade sobre a qual já fiz referência quanto  
 à documentação. Será esta mesma entidade a man-  
 tenedora das Faculdades já existentes com o nome  
 Estado, quais sejam: Faculdade de Direito e Faculda-  
 de de Economia. A Fundação se propõe a manter o  
 Centro Universitário, que engloba a Faculdade de Educa-  
 ção, os Institutos de Ciências Exatas, Ciências Hu-  
 manas e Letras. Diante dos Estatutos do Centro Uni-  
 versitário conclui-se que a autorização refere-se ao  
 funcionamento do Centro Universitário do Acre com  
 os supra-citados Institutos e Faculdades, com os  
 seguintes cursos: 1º - ciclo básico, comum a to-  
 dos os cursos, obedecendo à Reforma Universitária, Lei nº  
 3.540 - de vinte e oito de novembro de mil novecentos e  
 sessenta e oito - em dois semestres, com seis maté-  
 rias, com sessenta horas-aula para cada discipli-  
 na, por semestre atribuído o sistema de créditos. Ca-  
 da crédito, corresponde a quinze horas-aula. 2º ci-  
 clo: profissional assim distribuídos: a) Faculdade de  
 Educação, com o curso de Pedagogia, obedecendo o pará-  
 gr. (252) duzentos e cinqüenta e dois, Livro - sessen-  
 ta e nove, do Conselho Federal de Educação, onde  
 estabelece o mínimo de duas mil e duzentas ho-  
 ras para o curso, b) Instituto de Ciências

200

Exatas, com o curso de graduação em matemática, baseado em matemática, baseado no parecer duzentos e noventa e sete - barra sessenta e dois, publicando com o Decreto dez, páginas cento e três e cento e quatro, Projeto de Resolução do Conselho Federal de Educação - e ex-vi Portaria Ministerial cento e cinqüenta e nove, barra, sessenta e cinco; duas mil e setecentas horas-aula.

c) Instituto de Ciências Humanas, com o curso de Estudos Sociais. Portaria nº cento e dezessete. Estabelece normas para licenciatura de 1º ciclo do curso de Estudos Sociais. d) Instituto de Letras, com o curso de Letras anglo-germânicas em duas mil e setecentas horas. Todos esses cursos visam a licenciatura. Falta estabelecer a forma como serão ministradas as matérias pedagógicas para a licenciatura, na duplicidade de meios e de recursos.

O Centro Universitário do Acre gozará de autonomia didática, científica, disciplinar, administrativa, exercida na forma da Legislação da Reforma Universitária.

2 - CAPACIDADE FINANCEIRA DA FUNDAÇÃO CENTRO UNIVERSITÁRIO DO ACRE - Na previsão orçamentária do Ensino para o exercício de mil novecentos e setenta foram consignados NCR\$ 90.000,00 (noventa mil e quinhentos e noventa e nove reais e noventa e nove centavos) o qual será complementado por arrecadação resultante de anuidade e taxas a serem pagas pelos alunos, previsto no Regimento a ser fixado oportunamente por este Conselho. Os Estatutos da Fundação prevêem recursos sob a forma de doação, digo, sob a forma de dotações globais, consignadas no orçamento do Estado.

3 - Edifício e Instalações - Ocupará, provisoriamente, enquanto não for construída a sede própria, cinco salas no Edifício Prof. José Rodrigues Leite, onde funciona a Esco-

Na Técnica de Comércio Arcana. Encontra-se esse estabelecimento de ensino devidamente equipado com biblioteca, com material didático, com uma instalação material (móveis adequados) e boas condições de higiene, de iluminação e conforto, com áreas que atendem às exigências do ensino. A Diretoria geral, bem como a Secretaria funcionam em edifício próprio da Fundação, segundo está especificado no Projeto N.º 01 (Versão). 4 - APRESENTAÇÃO ADMINISTRATIVA - Satisfatória, bem como a organização técnico-administrativa, disposta no Estatuto do Centro Universitário. Os auxiliares diretores do Diretor serão escolhidos dentre pessoas comprovadamente habilitadas para o cargo por seus títulos e títulos, conforme dispõe o Estatuto. 5 - Estatuto - O Estatuto submetido à apreciação deste Conselho está em perfeita harmonia com as exigências previstas nas leis cinco mil, quinhentas e quarenta, de vinte e oito de onze de sessenta e oito, digo, de vinte e oito de novembro de mil novecentos e sessenta e oito, Decreto-Lei quatrocentos e sessenta e quatro, de onze de fevereiro de mil novecentos e sessenta e nove e demais leis referentes ao Ensino Superior. 6 - Condições Culturais do Estado de Acre e a real necessidade da escola - Comprovadas. Dados estatísticos sobre o Estado extraídos do Serviço de Estatística de Secretaria de Educação e de SAQE (anexo) mostram que há condições materiais e culturais, na Capital, adequadas ao funcionamento do Centro Universitário de Acre pelas milhares de escolas primárias, médias e superiores - anexo -, pelos recursos médicos e hospitalares - anexo -, pela existência de uma Biblioteca Pública em pleno funcionamento - anexo -. Quanto à real necessidade do Centro Universitário de Acre há razões fortes para tão significativo empreendimento atendendo o disposto no art. 3º (final) da lei cinco mil,

quatrocentos e quarenta e vinte e oito de novembro  
 de mil novecentos e sessenta e oito. "Artigo 30 (trin-  
 ta) - A formação de professores para o ensino de segun-  
 do grau, de disciplinas gerais ou técnicas, bem como  
 o preparo de especialistas destinados aos trabalhos de  
 planejamento, supervisão, administração, inspeção e ori-  
 entação no âmbito de escolas e sistemas escolares,  
 far-se-á em nível superior. Os anexos vêm de-  
 monstrando a deficiência em profissionais de nível  
 superior o que leva o Governo a contratar perso-  
 al leigo ou com autorização precária de exames  
 de suficiência que não preenchem as condições mí-  
 nimas exigidas pela Didática para o exercício do  
 magistério. Tendo o Centro Universitário do  
 Acre, como objetivo prioritário, a formação de pro-  
 fissionais de magistério em nível superior, pre-  
 cificará o progresso do magistério, inicia possi-  
 bilidade de elevar o nível das escolas de en-  
 sino médio e conseqüentemente o elementar. Qual-  
 quer iniciativa para a expansão do ensino, quer  
 seja de Governo ou particular, estará sempre condi-  
 cionada à falta de profissionais para o seu funci-  
 onamento. Nesse sentido, forma-se amplo e  
 diversificando o mercado de trabalho para os  
 licenciados pelo estabelecimento em pauta, vindo,  
 assim, a satisfazer o artigo 2º (segundo) do De-  
 creto - Lei Nº 464 (quatrocentos e sessenta e seis),  
 de onze de fevereiro de mil novecentos e sessenta  
 e nove. Art. 2º (segundo) - Será negada auto-  
 rização para funcionamento de universidade ins-  
 tituída diretamente ou estabelecimento isolado  
 de ensino superior quando, satisfeitos os mí-  
 nimos requisitos prefixados a sua criação  
 não corresponder às exigências de mercado de  
 trabalho, em confronto com as necessidades

do desenvolvimento nacional ou regional". - O Centro  
Universitário do Acre se propõe a um plano de ação  
sistemática em todo o sistema educacional do Acre,  
conforme se pode ver através de toda a sua estrutu-  
ra. Corpo Docente: Foram apresentados elementos  
qualificados para o exercício do magistério no Centro  
Universitário do Acre, que satisfazem plenamente as exi-  
gências legais pela idoneidade moral comprovada pelos  
títulos de que são portadores. Todos apresentaram  
seus "curriculum vitae" e são licenciados nas  
respectivas disciplinas. Em resumo: poderão ser  
aprovados todos os pedidos apresentados. Limite  
de Matrícula: - O pretendido é de cento e  
vinte para o curso básico, número esse que as en-  
dições materiais e didáticas do Centro Universitá-  
rio comporta. Nessas condições, estando em ordem  
a documentação exigida em lei cabe, por fim, aos  
membros deste Conselho a aprovação do assunto em  
pauta. Em conclusão, sendo favoráveis os dados  
analisados, somos de parecer seja autorizado o  
funcionamento do Centro Universitário do Acre  
para o exercício de mil novecentos e setenta,  
com cento e vinte matrículas para o 1º  
ciclo básico. Conselho Estadual de Educação,  
quinze de abril de mil novecentos e setenta.  
Assinados: Luiz de Carvalho Fontenelle e Lou-  
ciola Assunção de Costa". Terminada a leitura  
do parecer emitida pela Câmara de Ensino Supe-  
rior, a Sra. Presidente submeteu o mesmo à  
aprovação do Conselho que o aprovou por una-  
nidade. Em consequência, determinou a  
Sra. Presidente que fosse lavrada a necessá-  
ria resolução, autorizando o funcionamen-  
to do Centro Universitário do Acre, a  
partir de mil novecentos e setenta,

com cento e vinte matrículas para o curso básico. A seguir passou-se a discussão do aumento dos jetons dos Conselheiros, ficando estabelecido que o mesmo seria na base de 20% (vinte por cento), sobre o valor atual que é de NC\$ 25,00 (vinte e cinco cruzeiros novos), ficando o atual sendo de NC\$ 30,00 (trinta cruzeiros novos). Pôto em votação foi o mesmo unânimemente aprovado. Não havendo nada mais a tratar, a senhora Presidente agradeceu a presença de todos e encerrou a reunião. E eu, Sulio Jélio Per El Sur deixei a presente ata que depois de lida e achada conforme vai detada e assinada por mim e pelos presentes.

Di. Franco, 20 de maio de 1970.

Sulio Jélio Per El Sur

Jaunt Dyachl

Edi S. Marques de Oliveira

Guilofa Aspuy da Costa

Ima Maria Baldehemi de Tra

Ima Maria Josefina Tustado Cardoso

Abdennor Ortiz Chaves

Ernardo Almeida Risto

Ray de Carvalho Fonteneff

Maria Durzi Barros Martins

Jáving Barros

Nelly Catunda da Cruz

Ata da ~~Trigésima~~ <sup>Trigésima</sup> ~~Reunião~~ <sup>Reunião</sup> Ordinária do Conselho Estadual de Educação.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA  
GABINETE DO MINISTRO

11/12/74

Dr. Lyualdo

Prezados Sr. E. M.  
da federalização de  
Univ. do Aracaju.

Razão importan-  
te é o fato de ser  
o Aracaju a única instituição  
que nos conta com uma  
universidade e mesmo  
faculdade isolada, federal.

Barbosa

Barbas G. Passarinho

11/12/74

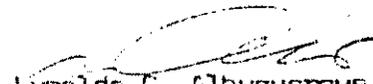
Informação nº 233/73

Senhor Ministro,

Atendendo ao despacho de Vossa Excelência, exarado no Ofício nº 575B/73 da Secretari. Geral, encaminho a exposição de motivos e a minuta da lei visando a criação da Fundação Universidade Federal do Acre.

Informe, outrossim, que foi prevista a abertura de um crédito especial no valor de R\$. 4.000.000,00 (quatro milhão e de cruzeiros) que correrá a conta de dotação de Encargos Gerais d União.

Atenciosamente,

  
Rynaldo C. Albuquerque  
Diretor-Adjunto

DAU/B3B - 11/12/73  
caf/-

Excelentíssimo Senhor Presidente da República:

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência anteprojeto de lei que federaliza a Universidade do Acre, e dá outras providências, tendo em vista a relevância da medida para o desenvolvimento nacional e a evolução do sistema educacional do país.

2. O atual Governo tem concentrado esforços na Região Norte, na tentativa de lhe propiciar condições adequadas de desenvolvimento e integrar o processo de integração nacional. Todos conhecemos as dificuldades que enfrenta a comunidade amazônica, diante de uma natureza muitas vezes hostil e desafiadora, na sua luta pela subsistência. Justifica-se, portanto, a preocupação do poder público federal e a convergência de investimentos para o dimensionamento e solução eficaz dos problemas regionais.

3. O Estado do Acre, dentro desse panorama, apresenta uma situação singular e extremamente difícil. Um baixo índice demográfico, uma população rarefeita e predominantemente rural, um sistema viário deficiente, uma economia basicamente extrativista, um parque industrial incipiente, tudo isso torna excessivamente onerosas as atividades estaduais. Isolado das demais unidades da federação, por sua configuração geográfica, enfrenta complexos problemas, além de constituir a região um ponto estratégico da segurança nacional, pois serve de fronteira para diversas nações vizinhas.

4. A Universidade do Acre é o único centro de ensino superior do território, sofrendo toda sorte de percalços pela insuficiência de recursos financeiros para a sua manutenção por parte do Governo Estadual. Acresce que é o único Estado da União que não possui uma Universidade Federal, apresentando, por isso mesmo, carência de recursos e auxílio da área federal. A canalização de esforços pelo Governo Federal é, portanto, mais do que uma necessidade: uma verdadeira imposição para o desenvolvimento regional, que o Governo pretende estimular.

5. O Ministério da Educação e Cultura, através de seus órgãos competentes, tem procurado atenuar e auxiliar, ao máximo de suas possibilidades, o sistema educacional do Estado. Mas, a situação do Ensino Superior, pelo agravamento de problemas suscitado, especialmente a precariedade dos recursos financeiros disponíveis, clama urgentemente pela intervenção direta do Poder Público Central, no sentido da federalização da Universidade do Acre, propiciando sua consolidação como instituição de ensino, medida de alta significação para a expansão do ensino superior no país, assim como de relevante interesse para o desenvolvimento e a segurança nacional.

Aproveito a oportunidade para reiterar a Vossa Excelência os protestos do meu mais profundo respeito.

Jarbas G. Passarinho

Pela presente, nós, SANSÃO RIBEIRO DE SOUSA e LAURO JULIÃO, nos comprometemos perante a comunidade universitária, a lutar pelas bandeiras defendidas pela chapa MARTINELLO e TAVARES durante o primeiro turno do atual processo eleitoral para escolha de reitor e vice-reitor da UFAC. Sendo assim concordamos integralmente com as reivindicações abaixo:

- 1.- Garantia de atendimento das reivindicações constantes nas cartas de MARTINELLO e TAVARES dirigidas aos administrativos, vigilantes, quadro funcional do Colégio de Aplicações, docentes e alunos;
- 2.- Priorização do ensino, pesquisa e extensão;
- X 3.- Implantação da ESTATUINTE UNIVERSITÁRIA, garantindo a paridade entre os três segmentos nos órgãos colegiados;
- 4.- Descentralização administrativa de modo a fortalecer o controle democrático da distribuição e aplicação das dotações orçamentárias;
- 5.- Implementação de dispositivos permanentes de auditoria interna, com participação de representantes dos três segmentos;
- X 6.- Consulta à comunidade quando do preenchimento dos cargos em comissão e pró-reitorias;
- 7.- Dissociação entre os setores de administração financeira e de pessoal;
- 8.- Compromisso com a construção de uma UFAC democrática, de qualidade, pública, crítica, gratuita e autônoma.

Declaramos, outrossim, que não fizemos nenhuma promessa de cargos ou propostas que venham a beneficiar os dois colegas (Martinello e Tavares), ou qualquer pessoa que se tenha identificado com aquela chapa.

Rio Branco, 25 de maio de 1988

*Lauro Julião*  
*Sansão Ribeiro de Sousa*